**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, CULTURA E
REGIONALIDADE**

JENNIFER GABRIELE RODRIGUES

**ARTICULAÇÃO DE MEMÓRIA E HISTÓRIA NO CONTEXTO DITATORIAL
BRASILEIRO A PARTIR DO PONTO DE VISTA FEMININO EM *TROPICAL SOL
DA LIBERDADE*, DE ANA MARIA MACHADO**

CAXIAS DO SUL

2018

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E CULTURA**

JENNIFER GABRIELE RODRIGUES

**ARTICULAÇÃO DE MEMÓRIA E HISTÓRIA NO CONTEXTO DITATORIAL
BRASILEIRO A PARTIR DO PONTO DE VISTA FEMININO EM *TROPICAL SOL
DA LIBERDADE*, DE ANA MARIA MACHADO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade do Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul.

Orientadora: Professora Dra. Cecil Jeanine Albert Zinani
Coorientadora: Professora Dra. Natalia Borges Polesso

CAXIAS DO SUL

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

R696a Rodrigues, Jennifer Gabriele

Articulação de memória e história no contexto ditatorial brasileiro a partir do ponto de vista feminino em *Tropical sol da liberdade*, de Ana Maria Machado / Jennifer Gabriele Rodrigues. – 2018.

107 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura, 2018.

Orientação: Cecil Jeanine Albert Zinani.

Coorientação: Natalia Borges Polesso.

1. Mulheres na literatura. 2. Mulheres - Identidade. 3. Memória. 4. Machado, Ana Maria, 1941-. I. Zinani, Cecil Jeanine Albert, orient. II. Polesso, Natalia Borges, coorient. III. Título.

CDU 2. ed.: 82-055.2

Catálogo na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Carolina Machado Quadros - CRB 10/2236

Articulação de memória e história no contexto ditatorial brasileiro a partir do ponto de vista feminino em *Tropical sol da liberdade*, de Ana Maria Machado

Jennifer Gabriele Rodrigues

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade, Área de Concentração: Estudos de Identidade, Cultura e Regionalidade. Linha de Pesquisa: Literatura, Cultura e Regionalidade.

Caxias do Sul, 10 de dezembro de 2018.

Banca Examinadora:

Dra. *Alessandra Paula Rech*
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Carina Maria Melchiors Niederauer
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Cecil Jeanine Albert Zinani
Orientadora
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Natália Borges Polesso
Coorientadora
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Regina Kohlrausch
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Dedico este trabalho ao amor da minha vida, o meu filho Benício. Parceiro de todas as horas, que dá um sentido especial à minha existência, tem me proporcionado grandes momentos de alegria e pelo sacrifício que teve nos momentos mais difíceis da minha trajetória estudantil. Obrigada por ter me esperado. Mamãe te ama.

AGRADECIMENTOS

Aos “Anjos”, por me permitirem realizar tantos sonhos nesta existência. Obrigada por me permitirem errar, aprender e crescer, pela eterna compreensão e tolerância, pelas suas vozes “invisíveis” que não me fizeram desistir e principalmente por terem me dado uma família tão especial, enfim, obrigada por tudo.

Ao meu príncipe Benício, por todo amor incondicional que você sempre me deu e por fazer parte da minha vida. A sua existência é o reflexo mais perfeito da existência de Deus. Je t’aime.

Aos meus pais, Edeci e Luiz, meu infinito agradecimento e amor. Acreditam em minha capacidade, são companheiros, amigos, dedicados, compreensivos. Obrigada por terem pagado meus estudos e estarem sempre me ajudando. Isso me fortalece e me faz tentar, não ser a melhor, mas a dar o melhor de mim. Obrigada pelo amor incondicional, pois, me sinto orgulhosa e privilegiada por ter pais tão especiais. Amo vocês.

Ao meu esposo Leandro, por ser importante na minha vida. Sempre ao meu lado, me pondo para cima e me fazendo acreditar que posso mais que imagino, mesmo sem os carinhos rotineiros, sem a atenção devida e depois de tantos momentos de lazer perdidos. Devido a sua amizade, paciência, compreensão, apoio, alegria e amor, este trabalho pôde ser finalizado. Obrigada por ter me incentivado a me inscrever no Mestrado. Amo-te.

A minha irmã querida, Jéssica, sempre pronta a me apoiar em tudo nesta vida, sempre se orgulhou de mim e confia em meu trabalho. Obrigada por cada momento vivido e por cada sonho sonhado juntas. Agradeço pela confiança, pelo amor e pelo exemplo constante de determinação. Amo-te.

Ao meu irmão querido, Gilmar (in memoriam), que sempre me apoiou e torceu por mim. Saudade é a palavra. Sempre te amarei.

À professora Dra. Cecil Jeanine Albert Zinani, minha orientadora, por toda a paciência, empenho e que sempre me orientou neste trabalho. Sempre disponível e disposta a ajudar, querendo que eu aproveitasse cada segundo dentro do mestrado. Muito obrigada por ter me corrigido quando necessário sem nunca me desmotivar.

À Natalia Borges Polesso por me coorientar nessa etapa da minha vida. Aos teus ensinamentos e toda ajuda. Pelas leituras, revisões, questionamentos e discussões sempre tão produtivas, o meu muito obrigada.

Agradeço imensamente ao grupo “Sem bom dia”. Obrigada por me valorizarem tanto como pessoa, por todos os “leites com nescau” que tomamos no bar, todas as risadas e choros. Tudo valeu muito a pena com vocês por perto. Lisiara Vargas da Rosa, Lucas Soboleswki Flores e Nathália Rech Magrin.

A todos os colegas e professores do Programa, pela dedicação, competência, apoio e cujos ensinamentos tive a felicidade de unir.

À Universidade de Caxias do Sul, especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade.

Por fim, agradeço à banca, por aceitar a leitura e a avaliação desta pesquisa e por contribuir para o aperfeiçoamento desse trabalho.

“Tropical Sol da Liberdade me lançou a uma profundidade de dor para a qual eu não estava preparada.”

Ana Maria Machado

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo investigar a articulação entre memória e história no romance *Tropical sol da liberdade*, de Ana Maria Machado. O romance, publicado originalmente em 1988, tem como base o contexto ditatorial e pós-ditatorial, apresentando uma mulher como protagonista. Primeiramente, sob o viés dos estudos culturais de gênero e da crítica feminista, foi feita uma revisão histórica do papel da mulher no universo literário, abordando questões relativas ao cânone e a sua presença social. Em seguida, discutiram-se os conceitos de memória e permanência, em José Honório Rodrigues (1981), Pierre Nora (1981), Michael Pollak (1989), Jacques Le Goff (1990), José Maria Jardim (1995), Márcio Seligmann-Silva (1998, 2003), Ana Maria Machado (2005), Maurice Halbwachs (2006), Beatriz Sarlo (2007), Paul Ricoeur (2007), Soraia Ansara (2009), Aleida Assmann (2011), Ana Maria Colling e Losandro Antônio Tedeschi (2015); história e registro em Pierre Nora (1981), White (2001), Barthes (2004), Ana Maria Machado (2005), Maurice Halbwachs (2006), Ana Celeste Indolfo (2007), Paul Ricoeur (2007), Aleida Assmann (2011), bem como as memórias compartilhadas da ditadura militar. Uma pequena revisão de obras que abordam a ditadura serviu para dar contexto e localizar o romance de Machado na produção da literatura brasileira. Por fim, foram estabelecidos seis eixos temáticos que pautaram a análise do romance, sendo eles: abandono, censura, exílio, repressão, resistência e tortura. Pôde-se evidenciar a participação direta e indireta da mulher nas ações contra o governo militar de 1964, bem como a necessidade da manutenção da memória do período na articulação entre memória e história presentes no romance.

Palavras-chave: Autoria feminina. Gênero. História. Memória. *Tropical sol da liberdade*.

RESUMEN

Esta tesis tiene por objetivo investigar la articulación entre memoria e historia en el romance *Tropical sol da liberdade*, de Ana María Machado. El romance, publicado originalmente en 1988, tiene por base el contexto dictatorial y post-dictatorial presentando una mujer como protagonista. En un primer momento bajo el sesgo de los estudios culturales de género y de la crítica feminista, fue realizada una revisión histórica del papel de la mujer en el universo literario, aportando cuestiones relativas al canon y a su presencia social. En secuencia, discutimos los conceptos de la memoria y permanencia, en José Honório Rodrigues (1981), Pierre Nora (1981), Michael Pollak (1989), Jacques Le Goff (1990), José Maria Jardim (1995), Márcio Seligmann-Silva (1998, 2003), Ana Maria Machado (2005), Maurice Halbwachs (2006), Beatriz Sarlo (2007), Paul Ricoeur (2007), Soraia Ansara (2009), Aleida Assmann (2011), Ana Maria Colling e Losandro Antônio Tedeschi (2015); historia y registro en Pierre Nora (1981), White (2001), Barthes (2004), Ana Maria Machado (2005), Maurice Halbwachs (2006), Ana Celeste Indolfo (2007), Paul Ricoeur (2007), Aleida Assmann (2011), así como las memorias compartidas de la dictadura militar. Una pequeña revisión de obras que aportan, que la dictadura ha servido para dar contexto y localizar el romance de Machado en la producción de la literatura brasileira. Finalmente, fueron establecidos seis ejes temáticos que pautan el análisis del romance, siendo ellos: abandono, censura, exilio, represión, resistencia, y tortura. Se puede evidenciar la participación directa e indirecta de la mujer en las acciones contra el gobierno militar de 1964 y la necesidad de la manutención de la memoria del periodo en la articulación entre memoria e historia presentes en el romance.

Palabras-Clave: Edición femenina. Género. Historia. Memoria. *Tropical sol da liberdade*.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A MULHER NO UNIVERSO LITERÁRIO	19
2.1 ESTUDOS CULTURAIS DE GÊNERO	20
2.2 LITERATURA FEMININA E CÂNONE	27
2.3 PERSPECTIVAS CRÍTICAS DA AUTORIA FEMININA	32
3 MEMÓRIA E HISTÓRIA	39
3.1 MEMÓRIA: PERMANÊNCIA	42
3.2 HISTÓRIA: REGISTRO	50
3.3 DITADURA MILITAR: MEMÓRIAS COMPARTILHADAS	59
4 DITADURA EM PERSPECTIVA: REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA FEMININA ..	71
4.1 CONTEXTO DITATORIAL EM <i>TROPICAL SOL DA LIBERDADE</i>	78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	102

1 INTRODUÇÃO

Eu levantei a minha voz – não para que pudesse gritar, mas para que aquelas sem uma voz pudessem ser ouvidas. Nós não podemos ser bem-sucedidas quando metade de nós é contida.

Malala Yousafzai

A mulher tem sofrido exclusões de diversas ordens ao longo dos anos. Por causa de uma histórica dominação patriarcal, a mulher branca, muitas vezes sacrificou sua própria identidade e, por isso, ficou em segundo plano na sociedade, relegada ao espaço privado, dedicando-se a cuidar do lar, dos filhos e do marido. Porém, a mulher negra teve que lutar por um espaço privado, que a escravidão nunca lhe deu. Nádia Battella Gotlib (2003, p. 21) menciona que:

a condição de subordinação da mulher brasileira, numa sociedade patriarcal de passado colonial, tal como noutros países da América Latina colonizados por europeus, deixou as duas [sic] marcas. Talvez a mais evidente delas seja a do silêncio e a de uma ausência, notada tanto no cenário público da vida cultural literária, quanto no registro das histórias da nossa literatura.¹

Alguns escritores consolidaram, na literatura, a ideia de que o ser feminino era subalterno, insignificante e servia apenas aos propósitos de reprodução da espécie. Por sua vez, a criação literária de autoria feminina retratou a mulher diferentemente da literatura tradicional, produzida por homens. A escrita feminina, com o passar dos anos, teve o seu reconhecimento. Para Colling e Tedeschi (2015, p. 207-209), atualmente:

a escrita feminina é mais reconhecida e, sobretudo, menos estigmatizada, pela crítica literária, pelas Academias e cânones internacionais. [...] atravessou assim o longo e delgado fio do tempo. Superou seus riscos e os limites geopolíticos. Ultrapassou os obstáculos linguísticos. Saltou as muralhas religiosas e uma série de contingências sociais, familiares e escolares por elas criadas. [...] ela representa as novas e as antigas relações de gênero, pois que muito é recorrente, denso e impermeável quando se trata do lugar atribuído aos homens e às mulheres, aos brancos, aos negros, aos mestiços, aos cidadãos e nativos no interior de uma sociedade ou país. A escrita feminina tem revelado, des-coberto,

¹ As citações foram atualizadas para a nova ortografia.

re(a)presentado as relações entre homens e mulheres ao longo da História, ou seja, seus movimentos, suas alianças, adesões, distâncias, negações e contradições. Assim essa escrita é uma respiração, cuja inspiração revela a presença sutil e feminina no mundo e, desse modo, a sua característica dialoga no conjunto da Literatura: o seu porquê, o seu diferencial, a sua nuance e o seu potencial.

Observando que o reconhecimento da escrita feminina não está tão estigmatizado, a narrativa da escritora carioca Ana Maria Machado revela que a bagagem que a mulher traz consigo pode ser reconhecida, posto que, a partir de suas vivências, o sujeito feminino demonstra suas inquietações e intenções em um contexto sociopolítico problemático, como na obra *Tropical sol da liberdade*.

O romance, publicado originalmente em 1988 e relançado pela editora Nova Fronteira em 2005, discorre sobre a luta e os embaraços de uma geração que cruzou um dos momentos mais desesperadores da história brasileira. Situam fatos históricos sucedidos durante o período da ditadura no Brasil, abordando seus efeitos sobre as personagens envolvidas direta ou indiretamente em tais acontecimentos. A obra é o segundo romance da escritora e é apontada como uma das mais marcantes narrativas de memória política da literatura contemporânea. Nela, é encontrada uma situação política que contribuiu para a construção da história brasileira, sobre alternativas e possibilidades do ser humano, quando fica frente à repressão controladora do Estado ditatorial, uma vez que muitos se exilaram e outros foram para o enfrentamento armado.

Helena Maria Andrade, Lena, como é conhecida a personagem principal, é uma jornalista que, após uma longa temporada de exílio por causa da ditadura militar brasileira, traz à tona memórias da protagonista. Volta para retomar sua vida anterior e rever sua família. Numa casa de praia, ela e a mãe revivem passagens dos momentos da repressão, e ela rememora os motivos de ter deixado o país. (MACHADO, 2005). Nesse sentido, a presente dissertação apresenta o seguinte problema de pesquisa: de que maneira Lena, a protagonista de *Tropical sol da liberdade*, de Ana Maria Machado, articula memória e história para discutir o contexto ditatorial presente na obra?

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é investigar como a protagonista de *Tropical sol da liberdade* processa a articulação de memória e história com a finalidade de discutir aspectos do contexto ditatorial presentes na obra, a partir do

ponto de vista feminino². Para tal, procura-se, de maneira concisa, reconstituir a trajetória das mulheres no mundo, entendendo o processo emancipatório feminino; investigar a relevância da memória no processo de reconstituição histórica; examinar a representação literária feminina na ditadura; constituir o referencial teórico para análise, fundamentado na teoria crítica feminista; e, por fim, contribuir para a ampliação dos estudos culturais de gênero. Nessa perspectiva, este estudo justifica-se porque, à medida que mostra a análise da representação do sujeito feminino e a articulação de memória e história, procura problematizar o contexto ditatorial de um país cujo passado foi marcado por esse relevante conflito sociopolítico, tema da obra *Tropical sol da liberdade*, de Ana Maria Machado. Além disso, reitera o compromisso da escritura feminina com temáticas que transcendem um suposto universo “da mulher”, entendido de forma redutora, para alinhar-se à produção de uma literatura de abrangência universal.

Buscaram-se, no Banco de Teses e Dissertações da Capes, pesquisas sobre a autora e foram encontrados alguns trabalhos acadêmicos relacionados a essa obra, citados por ano de publicação: *Três romances em diálogo: estudo comparado entre manual de pintura e caligrafia*, de José Saramago, *Tropical sol da liberdade*, de Ana Maria Machado e *Terra sonâmbula*, de Mia Couto (2006), de Susana Ramos Ventura; *Na contramão da ordem vigente: a mulher no contexto da ditadura militar em Tropical sol da liberdade*, de Ana Maria Machado (2008), de Mirele Carolina Werneque Jacomel; *Tropical sol da liberdade: entre o mar e as amendoeiras, resgates e rupturas através da narrativa* (2013), de Andrea Quilian de Vargas; *Do silêncio à narrativa: a memória em Tropical sol da liberdade*, de Ana Maria Machado (2014), de Maria Edna Silva Pereira; e, por último, a dissertação intitulada *Opressão política e políticas da opressão: gênero, história e memória em Tropical sol da liberdade* (2015), de Camila Marchesan Cargnelutti. Esta dissertação se diferencia das demais, pois apresenta seis eixos (abandono, censura, exílio, repressão, resistência e tortura) que direcionam o trabalho. Esses eixos trabalham as personagens do livro, mas principalmente a memória de uma jornalista que viveu a ditadura militar brasileira e que quer deixar algo para a posterioridade, com isso, tem a iniciativa de criar uma peça teatral. É nessa tentativa de escrita, por meio da arte, que a protagonista articula memória e história dentro da obra.

² O adjetivo feminino está no sentido mais amplo.

Ana Maria Machado é considerada por muitos críticos como uma das melhores romancistas contemporâneas brasileiras. Conforme o *site* da autora³, ela despontou nas últimas décadas, no Brasil, com obras que conquistaram a crítica e o público, recebendo consideráveis prêmios para a literatura brasileira, entre eles estão o Prêmio Jabuti, o Machado de Assis e o Casa de Las Americas. Nascida no bairro Santa Teresa, Rio de Janeiro em 24 de dezembro de 1941, hoje com 76 anos, foi casada com o médico Álvares Machado, com quem teve dois filhos. Atualmente é casada com o músico Lourenço Baeta, com quem tem uma filha. Possui mais de cem livros publicados e, aproximadamente, 20 milhões de exemplares vendidos, traduzidos para outras línguas e distribuídos por 25 países.

As principais obras literárias da autora, publicadas para o leitor adulto, são as seguintes (em ordem cronológica de publicação): *Alice e Ulisses* (1984), *Tropical sol da liberdade* (1988), *Canteiros de saturno* (1991), *Aos quatro ventos* (1993), *O mar nunca transborda* (1995), *Esta força estranha* (biografia, de 1998), *A audácia dessa mulher* (1999), *Para sempre* (2001), *Palavra de honra* (2005), *Sinais do mar* (2009), *Infâmia* (2011) e *Um mapa todo seu* (2015). E, os principais livros acadêmicos e teóricos são: *Recado do nome* (tese de doutorado, de 1976), *Democracia* (coletânea de artigos, de 1983), *Contra corrente* (coletânea de artigos, de 1999), *Texturas – sobre leituras e escritos* (coletânea de artigos, de 2001), *Como e por que ler os clássicos universais desde cedo* (livro teórico, de 2002). A trajetória das obras da escritora, realizada em épocas diferentes, convida os leitores a pensarem, refletirem e questionarem a respeito de seus romances e de seus textos teóricos.

Ainda segundo o *site*, quando criança, a autora era apaixonada por livros e histórias que a avó e a mãe contavam. Passava as férias à beira-mar em Manguinhos, no Espírito Santo. O escritor Monteiro Lobato influenciou Ana Maria em toda a sua carreira. Sempre teve muitos livros, mas sua vida profissional começou na pintura; mais tarde, realizou vestibular para Geografia e, não se sentindo satisfeita, foi para a faculdade de Letras Neolatinas. Estudou no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e no MOMA de Nova Iorque. Depois de 12 anos cercada pela pintura, preferiu seguir o caminho das palavras. As artes continuam como passatempo. Fez parte da resistência, chegou a ser presa, deixou o Brasil para ir

³ Disponível em: <<http://www.anamariamachado.com/>>. Acesso em: 08 de jan. 2018.

para o exílio na época da ditadura, levando os livros infantis que estava escrevendo para a revista *Recreio*.

Trabalhou como jornalista na França e em Londres. Foi professora na Universidade de Sorbonne, além de ter participado de um grupo de estudos no qual o coordenador era Roland Barthes, quem se tornou seu orientador no doutorado em Linguística e Semiologia. A tese rendeu um livro intitulado *Recado do nome*. Quando retornou ao Brasil, em 1972, foi trabalhar no *Jornal do Brasil* e na *Rádio JB*. Em 1980, não exercia mais a atividade de jornalista e estava entusiasmada com a arte literária. Obteve muitos prêmios, um deles foi o “João de Barro”, com o livro *História meio ao contrário*, de 1977. Em 1993, tornou-se *hors-concours* dos prêmios da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ). Com *Beijo mágico* (2007), ganhou o prêmio “Espace Enfant”, do Instituto Jean Piaget. No ano de 2000, recebeu o prêmio “Hans Christian Andersen”, considerado o prêmio Nobel da Literatura Infantil Mundial, pelo conjunto de obras infantis.

A Academia Brasileira de Letras outorgou-lhe, em 2001, o “Prêmio Machado de Assis”, na categoria conjunto da obra. Em 2003, foi eleita para a Cadeira número 1 dessa associação, na sucessão de Evandro Lins e Silva. Lecionou Teoria Literária e Literatura Brasileira no curso de Letras, História do Cinema e Televisão, Comunicação Icônica e Comunicação Fabular, na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi crítica de espetáculos infantis, ensaísta e colaboradora em várias revistas. Recentemente, Ana Maria Machado se viu envolvida em uma polêmica por causa de seu livro *O menino que espiava para dentro*, de 1983.⁴

⁴ Segundo a revista *Crescer*, do mês de setembro de 2018, Ana Maria Machado recebeu críticas violentas e um tanto absurdas por sua obra infantil *O menino que espiava para dentro*, de 1983. Conforme algumas mães, o livro estaria incitando ao suicídio. Essa narrativa conta a história de um menino que tinha a imaginação fértil, e por isso ele prestava muita atenção em tudo, porém se distraía facilmente. Ele tem um amigo imaginário e juntos fazem muitas coisas. Até que chega o dia em que Lucas quer maçãs porque quer dormir (morrer). O próprio livro menciona que o menino quer se engasgar com a maçã para que possa dormir, mas como a família era muito desligada dessas coisas, seria capaz de fazê-lo desengasgar e tudo perderia o sentido. Em entrevista para a revista, a escritora comenta que no ano em que escreveu o livro nasceu sua filha e que teria outros dois filhos mais velhos e que como tudo era diferente, ela queria escrever sobre isso. Esse foi o motivo que fez com que a autora escrevesse sobre um filho único, que tinha um amigo imaginário, que queria dormir como a Branca de Neve para ganhar um beijo (da mãe) e fosse acordado, já que a família não dava importância para ele. No fim ele ganha um cachorro para ser seu amigo. Disponível em <<https://revistacrescer.globo.com/Voce-precisa-saber/noticia/2018/09/historia-por-tras-do-livro-de-ana-maria-machado-que-gerou-polemica-do-engasgo-com-maca.html>> Acesso em: 29 out. 2018.

Literatura infantil, juvenil, romance, livros de ensaios, autobiografia, traduções, adaptações e palestras foram produtos dos vários anos em que Ana Maria Machado dedicou à literatura. No ano de 1979, criou, no Brasil, a livraria Malasartes, a primeira dedicada a livros infantis. Foi escolhida para a presidência da Academia Brasileira de Letras nos anos de 2012/2013 e inaugurou um programa de formação de auxiliares de biblioteca em periferias e comunidades carentes no Rio de Janeiro.

Na obra *Tropical sol da liberdade* (2005), Ana Maria Machado associa ficção e realidade, passado e presente, contando alguns momentos relevantes desse período – as primeiras manifestações estudantis, a frieza do regime, os modelos de resistência –, referindo-se não somente aos instrumentos de repressão que controlavam a sociedade, mas também ao processo problemático de transformação do regime para a democracia.

Essas são as discussões que permeiam esta dissertação e, para construí-la, pensou-se em uma pesquisa de ordem exploratória e explicativa com relação aos eixos (abandono, censura, repressão, resistência e tortura) mencionados, é uma pesquisa fundamentalmente bibliográfica de cunho literário e histórico. Foram realizadas algumas leituras do romance (superficial, profunda e pontual) bem como a de outros textos que foram utilizados como aporte teórico e suporte histórico. Para fins de organização, este trabalho ordena-se em cinco partes: a primeira é constituída pela introdução; a segunda parte traz um breve histórico sobre a mulher no universo literário – a partir do romance *Tropical sol da liberdade* (2005) –, sobre os estudos culturais de gênero, literatura de autoria feminina e a literatura feminina, bem como cânone.

A terceira parte procura estabelecer relações entre memória e história. Dessa forma, a análise volta-se para a permanência da memória, o registro da história e as memórias compartilhadas da ditadura. As relações entre memória e história fazem parte da estruturação da sociedade, pois quando o coletivo se torna testemunha, torna-se também provedor de informações que muitas vezes foram ignoradas.

A quarta parte propõe uma análise da ditadura em perspectiva com a representação literária feminina, com base no contexto ditatorial da obra analisada, o papel político da mulher na ditadura militar de 1964 e sobre a personagem Lena: sujeito feminino e produção literária. Nesse período de ditadura, as consequências e a estagnação atingiram não apenas a literatura, mas, principalmente, as operações políticas do País. Depois disso, a “censura” foi extinta, o que possibilitou que esse

período histórico fosse explorado pelos escritores, permitindo que a sociedade tivesse novas expectativas.

Neste estudo, procura-se evidenciar a representação da personagem feminina e a forma como ela é capaz de interpretar e reescrever momentos históricos que as mulheres, em geral, não tiveram oportunidade de relatar ou que tiveram seus relatos silenciados. Percebe-se, assim, a relevância de um estudo que dá ênfase a uma obra da literatura brasileira escrita por uma autora consagrada que desconstrói estereótipos tanto em relação à literatura quanto ao próprio papel da mulher na história.

2 A MULHER NO UNIVERSO LITERÁRIO

*É hora de efetuar uma revolução nos modos das
mulheres – hora de devolver-lhes a dignidade perdida
– e fazê-las, como parte da espécie humana,
trabalhar reformando a si mesmas para reformar o
mundo.*

Mary Wollstonecraft

O presente capítulo tem por objetivo verificar o papel da mulher no universo literário na perspectiva dos estudos culturais de gênero ao examinar aspectos da literatura de autoria feminina em relação à história literária tradicional e ao cânone, fatores esses ligados à exclusão de escritoras. O ambiente feminino pode muitas vezes ser mais bem compreendido na literatura, por meio da escrita literária produzida por mulheres, a qual trata da condição da mulher no mundo.

Na literatura brasileira, algumas escritoras ocupam lugar de destaque, esse é o caso de Ana Maria Machado, que ganhou muita notoriedade por suas obras. O romance *Tropical sol da liberdade* (2005) foi escolhido para esta pesquisa por abordar um acontecimento inaceitável – a ditadura militar brasileira –, a violência e repressão pela ótica de uma escritora, que viveu esse período. Esse livro parece um documento valioso, pois em cada capítulo é possível visualizar a história sob a perspectiva de uma mulher que esteve nessa luta. Conforme Estela Santos⁵ (201?, s/p), o contexto histórico

em que o romance foi inserido faz urgente a voz e o engajamento de Ana Maria Machado. E não era para ser diferente [...] por isso que podemos dizer que *Tropical sol da liberdade* é uma obra engajada por acolher as vítimas da dor, por se fazer contestação e por denunciar fatos desumanos e, também, por guardar a memória dos vencidos.

No decorrer da história, a cultura patriarcal que domina a sociedade não incluiu nos registros oficiais os relatos das mulheres, fossem elas de diferentes áreas sociais, abrangendo também o campo das Letras. Com o passar dos anos, o

⁵ Disponível em: <<https://homoliteratus.com/tropical-sol-da-liberdade-o-periodo-ditatorial-na-visao-de-uma-mulher/>> Acesso em: 10 jul. 2018.

mundo transforma-se e as mulheres adquirem maior independência, podendo expressar seus sentimentos, pensamentos e suas críticas.

A literatura tem se tornado, de uma maneira ou de outra, um modelo pelo qual a sociedade pode refletir sobre suas próprias experiências de vida. Muitos temas já foram objeto de estudo e, a questão da mulher, representada por personagens femininas, é, na maioria das vezes, retratada sob a perspectiva masculina. A obra analisada nesta dissertação, história, ficção e autoria estão juntas, e é por meio de questionamentos da personagem principal, Lena, que aparecem os questionamentos tanto em nível pessoal quanto social. É a voz desta mulher, Lena, criada por outra mulher, Ana Maria Machado, que seguimos.

2.1 ESTUDOS CULTURAIS DE GÊNERO

É importante fazermos algumas considerações quanto ao termo gênero, que é algo que vai além da determinação biológica que caracteriza a mulher. Lúcia Helena (1996, p. 25) ressalta que:

o termo gênero – além de relacionar-se com a história, as práticas sociais e as imbricações entre a significação e a experiência – tem a ver com a construção dos papéis sociais da “mulher” e do “homem” [...] Desse modo, muito mais do que parece a princípio, o conceito de gênero é um elo fundamental para que se relacionem as produções textuais à rede discursiva que, simultaneamente, é constituída por, e constitui, o jogo de forças que articulam poder, sexualidade, subjetividade e história.

A questão do corpo é marcada pela diferença entre natureza e cultura, e com diferentes preocupações que implicam a designação de menina/menino (biologicamente) e gênero como cultura mediante uma linguagem produzida pela imaginação do outro não sendo capaz de desprender a expressividade dos corpos por estarem no ponto central pela igualdade. De acordo com o pensamento de Judith Butler (2010, p. 200), o gênero é

uma identidade tenuamente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanentemente marcado pelo gênero.

A articulação proposta nesta dissertação está situada nesse campo e entende a complexidade do viés dessa abordagem como chave para a análise. Os estudos de gênero possibilitam a discussão do cânone literário, permitindo que escritoras, que por longo tempo foram marginalizadas, sejam ouvidas. Ana Maria Machado não é exatamente uma autora desconhecida, porém também não tem sua narrativa consagrada como parte dos registros literários sobre a ditadura. Zinani (2010, p. 58) menciona que

como o gênero está relacionado ao processo cultural, constitui uma categoria que possibilita não só a análise da diferença, mas também o desmascaramento das questões de dominação e poder – a assimetria que permeia as relações entre masculino e feminino e a dominação patriarcal.

Com relação entre masculino e feminino, os estudos de gênero objetivam mostrar as particularidades sociais e culturais dessa relação. Simone de Beauvoir (2016, p. 11), com sua frase exemplar “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, fez a sociedade pensar nos papéis atribuídos às mulheres no decorrer da história. Similarmente, para Tereza de Lauretis (1994, p. 211), “gênero não é sexo, uma condição natural, e sim a representação de cada indivíduo em termos de uma relação social preexistente ao próprio indivíduo e predicada sobre a oposição conceitual”. Maria Consuelo Cunha Campos (1992, p. 111) ressalta que

comumente os linguistas faziam prévia distinção entre esta [noção de gênero] e a noção de sexo biológico. Enquanto este seria da ordem do dado, identificado à natureza, aquela pertenceria à ordem do construído, alinhando-se no polo da cultura. Procedendo assim, os linguistas [sic], à época, não consideravam que a base natural, da ordem do biológico, não existe no universo humano, fora das chamadas identidades sexuais, já revestidas culturalmente. Papéis sociais do sexo o são dentro de um determinado recorte cultural, o que permite dizer que, conceitualmente, feminino e masculino, ao se assentarem sobre a natureza, transbordam-na, todavia.

A posição que a mulher ocupa no meio social, desde seu nascimento até a sua velhice, é essencial para o entendimento de como funciona o conceito de gênero. Nos primórdios, a mulher era associada ao pecado pelos homens. Ela daria à luz, e o marido a governaria eternamente. Muitas crianças foram ensinadas pela sociedade patriarcal que as pessoas do sexo feminino seriam inferiores e deveriam ser subordinadas aos homens, cabendo-lhes apenas seus afazeres domésticos. Aquelas mulheres que não seguiam essas regras, que buscavam novas atitudes,

eram chamadas de bruxas. As parteiras, que usavam ervas medicinais, e outras que tinham mais autonomia em relação à religião ou ao próprio corpo, eram torturadas, afogadas ou queimadas de forma atroz para que a alma se libertasse dos pecados. (PERROT, 1988).

Com a Revolução Industrial, no século XVIII, as cidades começaram a se desenvolver, e as mulheres passaram a ter outras funções. Essas cidadãs tiveram a necessidade de sair de casa para trabalhar e, por muitas vezes, sustentar o lar. Numa sociedade fortemente marcada pela cultura patriarcal, ideias ligadas à emancipação feminina começaram a aparecer e a se disseminar.

A mulher passou por centenas de transformações no decorrer do tempo, nas mais diversas sociedades e com a colaboração da educação formal. Muitas estavam num cenário totalmente controverso e, com a desconstrução do conceito de submissão, outros princípios, vontades, perspectivas e identidades vieram à tona. Rago (2004, p. 33) assevera que

já são inúmeros os estudos, pesquisas, livros, publicações e revistas que desconstruem as muitas leituras sobre o corpo e a fisiologia da mulher, seus sentimentos, desejos e funcionamentos físicos e psíquicos, subvertendo, radicalmente, a ordem masculina do mundo, especialmente, ao desconectar a associação estabelecida entre origem e finalidade, que justificava a definição de uma suposta essência feminina a partir de sua missão para a maternidade.

No século XVIII, Olympe de Gouges, ativista política, feminista e abolicionista francesa, reivindicava que as mulheres tivessem direitos iguais aos dos homens. Com isso, escreve, em 17 artigos, a *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*. Já no século XIX, em 1848, em Seneca Falls, no Estado de Nova Iorque, realizou-se a 1ª Convenção de Mulheres⁶. Esse episódio marcou o início do movimento feminista no Ocidente. A partir de constantes lutas desses movimentos, então organizados, por volta do século XX, o feminismo aproxima-se do universo político e social. (GONÇALVES, 2006).

⁶ O Movimento de Liberação das Mulheres começou em 1848 com Elizabeth Cady Stanton que falou de seus sentimentos ao pequeno grupo de mulheres. Uma semana depois foi feita uma convenção de mulheres e Elizabeth contou de suas sensações. Naquele momento muitas mulheres expressaram seus pontos de vista. Os homens responsáveis pela convenção não queriam que as mulheres participassem então Lucretia Coffin Mott enfrentou bravamente aqueles homens pelos direitos das mulheres. Outra ambiciosa mulher foi Fanny Write que falou sobre a escravidão e a igualdade das mulheres nos Estados Unidos. Betty Friedan encorajava as mulheres a não serem “donas de casa”. Margaret Sanger iniciou o controle de natalidade. O direito ao voto foi estabelecido em 1920.

Susan Faludi, em seu livro intitulado *Backlash: the underclared war against american women* (1991), apresenta como os movimentos antifeministas se expandiram na década de 1980, e a imprensa propagou muitos mitos relacionados ao feminismo, insistindo que o feminismo nada mais era que uma nascente de impasses que atormentavam as mulheres. Faludi ainda menciona que muitas das questões impostas estão associadas aos utópicos machistas que não sabem substanciá-las e que o contra-ataque virá através dos esforços das mulheres. Sendo que um dos mais incoerentes seria de que a visão das mulheres ateando fogo nos sutiãs jamais teria acontecido. De acordo com a jornalista e escritora, houve diversas manifestações por volta dos anos 1970, com a intenção de obter educação, gerando mais empregos com remunerações equilibradas às dos homens. As publicações vendidas à época registraram um protesto de um desfile (*Miss America*) em que muitas mulheres colocaram os sutiãs no lixo, mas na realidade elas alegavam que o concurso exigia que mostrassem seus corpos. Muitas acharam que não tinham beleza suficiente e aproveitaram para colocarem seus pertences (sutiãs, pinças, cintos, sapatos de salto alto) em uma lixeira, pensaram em atear fogo, mas a polícia imediatamente interveio dizendo que o incêndio representaria risco.

O desfile aconteceu assim mesmo, porém algumas mulheres roubaram uma faixa com os seguintes dizeres: “LIBERTAÇÃO DAS MULHERES”. Em seguida, essas mulheres jogaram bombas no salão fazendo com que todas as pessoas saíssem do local. A imprensa ficou tão eufórica que fez da libertação da mulher a primeira página de vários jornais. As feministas ficaram lembradas para sempre como as mulheres que queimavam seus sutiãs e o que representa as feministas é o punho fechado. Esse símbolo rapidamente se espalhou durante um protesto em 1969 pela libertação das mulheres. Originalmente feito em vermelho, para representar a menstruação, o símbolo foi se transformando em diversas cores e formas ao longo das décadas.

O movimento feminista pode ser pensado a partir de quatro ciclos nomeados de “ondas”, por não ser algo imóvel. Além disso, é possível dialogar sobre literatura no ambiente das linguagens, já que mudam os padrões sociais e, então, para construir, a partir disso, o pensar feminino, é viável entender que cada mulher é diferente de outra. Duarte (2003, p. 152) considera que

o “feminismo” poderia ser compreendido em um sentido amplo, como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo.

A perspectiva de Duarte (2003) mostra as ondas para mulheres brancas elitizadas. Algumas mulheres organizavam-se e reivindicavam seus direitos em vários países. Foi desse movimento que surgiu a primeira onda do feminismo, no final do século XIX e início do século XX. Segundo o *Dicionário crítico de gênero*, “feminismo é um fenômeno social, cultural que assume feições específicas de acordo com o lugar e os sujeitos que dele ou nele falam” (COLLING; TEDESCHI, 2015, p. 244).

Mesmo que muitas mulheres conseguissem conquistar batalhas, outras viviam encarceradas em seus lares, outras, sem direitos. Uma maneira de conseguirem se livrar disso seria por meio da educação. Como menciona Duarte (2003), a legislação permitiu a criação de educandários públicos femininos por volta de 1827. O conhecimento que chegava até essas mulheres era adquirido em escolas particulares, conventos ou quando tinham professores em casa. Algumas aprendiam habilidades domésticas para serem boas donas de casa, e outras tentavam publicar livros.

Ainda durante a primeira onda, no Brasil, poucas mulheres obtiveram educação de qualidade e, entre elas, estão às escritoras Ana Beatriz Francisca de Assis Brandão (1779-1860), Ana Eurídice Eufrosina de Barandas (1806-?), Clarinda da Costa Siqueira (1818-1867), Delfina Benigna da Cunha (1791-1857) e Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar (?-?), que publicaram jornais, revistas, eram poetisas e foram educadoras brasileiras.

A segunda onda do feminismo, como afirma Duarte (2003), apareceu por volta de 1870, trazendo grande quantidade de jornais e revistas feministas. Um dos primeiros foi *O sexo feminino* (1873), de Francisca Senhorinha da Mota Diniz. Esse jornal fez tanto sucesso que, logo após a Proclamação da República, foi renomeado *O quinze de novembro do sexo feminino* (1889). A filha de Francisca, Elisa Diniz Machado Coelho, fundou o Colégio Santa Isabel, no Rio de Janeiro.

Outra jornalista de sucesso da época foi Amélia Carolina da Silva Couto (?-?), com o periódico *Echo das damas*. Muitos outros foram surgindo com o tempo, como *O domingo* e o *Jornal das damas*, em 1873. Josefina Álvares de Azevedo (1851-?),

irmã do escritor Álvares de Azevedo, questionou a ideologia de gênero e reivindicou mudanças na sociedade. As irmãs Revocata Heloísa de Melo (1853-1944) e Julieta de Melo Monteiro (1855-1928) publicaram, em 1885, o jornal *O corimbo*, o qual popularizava o que acontecia em outros países. Entre 1897 a 1900, Presciliana Duarte de Almeida (1867-1944) publicou a revista *A mensageira* (DUARTE, 2003).

Mesmo com toda a produção efervescente do período mencionado, anos mais tarde, as mulheres ainda buscavam na sociedade a tolerância ao movimento feminista. Por isso, os estudos de gênero baseiam-se, em parte, nos princípios apresentados com base nos movimentos feministas e em parte em sua permanência. Para Colling e Tedeschi (2015, p. 123-124), o termo

condição feminina foi apropriado pelo movimento de mulheres e pelas protagonistas da chamada segunda onda feminista para dar sustento aos argumentos que utilizavam no debate sobre a sua situação de inferioridade e na luta pela igualdade.

Para diminuir essa diferença social, a terceira onda feminista, a partir da década de 1890, como menciona Duarte (2003), ocorre concomitante à reivindicação do direito ao voto, ao curso superior e a mais oportunidades no campo de trabalho. Bertha Lutz (1894-1976) publicou na *Revista da Semana*, em 14 de dezembro de 1929, uma carta denunciando o tratamento dado ao sexo feminino, e propôs a criação de uma sociedade de mulheres. Maria Lacerda de Moura (1887-1945) manifestou sua luta pela libertação da mulher, publicando, em 1918, sua pesquisa em torno da educação. Leolinda Daltro (1859-1935) foi líder de um grupo feminista que ocupava espaços públicos para chamar atenção às suas reivindicações. Diva Nolf Nazário (?-?), futura advogada, divulgou seu livro *Voto feminino e feminismo* (1923), em que apresentava artigos sobre o voto e os direitos políticos da mulher. Em 1927, o governador do Estado do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine de Faria (1874-1986) permitiu, em seu estado, que as mulheres fossem até as urnas. Em 1929, Alzira Soriano (1897-1963) foi eleita a primeira prefeita da cidade de Lajes, Rio Grande do Norte. No restante do Brasil, esse direito foi introduzido em 1932, mas foi somente em 1945 que todas as outras mulheres puderam ser beneficiadas com a prática do sufrágio⁷. (DUARTE, 2003).

⁷ Sufrágio foi uma forma de processo de escolha por votação; eleição.

No campo literário, pode-se considerar que a terceira onda foi bem intensa. Gilka Machado (1893-1980) apresentou os poemas eróticos em *Meu glorioso pecado*, de 1918. Rosalina Coelho Lisboa (1900-1975) destacou-se, conquistando o primeiro prêmio na Academia Brasileira de Letras, com o livro *Rito pagão* (1921). Raquel de Queiroz (1910-2003) publicou muitos romances e crônicas em jornais, e, em 1930, apresentou ao público o romance *O quinze*. Mariana Coelho (1857-1954), lançou *A evolução do feminismo: subsídios para a sua história*, em 1933. E, por fim, Adalzira Bittencourt (1904-1976), preocupou-se com a memória da literatura das mulheres e organizou, no Rio de Janeiro, em 1946, a Primeira Exposição do Livro Feminino (DUARTE, 2003).

A quarta onda aconteceu por volta do ano de 1970, quando as mulheres já conseguiam concretizar grande parte das exigências reivindicadas na fase anterior; estavam posicionadas contra a ditadura militar brasileira e a censura; queriam a redemocratização do país, a anistia e melhores condições de vida.

É importante ressaltar, como revisão histórica, que Djamila Ribeiro comenta em seu livro *Quem tem medo do feminismo negro?*, de 2018, algo paralelo, às ondas do feminismo negro, que acontece como provocação à sociedade, empregado para dar direitos ou reconhecer a opressão. Para ela, as ondas foram da seguinte maneira: Primeira onda, início do século XIX, com Nísia Floresta reivindicando o direito ao voto e ao trabalho sem autorização masculina. Segunda onda iniciou em 1970, quando as mulheres lutavam pela valorização do trabalho feminino, direito ao prazer e a não violência sexual, combatendo a ditadura militar.

Nos Estados Unidos, mulheres negras se manifestavam contra os movimentos de mulheres dos quais não podiam participar, agregando mais importância política ao debate. No Brasil, o movimento negro ganhou força e lutava para que mulheres negras fossem sujeitos políticos. A Terceira onda teve início em 1990, com Judith Butler, que coloca em discussão tudo que tinha vindo antes, mostrando que muitas falas feministas eram excludentes, já que muitas mulheres são reprimidas de diferentes maneiras e que o certo seria discutir gênero por meio de classe e raça, fazendo eco às ideias da teórica ativista Angela Davis. A queixa era que essa universalização de direitos foi embasada na mulher branca de classe média e não nas mulheres pobres ou negras. Ribeiro (2018, p. 46-47) ressalta que não existe

apenas um enfoque feminista: há diversidade quanto às posições ideológicas, abordagens e perspectivas adotadas, assim como há grupos diversos, com posturas e ações diferentes. [...] A relação entre política e representação é uma das mais importantes no que se diz respeito à garantia de direitos para as mulheres, e é justamente por isso que é necessário rever e questionar quem são esses sujeitos que o feminismo estaria representando. Se a universalização da categoria “mulheres” não for combatida, o feminismo continuará deixando muitas delas de fora e alimentando assim as estruturas de poder. [...] O movimento feminista precisa ser interseccional, dar voz e representação às especificidades existentes no ser mulher. Se o objetivo é a luta por uma sociedade sem hierarquia de gênero, existindo mulheres que, para além da opressão de gênero, sofrem outras opressões, como racismo, lesbofobia, transmisoginia, torna-se urgente incluir e pensar as intersecções como prioridade de ação, e não mais como assuntos secundários.

Há que se considerar essa outra visão, pois ela cumpre um papel de deslocamento do próprio feminismo para olhar suas “falhas”. Vale destacar que a palavra feminismo vem se articulando nos ativismos contemporâneos, com o movimento negro, o movimento indígena, o sindical, o estudantil e o comunitário (DUARTE, 2003). A partir dessa articulação é possível visualizar algumas conquistas importantes que ocorreram, como o casamento, liberdade sexual, mais espaço no mercado de trabalho, mesmo sendo mão de obra barata. Além disso, as decisões pessoais e um percurso mais autônomo são mais visíveis nas trajetórias das mulheres, o que podemos observar na obra em análise. Em 1982, Duarte (2003), estabelece a quarta onda. A obra *Tropical sol da liberdade*, de Ana Maria Machado, começa a ser escrita, sendo finalizada somente em 1988, isto é, durante cinco anos de ditadura e repressão e um ano pós-ditadura.

Em seguida, é apresentada uma retomada sobre Literatura feminina e cânone.

2.2 LITERATURA FEMININA E CÂNONE

Os textos femininos, escritos em diferentes épocas, eram vistos como secundários, excluídos do cânone, e não havia lugar dentro de uma sociedade que tinha princípios patriarcais. O termo cânone vem do grego *kanón* e retrata um padrão representado por uma obra ou um escritor. Do mesmo modo, as igrejas empregavam essa palavra para indicar o nome dos santos e livros sagrados. O cânone, desde seus primórdios, foi formado a partir de escolhas de discursos

dominantes entre as práticas burguesas. A seleção dos literatos não estava restrita apenas às questões estéticas do texto literário, mas às questões morais e sociais que não consideravam as mulheres. Cíntia Schwantes (2003, p. 392) expõe que

a representação de mulheres, uma outra minoria, se dará de forma ainda mais tensa, posto que as mulheres terão uma representação ambígua, dependendo de sua etnia e de sua classe social. [...] mas o fato de que “mulher” não é uma categoria unívoca – os fatores de classe e etnia interferem na construção de uma identidade feminina – não é o único nó da questão da representação feminina. Além disso, nossa sociedade funciona através de uma divisão de tarefas por gênero. [...] assim, homens e mulheres, conforme variam as exigências de uma determinada sociedade, são atribuídas qualidades e limitações que os habilitam, ou não, a cumprir determinadas tarefas.

Essa sociedade estabelecia qual seria o ambiente da mulher, já que muitas não eram alfabetizadas, poucas tinham acesso à escrita e não podiam participar de reuniões masculinas. Desse modo, elas eram retiradas do mundo das letras pelos homens; por essa razão, muitos textos eram de autores do gênero masculino. Constância Duarte (1996, p. 25) lembra-nos de que

a educação da elite feminina do século XVIII resumia-se mais numa preparação mundana que em educação propriamente dita. Bastavam, para elas, aulas de catecismo, de costura, da arte de agradar, de como se comportar bem e de como fazer referências. Mesmo ao longo do século XIX [...] perdurava ainda a noção de que elas eram inferiores intelectualmente e que, portanto, eram incapazes de pensar como os meninos.

As mulheres nunca foram incentivadas a escrever, e as que escreviam tinham pouca produção, a qual acabava caindo no esquecimento por não representar as predileções do mundo letrado, eminentemente masculino. Assim, literatura e feminismo estão interligados principalmente quando o assunto é o direito à escrita e à educação. A autoria feminina representa a luta da mulher que escreve para uma sociedade na qual a produção textual e de ideias foi tradicionalmente reservada ao homem. Isso fez com que as obras que hoje conhecemos sofressem verdadeiros percalços em sua escrita e sua divulgação. Além disso, essas mulheres, enquanto leitoras, interrogavam suas representações na produção literária feita por homens.

Com o passar dos anos, as escritoras ultrapassaram as fronteiras do lar e da senzala, da não identidade e do esquecimento e, através de muitas lutas, ao poucos adentraram no mercado de trabalho e em grandes organizações. O poder não

estava mais tão ligado ao masculino, movendo-se em mãos femininas também. Hoje é essencial que os escritos das mulheres sigam essas metamorfoses, o que, para Lobo (1997, p. 22), diz respeito ao cânone da literatura feminina, o qual

se modificará muito se a mulher retratar vivências resultantes não de reclusão ou repressão, mas sim a partir de uma vida de sua livre escolha, com uma temática, por exemplo, que se afaste das atividades tradicionalmente consideradas “domésticas” e “femininas” e ainda de outros estereótipos do “feminino” herdados pela história, voltando-se para outros assuntos habitualmente não associados à mulher até hoje.

O cânone é um padrão com o qual os críticos orientam as leituras de obras de forma prática, pois, em seu início, havia uma inquietude crescente em fornecer textos que fossem formadores ao currículo dos jovens, para reconhecer escritos de qualidade estética. De acordo com Harold Bloom (1995, p. 23), “a presença do cânone é essencial devido à incapacidade humana de reconhecer toda literatura disponível: quem lê tem de escolher, pois não há, literalmente, tempo suficiente para ler tudo, mesmo que não se faça mais nada além disso”. O problema do cânone é que ele se constituiu a partir de uma visão parcial, masculina e branca da literatura. Dessa forma, a nova leitura de obras canonizadas, a partir do resgate de alguns textos que foram apagados, reconhece que as mulheres eram e são capazes de atrair o interesse do leitor e questionar a história da literatura tradicional. Para Zahidé Lupinacci Muzart (1997, p. 80-81), o estudo do cânone

está ligado a diversos fatores, mas “principalmente à dominante de época: dominantes ideológicas, estilos de época, gênero dominante, geografia, sexo, raça, classe social e outros. Aquilo que é canonizado em certas épocas, é esquecido noutras; o que foi esquecido numa, é resgatado em outras.”

Atualmente, as instituições de ensino possuem grande interferência em relação ao cânone. O ensino nos cursos de graduação e pós-graduação prioriza os autores já conhecidos e reconhecidos pela sociedade, apesar de existirem inúmeras outras obras e escritores que esperam a oportunidade de serem investigados. Muzart (1997, p. 80) ainda tece considerações no que diz respeito à universidade brasileira, que

é mestra em perpetuar a mesmice: os mesmos, sempre os mesmos escritores nos mesmos programas. Quando estuda a contemporaneidade, é

raro que se chegue aos nossos dias, preferindo permanecer nos canonizados Guimarães Rosa e Clarice.

O consumo de autoras inéditas ou da releitura de autoras esquecidas é uma tarefa que merece uma melhor observação, uma vez que o aprendizado sobre essas mulheres notáveis é desigual nas instituições brasileiras. Para Muzart (1997, p. 83), as mulheres “não tinham acesso às boas escolas, as suas leituras eram orientadas para o ideal da mulher ‘do lar’, não tinham liberdade de movimentos, de viagens e, sobretudo, não tinham a liberdade de discutir suas ideias”.

As autoras de literatura feminina têm sua própria identidade e suas próprias complexidades e estão levando suas descobertas a um nível elevadíssimo. As editoras auxiliam e contribuem para a escolha das obras consagradas, e estabelecem técnicas de divulgação que fazem dos livros um objeto para o consumo, sendo que, estudos contemporâneos, como as pesquisas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade de Brasília (UnB), com o Grupo de Estudos em Literatura Contemporânea (Gelbc), coordenado pela professora Regina Dalcastagné, consideram a pluralidade da literatura e tentam em seus trabalhos não perpetuar a ideia de um cânone fixo.

O questionamento ao sistema canônico torna-se um meio, também, de denunciar as relações de poder, já que a formação dos cânones literários foi estabelecida por uma categorização de textos e de autores que integram o panteão das Letras. A luta das mulheres tem chamado à atenção dos críticos, os quais, muitas vezes, discriminaram o feminino na construção do cânone. Atualmente, é notória a necessidade do estabelecimento de novos critérios para a análise das obras. Duarte (1995, p. 23) aponta que

seria reduzir drasticamente a importância de Virgínia Woolf ou Clarice Lispector se considerássemos a literatura que produziram apenas como feminista, ou a de Lima Barreto como literatura negra, apenas porque os autores puseram em destaque uma luta específica.

Esses vieses de análise, apesar de reconsiderar algumas questões apagadas historicamente, não dão conta da complexidade estética e do fazer literário das obras. Além disso, a existência de uma literatura feminina é discutida até hoje, exigindo das obras um crescimento no mercado editorial. O feminismo tem uma função significativa na escritura de uma história da literatura que não seja excludente

e que também seja de qualidade. Ler textos de autoria feminina é criar fissuras no cânone com visões que desestabilizam esses valores. Trazer esses textos para a academia é avaliar os parâmetros dessa seleção⁸.

O ensaio, *Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir (1949) movimentou muito as décadas de 1960 e 1970 porque discute e desconstrói a submissão do sexo feminino pelo masculino por conta de fatores biológicos, psíquicos e históricos. É justificável entender que o preconceito não acontecia somente por parte dos homens, mas também por intermédio das próprias mulheres que ainda eram vítimas da dominação patriarcal, fazendo com que não conseguissem ver a produção dessas literatas como algo intelectualizado e bom. Por isso, muitas escritoras acabaram desaparecendo. É coerente pensar então, que assim como entende Beauvoir, com o tempo, nos tornamos escritoras e leitoras.

Nessa perspectiva, Moreira (2003, p. 93-94) faz considerações relevantes sobre o cânone:

- 1) O cânone possibilita a recuperação de uma história das histórias da literatura, [...] como se escolhem autores e obras, o que se destaca quando se estudam escolas e movimentos literários; que critérios norteiam essas organizações; como se distribuem e como delimitam épocas e períodos.
- 2) [...] possibilita a legitimação do discurso sobre a literatura (manifestos, revistas, antologias) e que produz conceitos (estéticos, teóricos, críticos).
- 3) [...] define as pautas de leitura e interpretação, porquanto define modelos e estabelece critérios de valoração.
- 4) [...] revela as instituições em que aloja a literatura e seu entremeadado jogo de influências (universidade, academia) e as relações que essas instituições estabelecem com o público leitor, através de prêmios, concursos e organismos socioculturais que sustentam os fatos literários.

A literatura é um dos principais meios de transmissão e consolidação dos valores de uma determinada sociedade, além de se constituir como um dos instrumentos utilizados para um ideal da classe dominante. No vasto campo de representação do feminino na literatura, muitos estudiosos averiguaram a escrita de mulheres e como ela foi relevante para a diversificação e a pluralidade da compreensão da mulher na sociedade e da própria sociedade.

⁸ Grupos de leitura, como o Leia Mulheres, prestam um grande serviço de divulgação dessa literatura, promovendo, além da leitura, discussões acerca das obras e das autoras. Esse projeto, realizado em 2014, consiste em ler mais escritoras mulheres. O mercado ainda é muito restrito e as escritoras não possuem tanta visibilidade, por isso a importância desse grupo. Em 2015, Juliana Gomes convidou algumas amigas para fazer parte desse grupo. O Leia Mulheres faz parceria com editoras e livrarias. Disponível em: <<https://leiamulheres.com.br/sobre-nos/>> Acesso em: 05 jan. 2019.

Nesse sentido, a obra *Tropical sol da liberdade* possibilita também uma revisão dos temas ditos femininos, pois trata de um assunto que extrapola o pessoal, reconstruindo a memória de uma resistência política, que investiga como é possível articular a literatura de autoria feminina com essas vivências.

2.3 PERSPECTIVAS CRÍTICAS DA AUTORIA FEMININA

“Existe uma escrita feminina?” (SCHMIDT, 1995, p. 188). A literatura de autoria feminina introduziu um novo olhar sobre a escrita. Essa produção literária dificilmente está sendo analisada com pressupostos teóricos femininos, muitas vezes, dificultando o entendimento, pois é um conceito ainda a ser discutido. A escrita feminina não está reservada somente à mulher, já que homens também podem ter essa escrita dita feminina.

Na história da literatura brasileira, muitas mulheres escritoras não foram contabilizadas. Sílvio Romero, que estava entre os intelectuais que fundaram a Academia Brasileira de Letras, em 1897, em sua *História da Literatura Brasileira*, de 1888, cita somente sete escritoras, enquanto Sacramento Blake, no *Dicionário bibliográfico*, de 1889, já cita cinquenta e seis. Na obra de Zahidé Muzart, *Escritoras brasileiras do século XIX*, foram estudadas mais de 150 autoras do século XIX. Gotlib (2003, p. 25) considera que

além da ausência da mulher no registro, feito por homens, de produções literárias ao longo da história de nossa literatura, alguns exemplos de ausência da mulher no campo social das atividades artísticas, detectam preconceitos que norteiam o comportamento da mulher no Brasil.

Elaine Showalter, em a *Crítica feminista no território selvagem*, de 1994, apresenta duas escritoras, Carolyn Heilbrun e Catharine Stimpson, as quais apresentaram dois eixos da crítica feminista. O primeiro eixo foi comparado ao Velho Testamento, pois buscava apontar os erros e os pecados do passado. O segundo, ligado ao Novo Testamento, enaltecia o encanto da imaginação. Sendo assim, os dois eram fundamentais para adequar a crítica feminista à produção literária vigente.

Há pouco tempo, a crítica feminista não detinha base teórica. Por volta de 1976, Annette Kolodny mencionou que a crítica literária feminista se assemelhava a

um grupo de técnicas intercambiáveis a uma escola coerente. Desde então, as críticas negras contestavam a moderação de escritoras negras, buscando obras que explorassem a política sexual e racional ao mesmo tempo. As marxistas queriam evidenciar as questões de classe e gênero dentro da produção literária. As freudianas e lacanianas argumentavam sobre o relacionamento mulher *versus* linguagem e significação. (SHOWALTER, 1994). Essa profusão de pontos de vista críticos mobilizou as mulheres a um movimento sociocultural, de luta por igualdade e de direitos entre homens e mulheres, principalmente quando se fala em violência e discriminação.

A crítica feminista tem sido um ato de combate aos cânones. Pensando em seu desenvolvimento, existem duas formas de crítica feminista: a primeira diz respeito à mulher como leitora de quaisquer obras, independentemente da autoria. É uma modalidade de crítica válida pela pluralidade de leituras que possibilita, facultando a revisão da crítica realizada até então sob a perspectiva masculina. A segunda é o método da crítica feminista que é o estudo sobre a mulher como autora, quando surge o termo ginocrítica, o qual dá novas possibilidades teóricas. Por meio da ginocrítica é possível conhecer algo consistente, durável e factual sobre a relação da mulher com a cultura literária. (SHOWALTER, 1994).

A mulher estava inserida em um processo de afastamento e de limitação em seu papel social. Por mais que houvesse a intolerância contra elas, muitas tentaram escrever. Paulo Barreto (João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto; pseudônimo literário: João do Rio), fez um comentário absurdo sobre esse empoderamento feminino, que no início do século XX era bastante comum. “Por que escrevem essas senhoras? Ninguém soube; ninguém o saberá. Com certeza porque não tinham mais o que fazer. [...] Mas elas escrevem, escrevem, escrevem.” (RIO, 1911, p. 73).

A busca por uma escrita feminina com identidade própria foi se fortalecendo com o passar dos anos, assim como outras conquistas das mulheres. Elas lutaram e conseguiram sair do isolamento para atingir a visibilidade. No campo da escrita literária, poucos são os nomes de mulheres que aparecem nos manuais, enciclopédias e compilações históricas. Alfredo Bosi, em sua *História concisa da literatura brasileira*, de 1975, enumera 31 escritoras, o que não condiz com toda a produção literária feminina. Para Gotlib (2003, p. 27),

faltaria, ainda, reconhecer uma outra linhagem de mulheres militantes dentro da literatura (como personagens ou como autoras) e da sociedade (na militância política através sobretudo do veículo jornalístico) que desenvolveram trabalho emancipatório preparador das condições que propiciariam, no século XX, a implementação e solidificação de um movimento que poderíamos chamar de estética feminista.

Alguns textos foram escritos antes do século XIX⁹, porém a partir dessa época alguns foram mostrados para a sociedade letrada. No entanto os escritos que mais circulavam eram dos homens pela simples razão de que eles possuíam mais acesso à educação formal, mas não em universidades (GOTLIB, 2003). A literatura de autoria feminina brasileira tem aumentado com muita rapidez num curto período. Conforme o *Dicionário Mulheres do Brasil, de 1500 até atualidade biográfico e ilustrado* (2000), elencam-se grandes escritoras que possuem histórias desafiadoras, contemporâneas e que ganharam muitos prêmios por suas obras. Esse dicionário é uma obra incompleta e possui cerca de 1600 nomes e 900 verbetes biográficos e temáticos, dados pessoais, fatos e processos sociais relativos às mulheres, muitos ainda inéditos na historiografia.

Na literatura brasileira, Nísia Floresta sobressaiu-se com a adaptação do livro de Mary Wollstonecraft, que denominou *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, de 1832. Trata-se da primeira autora a escrever sobre os direitos desse segmento da população e a importância de se respeitá-los. Essa escritora comenta que naquele período era incomum as mulheres escreverem livros ou estudar. Com o passar do tempo, jornais foram concretizando ainda mais as identidades femininas.

A revolucionária inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797) lutou pela emancipação e instrução feminina. Em seu livro *A reivindicação dos direitos da mulher* (2016), publicado originalmente em 1792, intitulado *The vindication of the rights of woman*, defende a liberdade de expressão e de educação e, segundo a

⁹ Muitas outras literatas escreverem antes do século XIX. Mariana Mendes da Costa Alcoforado, freira portuguesa, nasceu em 1640 e morreu em 1723. Escreveu cinco livros, porém seu livro mais famoso é *As Cartas Portuguesas*. Olympe de Gouges, escritora que nasceu no ano de 1748 e faleceu em 1793. Defensora dos direitos das mulheres, escreveu a obra *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne* em 1791. Era oposta ao patriarcado e devido aos seus escritos foi assassinada na guilhotina. Jane Austen nasceu em 1775 e morreu em 1817. Escritora inglesa, nascida em Steventon, pertencente à nobreza, sua situação financeira serviu de contexto para suas obras. Olympe de Gouges, escritora que nasceu no ano de 1748 e faleceu em 1793. Defensora dos direitos das mulheres, escreveu a obra *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne* em 1791. Era oposta ao patriarcado e devido aos seus escritos foi assassinada na guilhotina. Mariana Mendes da Costa Alcoforado, freira portuguesa, nasceu em 1640 e morreu em 1723. Escreveu cinco livros, porém seu livro mais famoso é *As Cartas Portuguesas*. (GRANDE ENCICLOPÉDIA DELTA LAROUSSE, 1978).

autora, as mulheres deveriam ter os mesmos direitos que os homens. No prefácio do livro, Maria Lygia Quartim de Moraes descreve Wollstonecraft como uma intelectual libertária, ativista de causas dos oprimidos, cuja militância antiescravagista é hoje reconhecida oficialmente com sua introdução formal no panteão dos abolicionistas ingleses. Wollstonecraft teve uma infância violenta, foi autodidata, sofreu preconceitos e teve de conquistar autonomia financeira. Seu livro foi traduzido para várias línguas e, mesmo havendo uma distância de muitos anos desde a data de publicação da obra, a situação das mulheres de hoje e a luta pela igualdade de gênero continuam atuais.

Esse ideal que Mary Wollstonecraft tanto ambicionava, não condiz com mulheres do sexo frágil, posto que elas arriscariam suas vidas em busca de igualdade e lutariam por seus direitos. As que sabiam ler exerceram papéis importantíssimos como professoras, escritoras e literatas.

Na década de 1920, muitas mulheres destacaram-se nas artes plásticas, enquanto a maioria das escritoras continuava escrevendo como os homens (românticos, parnasianos ou simbolistas) ou, quando escreviam com a alma, combinavam vertentes descobrindo novos temas. Essa literatura não foi muito investigada e, por isso, não teve tanta força e divulgação como as artes plásticas. Anita Malfatti fez desenhos expressionistas e cubistas, em 1917. Tarsila do Amaral (1886-1973) fazia representações angustiantes que valorizavam a energia. Em 1924, a artista instaurou a fase da Arte Pau-Brasil, que rompeu o conservadorismo, foi considerada um retrato nacional, usando cores consideradas “caipiras” e formas que aprendeu com seus amigos modernistas. A técnica usada foi a cubista que aprendeu em Paris. Na segunda fase da pintora, a antropofagia foi a escolhida por seu então marido, Oswald de Andrade. Eles procuravam repercussões provenientes de outros países para que a arte tivesse um jeito mais brasileiro. *Abaporu* (1928) foi a pintura com técnicas estrangeiras que se perpetuou no Brasil. A última fase de Tarsila foi com a sua partida para Paris estreando projetos com temas sociais da época. (GOTLIB, 2003).

A Semana de 22 foi um movimento no centro do país em que houve uma tímida participação das mulheres, apenas três. Anita Malfatti, Zina Aita apresentaram telas e Guiomar Novaes tocou Chopin no piano. Elas foram desbravadoras, e Anita Malfatti foi a primeira modernista a expor suas obras no Brasil antes de qualquer outro homem. Nos anos que prosseguiram, a importância delas foi fundamental para

a evolução de uma identidade cultural brasileira. A Semana de Arte Moderna no Brasil encorajou a vida cultural do País. Nessa época surge uma escritora que estava ligada à política, Patrícia Galvão, a Pagu, que escreveu o livro *Parque industrial*, o qual foi publicado somente em 1933.

O Rio Grande do Sul, por sua vez, tem a Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul (ALFRS) a qual já foi tema de pesquisa. O trabalho intitulado “A criação da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul: projeto e campo de possibilidades na Porto Alegre da década de 1940”, feito pela acadêmica do curso de História, Camila Albani Petró, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, analisa a criação e as atividades da entidade que, conforme Petró (2012), nasceu dia 12 de abril de 1943, em Porto Alegre, a partir da iniciativa de sete mulheres: Alzira Freitas Tacques, Araci Froes, Aura Pereira Lemos, Aurora Nunes Wagner, Beatriz Regina, Lydia Moschetti e Stela Brum. Nesse dia, elas se reuniram na sala nobre da Associação Riograndense de Imprensa para dar início ao projeto. No primeiro encontro, foi escolhida a presidente, Lydia Moschetti; as outras sessões foram realizadas na casa da eleita vice-presidente, Aura Pereira Lemos. Na segunda sessão, fizeram a leitura e discussão dos estatutos. Com o passar dos dias, muitas outras escritoras começaram a aparecer para as sessões da Academia, mas, no decorrer dos anos, queixas e dúvidas começaram a surgir, até mesmo em relação à finalidade da entidade.

Petró (2012), segundo a história da Academia, assevera que, em 1943, Lydia Moschetti deu uma entrevista intitulada “Adão não quer saber da concorrência de Eva na literatura...” para o *Jornal Correio do Povo*, dizendo que a Federação não queria reconhecer a Academia Literária Feminina. Na entrevista, ela se disse orgulhosa, pois, se estavam combatendo-as, é porque estavam fazendo um bom trabalho. No ano de 1946, ela recebeu um convite para entrar para a política através da ALFRS. Moschetti, que sempre foi envolvida com a política, não queria misturar as coisas, porque a Academia era somente para assuntos literários. Em 1948, a presidente recém-empossada, Aurora Nunes Wagner, salientou que o subsídio que o governo queria dar era “uma vergonha”. Camila Albani Petró (2012, p. 31) faz as seguintes perguntas:

Como foi possível este projeto em relação àquela sociedade? Quem, afinal, foram estas mulheres que fundaram junto com Lydia Moschetti uma *Academia Literária Feminina*? Quem foi *Lydia Moschetti*, tão prestigiada

pelo *Correio do Povo* e por várias outras entidades e indivíduos do Brasil e do exterior?

A Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul, modelo da própria jornada feminina na busca de afirmação pessoal e de realização profissional, nasceu e se desenvolveu em um tempo muito tímido; cresceram suas atividades e a instituição ultrapassou divisas geográficas. Hoje, inclui sócias nacionais e estrangeiras, somando cultura por meio de publicações acadêmicas.

Até hoje perduram as críticas à falta de consideração de uma produção feminina. Por exemplo, um dos mais importantes prêmios da Literatura Mundial é o Nobel, criado em 1901 por Alfred Nobel, da Academia Sueca. O Jornal *El País* publicou, no dia 06 de novembro de 2017, a lista de todos os ganhadores: de 114 escritores, apenas 12 são mulheres. Outro exemplo vem da própria Academia Brasileira de Letras, que referencia somente dez nomes femininos e, recentemente, teve a candidatura de Conceição Evaristo não aceita. A escritora recebeu apenas um voto. Ela seria a primeira mulher negra a figurar entre os imortais.

A relevância da escrita feminina como forma de autossuficiência mostra como muitas escritoras procuraram tematizar a narrativa sobre a própria identidade e seu valor na sociedade. A literatura brasileira de autoria feminina vem sendo, desse modo, muito importante para o movimento feminista e para a conscientização do mundo da mulher. Como é o caso de Ana Maria Machado e sua obra *Tropical sol da liberdade*. Colling e Tedeschi (2015, p. 410) mencionam que,

ao pensar Literatura Feminina, indica-se a necessidade de a mulher fomentar espaços dentro de uma literatura mais ampla. [...] Pensar a Literatura feminina de maneira política significa garantir que a mulher saia de sua condição de representada para assumir o lugar daquele que se autorepresenta¹⁰.

O interesse em estudar a autora, tomando como base a análise da obra *Tropical sol da liberdade*, deve-se à temática abordada, conjugando questões

¹⁰ Pensando Literatura Feminina e autorepresentação, cita-se o nome da escritora Lygia Fagundes Telles. Nasceu em São Paulo no ano de 1923. Considerada a escritora brasileira mais importante. Publicou diversos livros. Foi eleita em 1985 para Academia Brasileira de Letras e ganhou diversos prêmios, um deles o Prêmio Camões em 2005. Em 2016 foi indicada ao Prêmio Nobel de Literatura. Em 1973 escreveu a obra *As meninas*. Essa narrativa valoriza as palavras e a liberdade, mostrando como três pessoas tentam encontrar a si mesmas com todos os problemas que ocorriam no Brasil. A escritora conseguiu ser ouvida e denunciou essas atrocidades por meio da obra. Disponível em: <<https://www.saraiva.com.br/autor/lygia-fagundes-telles>>. Acesso em: 08 fev. 2019.

relacionadas à memória, à história, ao pertencimento e, principalmente, à discussão da personagem feminina no contexto conturbado e conflituoso da ditadura militar brasileira. A obra não retrata líderes, mártires ou pessoas notáveis, apenas indivíduos comuns daquela época, cidadãos que vivenciaram leis arbitrárias e severas, no entanto não se reprimiram e lutaram por seus direitos.

As revelações do período da ditadura militar brasileira não estão acessíveis em muitos livros de história ou em documentários. Porém, a literatura falou dessas adversidades: censura, repressão, abandono, resistência, tudo por meio da ficção. Na obra analisada nessa dissertação, a personagem principal é forte, não sofre por amor e é bastante politizada, além de viver num meio que também é bastante consciente da situação política do País. Lena, a protagonista, narra situações vividas durante um longo período de opressão e repressão, viu a perseguição a seu irmão Marcelo, sua prisão e teve medo de que fosse torturado. Por ser uma jornalista, viu seu emprego enquadrado pela ditadura e, como toda mulher que se impõe e resiste, lutou intensamente nas manifestações.

Sendo assim, a obra, tem um grande potencial de análise, além de se integrar na construção das ideias de cânone, crítica e autoria feminina debatidas neste segundo capítulo. A seguir, será proposta uma articulação entre a obra, história e memória, além de ser discutido conceito-chaves para a análise.

3. MEMÓRIA E HISTÓRIA

*A história é testemunha do passado, luz da verdade,
vida da memória, mestra da vida, anunciadora dos
tempos antigos.*

Marcus Tullius Cícero

Tudo que nos cerca faz parte da história e dos acontecimentos passados. Le Goff (1990) menciona que a palavra história vem do grego antigo *historie* e significa investigar. O escritor afirma que a história começou com simples narrações que, com o passar do tempo, evoluíram.

A memória é fragmento essencial para a reconstrução do passado, com o encorajamento permanente que vem da sociedade. Para Colling e Tedeschi (2015, p. 450)

a memória é o retorno a vestígios dos caminhos antes trilhados; é relato da captação de estilhaços do que se viveu, dado à impossibilidade de seu arquivamento nos moldes positivistas, de modo a tornar a historiografia uma re-inscrição do passado.

Memória, corriqueiramente, condiz ao processo parcial e delimitado de rememorar acontecimentos passados. A memória humana seja recente ou permanente, muitas vezes, não é exata, podendo haver esquecimentos, deturpações, parcialidades e dúvidas. Em seu livro *Filosofia e história* (1981), José Honório Rodrigues comenta que a memória coletiva não representa somente o registro de acontecimentos, mas também uma estruturação sobre o presente e o passado em diferentes grupos sociais.

A história apresenta memória individual e coletiva como fonte histórica. O principal autor sobre memória coletiva, Maurice Halbwachs, faz um estudo sobre a questão social da memória, apresentado em *Os contextos sociais da memória*, de 1925, e, após, em sua obra póstuma *A memória coletiva*, publicada 1950. Para abordar a memória coletiva, Halbwachs (1990) estabelece a ideia a partir do senso comum, sendo a memória uma aptidão natural capaz de viver e conservar ligada ao corpo e cérebro individuais.

As pessoas que estão envolvidas com a memória individual enfatizam certas lembranças, ocupando espaços sustentados pela memória coletiva. Os indivíduos que refazem suas lembranças recorrem às lembranças de outros para reviver mentalmente fatos já vivenciados. Tanto a memória individual quanto a coletiva têm como ferramenta palavras e ideias, as duas desenvolvidas no ambiente social. Como pensava Halbwachs (1990), as memórias individuais e coletivas estão ligadas no espaço e no tempo, reconstruindo valores, renovando lembranças e muitas vezes, os esquecimentos, despertando o novo no velho, e o velho no novo, criando uma sequência.

A literatura de testemunho, por sua vez, é a narrativa de uma experiência de vida, seja de si mesmo ou de outros. Narra o seu tempo, o seu espaço. Refletir sobre a literatura provoca reconsiderar a visão de fatos históricos. O testemunho ocorre no lugar da narração, apresentando uma ausência de particularidades. O testemunho afirma uma persistência literária e sustenta-se no narrar. Dessa forma, a memória do testemunho nada mais é que corpo e cérebro. Márcio Seligmann-Silva (2003, p. 10) comenta que

não podemos pensar em literatura de testemunho sem ter em mente essa concepção anti-essencialista do texto. Nesse gênero, a obra é vista tradicionalmente como a representação de uma “cena”. Mas qual é a modalidade dessa representação? Certamente não podemos mais aceitar o seu modelo positivista. O testemunho escrito ou falado, sobretudo quando se trata do testemunho de uma cena violenta, de um acidente ou de uma guerra, nunca deve ser compreendido como uma descrição “realista” do ocorrido.

Essa literatura desestrutura a história tradicional ao integrar princípios da criação. Não só na literatura é possível perceber o testemunho, mas também nas artes é possível compreender a memória das adversidades. A literatura de testemunho é uma habilidade da análise de cicatrizes. Paul Ricoeur (2007) situa o testemunho como uma transição entre memória e história, sendo uma escrita que está permeada por um tempo particular, vinculado a quem narra, o que escolhe para narrar e como articula essa narrativa em dois tempos: o presente e o passado.

A obra, de Ana Maria Machado, *Tropical sol da liberdade*, apresenta a situação traumática da personagem Lena. A própria personagem relata a experiência de crueldade que viveu, construindo assim uma obra de ficção que

reconstitui a situação de atrocidade vivida naquele momento. Honório uma das personagens da narrativa implica carinhosamente com Lena para que ela escreva:

- Escute, Lena. O que eu estou dizendo é que alguém tem que contar essa trajetória. E você pode fazer isso bem. Se não quiser apresentar como testemunho, ou depoimento, muito bem, não apresente. Mas não vai se livrar de nada. Vai dar no mesmo. Todos vão ficar achando que qualquer semelhança com pessoas reais, vivas ou mortas, não é mera coincidência. Você diz que é ficção e vai ficar todo mundo querendo descobrir a quem se referem os fatos, quem é o equivalente real de cada personagem. No fim, ainda vão te acusar de autobiográfica, confessional, sei lá, esses pecados de romancista. Ainda acho melhor você partir para ser jornalisticamente objetiva e contar o que você viu e viveu.

- Contar a história da periferia?

Honório estranhou:

- Periferia? Não. A tua mesmo. Garotinha classe média, universitária, Zona Sul do Rio. Não me venha com essa conversa de trabalho de periferia, alternativas culturais, essas coisas, não aguento esses chavões... (MACHADO, 2005, p. 39)

Essa obra é, sem dúvida, um meio apropriado para a literatura de denúncia. Não é uma produção de denúncia direta, mas uma literatura sobrevivente, feita após a ditadura militar brasileira, capaz de recontar os acontecimentos, de um ponto de vista pessoal, à margem da História oficial e, sobretudo, masculina. Seligmann-Silva (2003, p. 41-42) menciona que

pensar a literatura brasileira a partir da chave do testemunho implica ampliar a “caixa de ferramentas” do leitor e as suas possibilidades de abordar uma literatura saturada de contato com um cotidiano e uma estrutura social violentos e com práticas de exclusão – social e étnica – igualmente aviltantes. Na medida em que a noção de testemunho traz no seu seio o discurso da memória, a teoria do trauma e reflete primordialmente sobre as aporias da (re)escritura do “passado”, podemos com ela explorar essa literatura de modo a dar conta da complexidade dos discursos paralelos e conflitantes presentes na nossa sociedade, sem incorrer na redução do literário ao histórico, no sentido positivista desse termo. Com a noção de testemunho, o discurso da análise literária pode tomar um rumo que permite a revisão crítica de certos conceitos herdados das filologias do século XIX, como a própria noção de “literatura nacional”.

Muito se tem discutido a respeito da credibilidade da memória como origem para a história. Segundo a Mitologia Grega, Mnemósine é chamada a deusa da memória, que é mãe de Clio, musa da história. A obra *Tropical sol da liberdade* relembra emoções e sentimentos ligados à história e à memória da ditadura militar brasileira, assim como na mitologia, a obra é vivida pela mãe e filha. Os campos da memória são destinados às ocorrências que só aconteceriam na história, mas que permanecem em muitas memórias coletivas. A distinção está, quando se fala que a

história examina os fatos de fora, enquanto a memória coletiva é originada a partir de uma visão interior do grupo.

3.1 MEMÓRIA: PERMANÊNCIA

Muitas podem ser as alternativas para chegar à memória, uma delas é a mnemotécnica, que quer dizer a arte da memória. Foi criada como um estoque das informações introduzidas na memória, sendo assim, a história pode ser considerada a ciência da memória.

José Maria Jardim (1995) justifica que a memória não se cria de uma ideia formada intencionalmente, ela é a compreensão do que já aconteceu, é voltada à importância de acontecimentos passados que tenham significados para a sociedade. A permanência da memória é determinada por meio de documentos, independente do meio ou das ações que são lembradas e que contam a história da humanidade.

A memória e a recordação se fixam em um curto espaço de tempo e em lugares da nossa história. Esse tempo dos lugares é tão particular, que pode desaparecer na particularidade de uma memória para reconstruir uma história, mesmo sendo, antes de tudo, pedaços que aparecem e ficam naturalmente. O esquecimento é o contrário do armazenamento. Aleida Assmann (2011, p. 34) enfatiza que: “Os seres humanos, conseguem recordar, coisas que as máquinas até hoje ainda não estão em condições de fazer”.

Recordação e identidade fazem parte da memória coletiva sobre a qual muitos teóricos pesquisaram, porém a diferenciação entre memória e história se tornou muito grande. Elas são limitadas e o oposto uma da outra. Já, os lugares de memória podem ser acessíveis ou evasivos, originais ou forçados, podem ser sensíveis ou subjetivos. Esses pontos são simbólicos e concretos. Um lugar concreto só é lugar de memória se a ilusão se transforma em símbolo e um lugar prático só vale se for instrumento de uma prática. Esses lugares de memória se tornarão lugares de história. (ASSMANN, 2011).

A memória e os relatos dela significariam uma restauração da alienação. A sustentação de uma verdade nem sempre é transformadora, muitas vezes ela é encoberta durante décadas. As narrativas de memória, assim como em *Tropical sol*

da liberdade, são firmes e reivindicam conquistas, o resgate do que ficou desaparecido.

Maurice Halbwachs (1990) refere-se aos lugares de memória como construções que demonstram a existência de um grupo e ajudam a vida social das pessoas. Halbwachs (1990, p. 91-92) ainda mostra como

[...] cada objeto encontrado, e o lugar que ocupa no conjunto, lembram-nos uma maneira de ser comum a muitos homens. [...] O lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa. [...] Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da sociedade, ao menos naquilo que havia de mais estável.

O acesso à memória possibilita que grupos redirecionem sua identidade para dar nova vida a sua própria história. A responsabilidade da memória forja cada ser humano em um historiador de si. A relação com o passado se mostra diante de ideias históricas consideráveis, diferentemente do que se espera da memória. Segundo Beatriz Sarlo (2007, p. 104) “a memória, devia funcionar como mestra da política para que não se repetissem os equívocos da geração anterior, que não foi capaz de entender seu próprio presente”.

Para a memória e sua permanência, há uma consistência na percepção em acreditar o que realmente transcorreu. Para que haja uma ligação entre as duas, é necessário que aconteça uma ponte entre passado e presente, sendo que o passado muitas vezes é construído pela inocência dos homens. Para Pierre Nora (1993, p. 15) “a permanência da memória é a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar”.

O passado não se deixa levar por uma simples ação do livre arbítrio, muitas vezes, a volta dele é positiva ou libertadora, mas pode ser simplesmente uma tomada do presente. A lembrança acontece mesmo quando não é chamada, já que, não se sabe de onde vem e nunca está na íntegra. O passado se faz presente porque, de certo modo, ele é independente e descontrolado. Nem sempre é possível esquecê-lo.

O passado não pode ser extinto, ele liberta o presente. Assim o tempo é compreendido na organização da narrativa de *Tropical sol da liberdade*, o passado

não pode ser interrompido pelo presente, pois acarretará mudança do futuro. Para Sarlo (2007, p. 12), narra-se ou se remete

ao passado por um tipo de relato, de personagens, de relação entre suas ações voluntárias e involuntárias, abertas e secretas, definidas por objetivos ou inconscientes; os personagens articulam grupos que podem se apresentar como mais ou menos favoráveis à independência de fatores externos a seu domínio. Essas modalidades do discurso implicam uma concepção do social e, eventualmente, também da natureza. Introduzem um tom dominante nas “visões de passado”.

O passado retorna valorizando particularidades, novidades, singularidades que não eram achadas no presente. A personagem Lena ocupa uma parte significativa da vida cotidiana com o ano de 1964, durante a ditadura militar brasileira. Lena vive esse momento e o revive através da memória, e novamente a cada vez que tenta contar a si mesma algum episódio, por exemplo, com a tentativa de escrever uma peça de teatro ou a cada vez que relê as cartas da época ou ainda quando ouve os relatos da participação de sua mãe. A necessidade de narrar, de reconstruir fatos marcantes fica comprovada com as incontáveis obras feitas após uma tragédia como essa. Sarlo (2007, p. 19) menciona que

durante a ditadura militar, algumas questões não podiam ser pensadas a fundo, eram examinadas com cautela ou afastadas à espera de que as condições políticas mudassem. O mundo se dividia claramente em amigo e inimigo e, sob uma ditadura, é preciso manter a certeza de que a separação é taxativa. A crítica à luta armada, por exemplo, parecia tragicamente paradoxal quando os militantes eram assassinados. De toda maneira, durante os anos da ditadura [...]. O espaço de liberdade intelectual se defende até mesmo diante das melhores intenções.

Os relatos de memória, subsequentes à ditadura militar brasileira, permitiram diálogos que proporcionaram suporte para que retratações e reparações fossem possíveis. Se as práticas de memória das testemunhas e vítimas tivessem sido respaldadas pelas instituições, talvez não estivéssemos no caos.

Muitos escritores têm narrado às perturbações emocionais das vítimas da ditadura militar brasileira, episódios que provocaram memórias marcantes, que muitas vezes mudaram, e, ainda hoje, transformam a vida das vítimas. Michael Pollak (1989) menciona que o silêncio está relacionado à expressão, à memória coletiva, às causas políticas e até mesmo às feridas que a ditadura deixou. Pollak (1989, p. 4) afirma que,

em face dessa lembrança traumatizante, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança “comprometedora” preferem, elas também, guardar silêncio. [...] no momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento.

Lena tem muitos momentos de silêncio, momentos em que ela busca estar sozinha e outros em que o silêncio é uma necessidade de sobrevivência.

Quando a gente mora num lugar assim, na roça e na beira da praia, aprende a viver diferente de acordo com o tempo que faz lá fora. Amália já estava acostumada, depois de alguns anos, mas imaginava que, para Lena, devia ser um pouco difícil um dia desses, sem poder sair, ir lá fora, deitar numa esteira no jardim e ficar tomando sol com o pé um pouco levantado, como tinha feito nos últimos dois dias. Amália via a filha em silêncio, deitada na rede, na varanda, contemplando a chuva escorrer na vidraça, e ficava sem saber o que podia inventar para ajudar. Sentia que Lena não queria muita conversa. Mas seria tão bom se ela pudesse se sentir melhor... (MACHADO, 2005, p. 69)

Todas as memórias são embasadas no conhecimento vivido. Caminhos próprios que mostram muitos comportamentos sejam eles de denunciar, ou explicar atos políticos. Essas memórias refletem as diferenças da sociedade brasileira. Com isso, é possível afirmar que a memória faz uma leitura do passado a partir do presente e resgata a compreensão de futuro.

Entrelaçar essa memória política é restabelecer aquilo que estava afastado, que era omissa pelo regime militar. É um trabalho que requer muitas análises e cuidados, pois vem dos entendimentos e das críticas da sociedade. A ditadura militar brasileira deixou muitas heranças para as gerações que vieram. A herança positiva foram os movimentos sociais e as negativas foram o retrocesso da democracia e vestígios de autoritarismo. O silêncio muitas vezes está presente nesses dois aspectos, bem como a memória que é necessária para as reconstruções do passado.

A memória da ditadura brasileira aborda dúvidas relacionadas ao poder, direitos humanos e informações políticas. Le Goff (1990, p. 411) declara que é preciso “trabalhar para que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”.

Soraia Ansara (2009) afirma que o militarismo foi se tornando fraco pela forte influência dos movimentos sociais. O fim da ditadura foi desmoralizado pela economia, em 1985, o governo foi entregue aos civis e a inflação subiu quase 200%.

Entre 1964 e 1984, a dívida externa aumentou, piorando o salário real da população no País.

A região da memória, no caso de Lena, é atravessada por lutas, batalhas e divergências familiares e no campo do trabalho que conservam as lembranças não só dos crimes, mas de tudo o que aconteceu durante a ditadura militar brasileira, tanto em nível pessoal quanto histórico e que, muitas vezes, apresenta evidências para pôr fim a ocorrências gigantescas dessa história. Esse campo de conflitos deve continuar acessível, sem deixar para trás o passado. Sarlo (2007, p. 21) menciona que

a questão do passado pode ser pensada de muitos modos e a simples contraposição entre memória completa e esquecimento não é a única possível. Parece-me necessário avançar criticamente além dela, sem dar ouvidos à ameaça de que se examinarmos os atuais processos de memória estaremos fortalecendo a possibilidade de um esquecimento indesejável. Isso não é verdade.

É viável rememorar um conhecimento, ou essa recordação é apenas uma continuação de informações sem perspectiva de resgatar o que aconteceu? Na obra *Tropical sol da liberdade*, vale a prática de quando a vítima se deixa levar pelo testemunho. A ditadura brasileira provocou uma confusão nas pessoas, chegando ao ponto de não suportarem o entendimento e nem a direção para a qual se deslocavam, deixando toda tentativa de fuga problemática. As recordações da juventude de Lena simbolizam os impedimentos do agora.

A personagem Lena não reconstitui os fatos do passado, mas os relembra, transformando-os em um passado que está presente. Aqueles que se libertaram dessa necessidade de rememoração talvez tenham ficado incompletos, uma vez que a única coisa que podiam fazer era lembrar, sem poder testemunhar porque não foram vítimas totais, isto é, vivenciaram essa parte da história, mas não sofreram diretamente com suas opressões, ou as perceberam.

A memória dessa população recupera fatos atrozés em situações que suas posições sociais eram desfeitas. Esses testemunhos nem sempre apresentam indícios que demonstrem sua veracidade. Quando acabou a ditadura brasileira, houve, em partes, um restabelecimento social, uma vez que muitos ficaram perdidos no exílio ou foram assolados pela ferocidade do Estado. A ordem natural das coisas sofreu grandes mudanças e reestruturações.

Comparar o passado com o trauma é mais complexo do que se pensa. Ele acontece de uma maneira que o objeto não é mais dominado. A história e a memória trabalham o passado diretamente a partir das identidades pessoais. O trauma da ditadura militar não pode ser considerado recordação. As recordações geram o confronto de si mesmo. Conforme Machado (2005, p. 106-107)

O episódio agora era até uma lembrança pitoresca, tinha ficado tão ultrapassado pela violência geral... Quando a polícia veio à casa de Amália procurar Marcelo, por exemplo, não respeitou nem o repolho da geladeira, seguidamente espetado por baionetas, como se pudesse esconder uma arma dentro. E não sobrou uma almofada ou estofado de sofá ou poltrona sem ser rasgado e dilacerado. Em outras casas foi pior. As telas nas paredes de muita gente tinham sido rasgadas, os objetos de arte foram roubados, bem como qualquer eletrodoméstico que tivesse valor. As buscas viraram pilhagem, simplesmente. E quando as pessoas não eram atingidas, as mães davam graças a Deus. É só pensar na romaria das que foram apanhadas no olho do furacão, indo do Exército à política atrás de notícias de filhos e maridos, tantas vezes sem conseguir nada. Até hoje, Lena não podia pensar nisso sem sentir um aperto no peito, um nó na garganta, uma raiva impotente, uma dor inenarrável, uma vergonha imensa de fazer parte de uma nação em que coisas desse tipo aconteceram e nunca foram punidas – muitas vezes nem tornadas realmente públicas após a democratização. Em que ninguém foi ao julgamento por esse tipo de violência contra gente indefesa. Em que sempre se fez de conta que as pessoas são doces, cordiais e de boa índole.

A ditadura militar brasileira representou, no sentido mais forte, uma interrupção de períodos, mas as mudanças progressistas não calaram. A tentativa de sobreviver à ditadura militar brasileira foi como ser exilado para outro lugar, pois a impressão de solidão e ausência de entendimento já estava acontecendo.

Os sobreviventes da ditadura militar brasileira contam episódios que muitas vezes não fazem parte da assimilação coletiva. Na memória fica apenas um presente sem atualização das experiências. Todo sobrevivente necessita de um mundo que comemore a sua memória por ter sido uma constante na história.

A memória coletiva é certamente universal, uma responsabilidade e uma obrigação moral e política; portanto, é bem complexo determinar um ponto de vista crítico a respeito das vítimas da ditadura militar brasileira. A memória busca significado na identidade pessoal, criando explicações em forma de história. A certeza que se tem da existência de vítimas é essencial para a instauração de reparação nos regimes democráticos. Os indícios das vítimas da ditadura aborda um dever coletivo que não acaba e isso é tarefa dos pesquisadores que fazem essas

narrativas emergirem, justamente para que esses relatos sejam conhecidos e para que as pessoas tomem conhecimento.

A memória coletiva mostra que, a partir de definições e concepções dos acontecimentos, a representação de significados fundamentados por meio da compreensão das pessoas gerou saberes históricos e políticos diferentes, influenciando assim na identidade e no reconhecimento a partir da interação que as pessoas fazem de outras pessoas.

As lembranças desse passado produzem lutas, tristezas, destruição, arrependimentos, mas também produzem conhecimento e reconhecimento, produzem revisão e novas construções políticas. Elas refazem a história pessoal, tentando muitas vezes reconectar uma vida, um futuro sem dores ou feridas, por vezes vulnerável e suscetível a qualquer lembrança, assim, a ditadura militar brasileira seria uma etapa. Seligmann-Silva (2003) defende que mais do que nunca o local do testemunho, é necessário uma descrição histórica na qual haverá uma interrupção caracterizada por erros brutais, para que o testemunho da ditadura militar não seja lançado na vala comum da banalidade que confunde acontecimentos naturais com extermínio.

Conhecer o passado amplia as atitudes coletivas do presente, sendo que a memória coletiva potencializa aquilo que ficou escondido pela história. Halbwachs (1990) comenta que a memória coletiva tem relevância quando as pessoas recordam o passado na proporção certa ao pensamento coletivo. O escritor diferencia memória coletiva de memória da ciência histórica, porque a coletiva tem singularidade e continua em grupo, a histórica não tem função de identidade; a memória coletiva é sempre plural, a histórica é sempre singular, a coletiva precisa de mudanças, a histórica se especializa em algo. Halbwachs (1990, p. 75) constata que

a memória coletiva avança, no passado até certo limite, mais ou menos longínquo, aliás, segundo se trate deste ou daquele grupo. O sentimento de unidade cultivado pelos membros que pertencem a um mesmo grupo – e sentem e têm consciência desta pertença – favorece a recordação. [...] o mundo histórico é como um oceano no qual todas as histórias parciais deságuam. A história pode parecer ser a memória universal do ser humano.

Porém, Nora (1993, p. 12) evidencia que,

memória, história: não são sinônimos de modo algum; na verdade, como já sabemos hoje, são opostos em todos os aspectos. [...] A memória é sempre

um fenômeno atual, uma construção vivida em um presente eterno, enquanto que a história é representação do passado. [...] A memória orienta a recordação para o sagrado, a história expulsa-a: seu objetivo é a desmistificação. A memória surge a partir de um grupo cuja conexão ela estimula. [...] A história, por sua vez, pertence a todos e a ninguém, e por isso é designada como universal.

O pensar e o perceber representam reflexões conjuntas que podem estar agrupadas em situações temporárias por intermédio da linguagem. A memória coletiva, como expõe Halbwachs (1990), são pensamentos que se agrupam em diversos momentos. O tempo da memória determina eventos e suas lembranças, esse tempo se transforma conforme os indivíduos se modificam. Ainda conforme Halbwachs (1990, p. 88) “não há um tempo universal e único, mas a sociedade se decompõe em uma multiplicidade de grupos, nos quais cada um tem sua duração própria”. As memórias esquecidas que foram contadas pelas narrativas fortalecem a luta contra a ditadura à procura de uma sociedade igualitária.

As lembranças têm certas fronteiras, as quais diversificam de acordo com os grupos, dado que pensamentos próprios também mudam conforme o envolvimento coletivo, e muitas pessoas envolvidas nesse processo podem não experimentar os mesmos sentimentos que o coletivo, promovendo o desaparecimento das lembranças ou desistindo da vivência das memórias. Elas se diferenciam do que estava disponível anteriormente. Para Halbwachs (1990, p. 34)

a memória é um fenômeno que não pertence a nenhum indivíduo em particular, uma vez que evoca a experiência de outros que nos fazem olhar o evento de uma forma diferente. Isso significa que cada indivíduo constrói a sua memória sobre um mesmo fato coletivo, o que mostra que a memória se modifica de acordo com a identidade coletiva/identificação sociais e do contexto familiar, social, nacional em que elas se inserem. [...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva e que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali ocupo e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios.

A narração do passado nada mais é que uma interpretação, alguma coisa no local de um acontecimento. As narrações não são a única fonte testemunhal sobre os crimes da ditadura brasileira, há outros documentos, até mesmo testemunhos de militantes, intelectuais, políticos, religiosos e de sindicalistas. Quando as narrativas mostram o sofrimento, a resistência, as denúncias, o totalitarismo, a convivência com o legítimo e ilegítimo há sempre maior compreensão dos acontecimentos. Tudo isso para possibilitar o futuro reparador. Ansara (2009, p. 81) diz que,

por meio da memória não só se constrói o passado, como também se criam novos cenários e novas condições para fazer memória e para empreender outras ações. A memória concebida desta maneira está sempre aberta a novas interpretações, propiciando novos pontos de partida que podem modificar o significado do passado, do presente e do futuro, podendo dar lugar a novas ações e projetos a partir da vinculação com o imaginário social.

A possibilidade seria acreditar menos na memória e mais no intelecto, entender que recordar é a vivência de uma época em que a opinião pessoal abrangia o mesmo local. Essa prática de vida nunca deve aparentar ser inverídica, pois a verdade resulta da ampliação e da recorrência do acontecer. Para Sarlo (2007, p. 56): “A memória é sempre anacrônica, ela não é invariavelmente espontânea”.

A escrita da memória pode ser um tanto imprecisa. A recordação nem sempre se faz existente e, muitas vezes, resiste às mudanças da escrita, pois não se pode trazer de volta à memória algo que esteja no presente, somente se desaparecer momentaneamente, possivelmente, podendo recuperá-la. As histórias dos testemunhos contadas em primeira pessoa são reproduções da vida diária ou política que equivalem às imposições sentidas.

3.2 HISTÓRIA: REGISTRO

A palavra *história* é resultado de *weid* (ver) na raiz indo-europeia, em sânscrito *vettas* (testemunho) e, do grego, *histor* (testemunha – aquele que vê). A história nada mais é que um tipo de arte. Ela como registro se dá normalmente mediante documentos produzidos por famílias. Esses registros mostram uma requintada fonte de informação; no entanto, para que façam parte de uma investigação, é necessário que estejam disponíveis a qualquer tempo à sociedade ou a pesquisadores em geral. Segundo Seligmann-Silva (2003, p. 387), ““Escrever” a história, (re)contar os “fatos”, interpretar o mundo: todas essas tarefas são muito bem conhecidas daquele que transita no mundo das “ciências humanas””.

O registro da história gerado pela memória dos homens é inscrito normalmente com símbolos por meio de pedras, pergaminhos e documentos digitais. Alguns desses suportes foram superados por outros, mas a ideia de escritura continua sendo a origem de conhecimento. A importância da história para a raça

humana, segundo Indolfo (2007), mostra que as informações registradas pelas civilizações são reconhecidas e servem para a comprovação de poderes e direitos relacionados à memória.

A história só permanece graças às escrituras deixadas no passado. Na ditadura militar brasileira, por exemplo, muitas páginas de uma história que se tentou apagar são conservadas na memória. Por isso, a história continua sendo uma maneira cultural de diferenciar muitas memórias, sendo assim, a narrativa identificada por várias referências propicia qualificar a ditadura sob pontos de vista diferentes.

A obra *Tropical sol da liberdade* (2005) mostra o cenário de tortura, de exílio, de censura, de abandono e de resistência e possibilita que o leitor tenha compreensão do que é representado. A personagem Barros conversa com Lena sobre a ação de um torturador que, na opinião da personagem, executa o que deve, mas para Lena é algo inadmissível. A questão da tortura aparece mediando o diálogo entre as personagens:

- Isso mesmo. E se você parar um pouco para pensar, sem ser radical, sem bancar a garotinha maniqueísta, sem achar que o mundo está dividido entre bandidos e mocinhos, vai ver que eu tenho razão. Tanto ele como o Honório são patriotas, cada um à sua moda. Todos dois querem o bem do Brasil e o progresso do nosso povo. Todos os dois acham que não é possível perder tempo esperando que as coisas se consertem sozinhas. Todos dois ficam impacientes para dar um jeito no que está errado em nossa terra. Um achou que o terrorismo cortava caminho. Outro achou que a tortura era um jeito de salvar vidas. (MACHADO, 2005, p. 47)

Para a literatura, a história é o resultado de um método social que mostra as especificidades que interrogam e analisam documentos. Os confrontos pela história também são batalhas pela identidade e pelo registro do conhecimento que se identifica com o ocorrido. Por isso, o tempo somente é possível, quando é marcado por um período que poderá se acabar.

O tempo do registro da história é uma entrada na escrita historiográfica. O registro é escrito, é lido, é consultado, pois, nos arquivos, o historiador é um leitor. Conforme Paul Ricoeur, em *A memória, a história, o esquecimento* (2007, p. 176),

antes do arquivo consultado, constituído, há o arquivamento. Ora, este constitui uma ruptura em um trajeto de continuidade. O testemunho, dissemos, proporciona uma sequência narrativa à memória declarativa. Ora, é próprio da narrativa poder ser destacada de seu narrador. [...] A composição da trama de uma história contada vem, além disso, reforçar a

autonomia semântica de um texto, à qual a composição em forma de obra proporciona a visibilidade de coisa escrita.

História e memória fazem parte de uma comunicação mútua. Porém, se essa participação fosse deixada de lado, possivelmente muitos testemunhos não fariam parte da história. Se a história, o tempo, as transformações não interferissem, seria indispensável um histórico das lembranças. Conforme Pierre Nora (1993, p. 24) é a memória

que dita e a história que escreve. É por isso que dois domínios merecem que nos detenhamos, os acontecimentos e os livros de história porque, não sendo mistos de memória e história, mas os instrumentos, por excelência, da memória em história, permitem delimitar nitidamente o domínio.

O desejo de narrar aos outros o trauma vivido na ditadura militar brasileira pode ter levado as pessoas a se libertarem dos efeitos da violência daquela época. O registro da história da ditadura no Brasil aborda certa superação do povo e a cada vez que essas histórias emergem, mais um lugar narrativo, de recordação é garantido, mais uma versão à história oficial é contabilizada. Os lugares oficiais de recordação, por exemplo, os museus, nem sempre preservam a autenticidade das memórias das testemunhas. A pluralidade de narrativas garante a memória. Para Assmann (2011, p. 359), os locais memorativos

podem ser vistos como a instituição que os sucedeu; deles se espera que produzam um contato com os fantasmas do passado. A força vinculativa dos lugares está fundamentada de modo muito diversificado: no caso do local geracional, essa força repousa sobre uma cadeia de parentesco entre vivos e falecidos; no caso dos locais memorativos, ela repousa sobre uma narrativa resgatada e legada adiante; no caso de locais de recordação, sobre um mero interesse histórico de caráter antiquário; e no caso de locais traumáticos, sobre uma ferida que não quer cicatrizar.

Esses lugares de memória, lugares de recordação são ocupados com objetos concretos, que garantem a identidade da sociedade, o que restou e que se perpetuará em outros tempos. Esses lugares nascem e vivem de sentimentos, eles existem onde os documentos terminam.

O regime implantado no período de 1964 – 1985 colocou nas ruas um enorme negativismo e castigando os que se manifestavam contra a ditadura militar brasileira. O povo brasileiro mostrou a porção de mortes e a quantidade de registros dessa história que teve esforço para cessar essa atrocidade que aconteceu no Brasil. A

ditadura é estudada por muitos historiadores, é examinada em muitas direções, a partir de perspectivas vindas de muitos lugares de memória e, de análise do presente. Essa história merece uma abordagem atenta, pois o testemunho é uma ação básica que depende do regresso àquele lugar. Os sonhos obstinados dos sobreviventes estão acima de qualquer coisa, já que eles descreviam suas histórias, logo após regressarem a suas casas. Assim, narrar o trauma exige prioridade.

A história ofereceu um preparo para a vida, concedendo um olhar sobre a ditadura brasileira, o que se imaginava sobre essa “guerra” e quando ela acabou muitos historiadores conseguiram destacar os acordos de algum modo considerável, argumentando que foi um fato quase que impossível de narrar, pois as lembranças daquele momento doíam muito para serem contadas.

Todo mundo é bom selvagem enquanto a sociedade não corrompe. [...] quanto mais eu vejo toda essa violência guardada em cada um de nós, somada à incapacidade de reação diante desta ditadura ferrenha, mais me pergunto se, no fundo, isso não é uma forma de covardia e colaboração. Geral. (MACHADO, 2005, p. 111)

No testemunho, o tempo passado é o tempo presente, sendo que o trauma é definido como memória de algo que não acabou, criando um lugar representado pela vida. Esse trauma vira um meio para a narração, sendo assim, o registro da história é mais arriscado do que um artefato químico, pois ele sempre explicará qualquer acontecimento, informando e exemplificando todas as coisas, como o passado e o futuro, que permitem um sentido humano no presente. Os historiadores explicam essa importância do conhecimento do passado para estabelecer o valor do ponto de vista do presente, o que ajuda no esclarecimento dos problemas ao longo do tempo. Aquele que presencia uma ocorrência torna-se um exemplo único que experienciou crueldades revoltantes.

Para a maioria dos sobreviventes da ditadura no Brasil sempre ficará a aversão ao autoritarismo, devido a terem vivenciados momentos de repressão. Os historiadores garantem que a história é uma ligação entre ciência e arte, visando justificar o estudo do passado, porém para White (2001, p. 56) muitos historiadores

continuam a tratar os seus “fatos” como se fossem “dados” e se recusam a reconhecer, diferentemente da maioria dos cientistas, que os fatos, mais do que descobertos, são elaborados pelos tipos de pergunta que o pesquisador faz acerca dos fenômenos que tem diante de si. [...] Os historiadores, quando tentam relatar suas “descobertas” sobre os “fatos” de uma maneira

que chama “artística”, evitam uniformemente as técnicas de representação literária.

O passado deve ser compreendido e beneficiado pela observação da história e alguns motivos para estudá-lo residem em sua circunstância de presente. A história oportuniza novos pontos de vista sobre o mundo. A arte e a ciência ultrapassam as opiniões e manifestam a realidade aparentemente imóvel, pois o historiador, quando cria uma sequência entre o passado e o presente, deve dar uma continuidade para que não haja uma interrupção entre a ordem e a desordem.

As memórias e os registros podem servir para civilizar o pensamento e a ação humana. Como afirma White (2001, p. 63), “as pálidas sombras da memória em vão se debatem com a vida e com a liberdade do tempo presente”. Na obra de Ana Maria Machado, muitas personagens são testemunhas da ditadura militar brasileira, já que experienciaram a história. Amália e Lena expõem os fatos ocorridos, embora Lena se sinta bloqueada para denunciar tais atrocidades, porque muitos não acreditarão no que ela narrará. Lena deseja muito testemunhar, contudo, a ocasião à deixa angustiada, indagando se isso realmente é o melhor a fazer. Ao encontrar o amigo Honório, ela relembra as situações vividas no ano de 1969:

foi no carnaval de 69. Tínhamos combinado de ir juntos, uma porção de amigos, você passou lá em casa (Marcelo até estava escondido lá, lembra?), e fomos juntos ver o desfile das escolas de samba [...]. Nunca vou esquecer de você dançando e cantando. (MACHADO, 2005, p. 36)

As indagações sobre o testemunho, muitas vezes, não são acessíveis, já que existe uma incerteza da parte de quem participou dos fatos, mesmo compartilhando experiências. Os registros da história podem estar espalhados em muitas direções, bem como podem estar concentrados em apenas alguns acontecimentos. Existem fatos registrados que os historiadores, frequentemente, não mencionam na escritura de narrativas. Isso significa que o pesquisador necessita esclarecer os relatos, observando as ausências de informações a partir de pesquisas ou suposições.

Este subcapítulo mostra como o romance *Tropical sol da liberdade* (2005) é uma reconstrução narrativa do trauma da ditadura militar, entremeado com fatos históricos sob o ponto de vista de Lena, narradora testemunha.

A narradora-personagem e testemunha, Lena, conta sua história, seguindo os fatos vividos no contexto ditatorial. Ela mostra pensamentos sobre a realização da

escrita, os obstáculos das palavras e como elas representam o cenário vivido. A narradora escreve sobre uma personagem parecida com sua mãe, mas tem medo de ser algo muito intenso. Menciona que o escritor tem a obrigação de ser cauteloso, pois irá mostrar o mundo, assim,

[...] nesse momento, diante da questão de escrever sobre a mãe, o que sentia é que não podia fazer isso, porque ela não iria compreender, ia se sentir de algum modo ferida ou magoada por ser mostrada em público, mesmo disfarçada, em uma imagem que não corresponde à sua própria auto-idealização. Mais uma vez Lena se debatia de encontro à vidraça que separa a memória e a fantasia, a ficção e a realidade. (MACHADO, 2005, p. 170).

Discutir sobre a ditadura militar brasileira é um trabalho árduo, pois é complicado reviver as lembranças amargas dos que conviveram com a tirania daquele tempo, resultando em recordações que muitas pessoas optam por esquecer. Além disso, muitas omissões não podem ser explicadas pelas investigações, fazendo com que o registro da história seja incompleto. Nos últimos anos, surgiram muitos livros sobre esse período.

A dificuldade do registro da história é preencher os espaços dos documentos por meio de uma conclusão das circunstâncias a partir do conhecimento dos fatos que se compreende. Na história, toda ideia do passado tem suposições, isto é, é permitido que pelo menos as interpretações da história se originem de diferentes pensamentos. O método como é definida a história deve ser formado com delicadeza e harmonia especialmente a sucessão de acontecimentos históricos que confirma tudo o que foi vivido. De acordo com White (2001, p. 105) é isso que leva

a pensar que as narrativas são não apenas modelos de acontecimentos e processos do passado, mas também afirmações metafóricas que sugerem uma relação de similitude entre esses acontecimentos e processos e os tipos de estórias que convencionalmente utilizamos para conferir aos acontecimentos de nossas vidas significados culturalmente sancionados.

A narrativa dos acontecimentos dessa época é apresentada de forma compreensível e representativa, mostrando a verdadeira forma de como esse registro é construído. Porém, a distinção entre história e ficção é que a história nada mais é que a representação do verdadeiro, ao passo que a ficção é a representação do imaginário.

Na obra *Tropical sol da liberdade* (2005), o registro é ficcional ainda que a história seja verídica, resultando num significado de evolução no tempo, já que alcança o mesmo sentido sendo real ou não, reconhecido ou irreconhecível. Lena comenta sobre a ditadura

Sentia um imenso carinho pelos colegas de profissão. Por isso mesmo era impiedosa com as falhas que traíam o que ela considerava a essência do jornalismo: informar honestamente. Sabia que, durante a ditadura, o ambiente das redações, como tudo mais, refletira os tempos que o país vivia. [...] o regime militar foi a época ideal para os crápulas crescerem viçosos. (MACHADO, 2005, p. 317)

Toda história necessita apresentar padrões de adequação quanto a modelos de relatos possíveis sobre como realmente as coisas aconteceram. A história passa a ser apresentada como ficção e, acima de tudo, aparece como representação do real em comparação ao imaginário, pois, escrever história sem percorrer parcialmente qualquer método ficcional não seria possível.

Os fatos não falam por si só, mas os historiadores falam por eles, falam em nome deles, moldando as partes do passado. O modo de aproximar o passado no registro da história revela uma aparência diante das informações das narrativas. A voz com que representam os sujeitos é escolhida em função de uma decisão da determinação dos fatos históricos, relacionados à função do que deve ser colocado ao conhecimento de alguém. Conforme White (2001, p. 156), o registro da história

produz novas criaturas em sucessão ininterrupta, e a cada uma ela confere como direito inato uma forma única e um modo independente de existência. Toda generalização abstrata é, pois, impotente com respeito à história, e nem uma norma genérica nem qualquer norma universal podem abranger a sua riqueza.

Tudo no registro da história é surpreendente ou, da mesma forma, familiar, ou seja, igualmente merecedor de ser considerado como apenas mais uma expressão da competência, da evolução e da transformação humana. O passado é relevante quando envolve acreditar que não existiu nenhum aperfeiçoamento na mudança para o presente, pois aceitar que o futuro pode ser melhor do que a atualidade nesse processo de registro concretizará uma responsabilidade para a sociedade.

A humanidade só conhece aquilo que cria e que é ligado a ela. Entretanto, a ciência produzida pelos especialistas culturais é uma questão diferente, porque o registro da memória é uma criação dos homens, em princípio absolutamente

suscetível de ser mudado. O conhecimento é a técnica de apresentar aquilo sobre o que se tem entendimento.

A observação do registro da história serve ao conhecimento. A investigação traz, rapidamente, o arquivamento de documentos contemporâneos que fazem emergir a compreensão do passado. O conhecimento da escrita é analisado pela ciência do pensamento. Os traços da escrita são como os registros da história, ou seja, todos possuem características do passado. Por isso, Halbwachs (1990) afirma que a seleção de acontecimentos ocupou maior lugar na memória dos homens.

O registro caracteriza a história como ciência, sendo que o conflito entre o homem e o registro, por meio da crítica, é a confirmação dos testemunhos escritos. Sendo assim, uma pergunta fica no ar: como não repetir os acontecimentos da ditadura militar brasileira? A contradição é basicamente contra a história política. A linguagem histórica que foi disponibilizada no período está associada aos historiadores e à leitura a que os homens têm acesso. Muitas vezes, essas leituras são reconsiderações que não representam a releitura informada por historiadores.

O registro da história está ligado à história oficial do Brasil, e resgatar obras como *Tropical sol da liberdade* (2005), de autoria feminina, caracteriza-se como um ciclo para a análise do passado, sendo que a ficção assume essa tarefa indispensável. Novas possibilidades de aprofundar o passado a partir da literatura que, muitas vezes foi calada, devido à ditadura militar brasileira, aparecem por meio de escritoras e escritores brasileiras, como por exemplo: *Sombras de reis barbudos* (1972), de José Jacinto Veiga; *As meninas* (1973), de Lygia Fagundes Telles; *Não falei* (2004), de Beatriz Bracher; *Volto semana que vem* (2015), de Maria Pilla, e tantos outros que serão vistos nos próximos capítulos.

A narrativa de Ana Maria Machado tem seu valor recuperado por transformar a protagonista, Lena, em sujeito de sua própria história. Lena, por sua vez, tenta escrever uma história baseada em experiências vividas na ditadura militar, para transformar mulheres em indivíduos de suas próprias histórias e memórias. É bom reforçar a importância e a reflexão sobre esse passado ditatorial. O registro dessas histórias e memórias é essencial para evitar o esquecimento e a recorrência da violência. Relembrar o passado torna-se primordial no momento atual, quando parte da população sai às ruas com cartazes gritando a volta da ditadura militar.

A escrita de uma peça teatral é usada pela narradora-personagem para desenvolver a história sobre a ditadura militar. Descrever, expor e conservar

permanentemente a memória de uma sociedade, de um grupo, de uma nação, ou de um único cidadão, gera possibilidade de a humanidade se impor contra as atrocidades. A obra analisada apropria-se de um posicionamento político, pois procura uma oportunidade de representar extensamente a condição humana mediante a ditadura brasileira.

O conhecimento da leitura para a narradora Lena não é feita sem o outro. O ponto de vista que a rodeia transforma uma capacidade de intermediação entre a existência e o relato. As personagens de *Tropical sol da liberdade* (2005) dividem o meio de leitura, apresentando uma grandeza nos ramos do saber. A escrita corresponde à experiência da ditadura, mostrando a personagem como um sujeito firme. Por meio do romance, esse período é melhor abordado, tornando-se capaz de resistir ao tempo.

A ausência de algumas informações da história a respeito desse período, as dúvidas sobre os traumas acontecidos e o que foi ignorado acerca da ditadura brasileira são alguns motivos que levam milhares de pessoas a se motivarem e motivam pela volta da ditadura militar brasileira. Para Ricoeur (2007, p. 226), a história

só é história na medida em que não consente nem no discurso absoluto, nem na singularidade absoluta, na medida em que o seu sentido se mantém confuso, misturado. [...] A história é na verdade o reino do inexato. Esta descoberta não é inútil; justifica o historiador. Justifica todas as suas incertezas. O método histórico só pode ser um método inexato [...]. A história quer ser objetiva e não pode sê-lo. Quer fazer reviver e só pode reconstruir. Ela quer tomar as coisas contemporâneas, mas ao mesmo tempo tem de reconstituir a distância e a profundidade da lonjura histórica. Finalmente, esta reflexão procura justificar todas as aporias do ofício de historiador.

A explicação para o registro da história nada mais é do que o esclarecimento para analisar instrumentos originais. O acontecimento é uma prioridade da história. Assim, os documentos levam a uma elucidação que muitas vezes pode ser modificada. O papel dos indivíduos aparece nas grandes narrativas, como as epopeias que exaltam seus heróis. Para Barthes (2004, p. 163-164), a narração dos acontecimentos passados

submetida vulgarmente, na nossa cultura, desde os Gregos, à sanção da “ciência” histórica, colocada sob a caução imperiosa do “real”, justificada por princípios de exposição “racional”, diferirá esta narração realmente, por

algum traço específico, por uma indubitável pertinência, da narração imaginária, tal como a podemos encontrar na epopeia, o romance ou drama.

As ligações entre memória e história são similares às relações entre passado e presente, o que não deve levar à desordem. O passado necessita relativamente do presente. A história atual é confirmada à medida que o passado mostra-se no presente legitimamente. O historiador compreenderá a história na sequência de sua investigação como um observador científico que modifica suas observações.

A evolução do mundo leva a buscar lugares de análise das sociedades na história ao nível da vida cotidiana que, por muitas vezes, não é investigada pelos historiadores pelos problemas que trouxeram no passado. A história passa por influências provenientes das diversas memórias coletivas e, por isso, cada vez mais, refazem-se as compreensões que circulam pelos meios de comunicação.

A aplicação do registro da história como memória se mantém até hoje em se tratando da ditadura militar como acervo da História. Esse campo do saber, que constituiu o pensamento sobre o passado do homem no tempo, utiliza a memória como uma concepção crítica. Tanto na literatura escrita como na oral, o homem preserva o desenvolvimento da história na sociedade, pois a literatura é símbolo de um posicionamento político, configurando um pensamento ciente de uma sociedade. Lena retrata a resistência e a fragmentação do silêncio apresentado pela obra *Tropical sol da liberdade* (2005).

3.3 DITADURA MILITAR: MEMÓRIAS COMPARTILHADAS

Posto que a memória dita e a história escreve (NORA, 1993), cabe conceber que essas duas esferas requerem atenção para demarcar claramente suas áreas. Todo feito histórico transforma-se em lugar de reminiscência, assim como vastos acontecimentos que, muitas vezes, são considerados menores, dessa forma a recordação fica suspensa em espaços, e o relato, em acontecimentos. Assim sendo, os lugares de memória são curtos espaços de tempo na história.

Os lugares de memória não têm particularidades na rememoração, ou seja, eles são próprios e sobrevivem da história, sejam elas narrações novas ou antigas, as quais estamos acostumados. Os confrontos factuais da recordação podem ser direcionados à população. Segundo Nora (1993, p. 26), lugar de memória é um lugar

duplo: um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações.

Através de acontecimentos, sejam os mais quotidianos ou mais globais, os temas sobre memória são elementos possíveis de regressar aos acontecimentos que já passaram. O resultado da lembrança aparece de duas maneiras: histórica ou literária. A obra *Tropical sol da liberdade* (2005) apresenta o romance histórico, por intermédio das recordações da personagem Lena, que narra os acontecimentos da ditadura militar brasileira de 1964. Lena lembra-se dos momentos da ditadura:

E por todas as mães e irmãs, e pais, e irmãos, e filhos, e amigos, e conhecidos, e desconhecidos, por todos os que tinham tido a desgraça de nascer no Brasil nessa geração tão abandonada por Deus e esmagada por um punhado de homens a serviço de interesses estratégicos de outro país. (MACHADO, 2005, p. 285)

Os lugares de memória do romance de Ana Maria Machado representam aquela reminiscência coletiva sensível arrancada de sua profundidade da época. Um verdadeiro romance promovido através da história, apresentando um fiel manifesto do pensamento literário. O livro *Tropical sol da liberdade* (2005) é uma narrativa pouco conhecida, pois muitos leitores supõem que a escritora faça somente literatura infantil.

Essa obra apresenta a existência da ditadura militar brasileira que perdurou por anos, consistente em lembranças traumatizantes, que esperaram o tempo certo para serem expostas. Essas lembranças presas ao silêncio e disseminadas por gerações continuam vivas. Para Michael Pollak (1989, p. 5), o passado,

longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.

As memórias e o silêncio exigem conhecimento de todos aqueles que não querem culpar as vítimas desses episódios da ditadura brasileira. Algumas dessas pessoas guardam ou compartilham muitas lembranças, e outras preferem se manter caladas. Nas últimas décadas, a história aproximou-se muito da memória e assim as duas aprenderam a impor a atenção que foi dada tanto aos relatos quanto à

lembrança dos resistentes, assim como aos indícios esquecidos pelas vítimas. Não existe uma história neutra, a memória sempre fará parte desses acontecimentos relacionados ao passado, pois ele define muitas possibilidades. Com a rememoração é possível obter muitas interpretações do que transcorreu.

E se a ditadura fosse narrada por uma mulher? Como elas viveram tudo isso? O que essas mulheres suportavam nos anos 1960 e 1980? Durante esse período, era necessário aprender e viver de acordo com os princípios da época, pois a ditadura estava em todos os lugares. Conforme Zinani (2014, p. 3): “As representações da ditadura, realizadas por escritoras, não se restringem a expressões confessionais, porém abordam aspectos como repressão, exílio, tortura”.

No romance *Tropical sol da liberdade* (2005), publicado em 1988, três anos após o fim da ditadura militar brasileira, descortina-se como a personagem Helena Maria de Andrade viveu esses acontecimentos da ditadura e do próprio exílio. O maior desejo de Lena era tornar-se escritora, dramaturga, queria produzir peças de teatro, artigos e outras escrituras. Porém, tão colada estava aos eventos, não tinha concentração para que isso acontecesse. Seu desejo era registrar todas as situações que aconteciam à época, momento em que a sociedade brasileira passava por grande opressão.

A atuação feminina na ditadura militar brasileira foi permeada por falhas. A mulher tinha uma pequena participação na militância, quase não se envolvia em lugares nas organizações. Essa presença feminil representa a liberdade da mulher em resposta à ditadura brasileira, haja vista que, para fazer política, um dos poucos locais de luta que detinha era seu lar. A partir daí muitas dúvidas alastraram-se, e uma delas condiz com o questionamento de que a mulher poderia ou não fazer esses registros. Isso pode tê-las feito questionar a validade de seus próprios relatos.

Amália tentava entender, saber mais desses mistérios, conhecer mais os segredos que poderiam estar deixando a filha tão nervosa, mas era como se Lena fizesse um muro invisível em volta dela. Outro dia, tinha chegado ao ponto de pedir que a mãe saísse da sala porque ela estava falando no telefone. Como se um filho devesse ter segredos para a própria mãe. Ainda mais uma filha. Doía, sempre tinha doído, Amália não conseguia aceitar nem se acostumar com essas barreiras. O jeito da filha fechar um caderno de repente ou guardar o papel onde escrevia. O olhar com que a gelava se ela começasse a perguntar alguma coisa das que Lena achava que não se perguntam. A rapidez com que mudava de assunto e desviava conversas... O cuidado com que guardava qualquer carta recebida, sempre trancado, escondendo. Não sabia de onde a filha puxara isso, nem ela nem o marido eram cheios de mistérios. As cartas que Amália recebia, por exemplo, eram parte da conversa geral, na mesa de jantar. Ficavam ao alcance de todo

mundo, qualquer um da casa podia ler. Lena era tão misteriosa que um dia, quando notou isso, pediu à mãe que destruísse todas as cartas que já tinha lhe escrito. Ou que as devolvesse. Amália teve que prometer juntar todas, separadamente, numa caixinha, fora do alcance do resto da família. Mas bem que percebeu que, depois disso, Lena passou a evitar escrever para ela. Sempre cheia de esconderijos, sua Helena Maria, mesmo com o tempo passando. (MACHADO, 2005, p. 152-153)

Muitas mulheres não deixavam seus filhos se afastarem da integridade e da lei durante a situação política que havia na época, e muitas outras levavam seus filhos às ruas para lutar contra a guerra contra os princípios autoritários que ocorriam na política. Quem seria mais verdadeira do que uma mãe para defender o País? Para Simões (1985, p. 49),

devido à ausência marcante das mulheres no acontecer político no Brasil e à imagem culturalmente santificada da mulher-mãe na nossa sociedade, esperava-se que a presença de donas de casa na ação política ao mesmo tempo que provocasse impacto, gerasse também grande confiabilidade nas motivações cívicas das mulheres, em oposição aos interesses pessoais e a corrupção que, na crença geral, moviam os políticos e governantes.

A maioria das mulheres manifestava-se mediante mensagens para jornais, palavras de denúncia em desacordo com o regime militar brasileiro. Ao se idealizar a figura feminina, ela pode ser caracterizada como um ser não político, ou seja, não preparada para exercer tal função. Antes, são filhas, esposas ou irmãs de pessoas procuradas e, por isso, diversas vezes são mencionadas na história.

As que eram revolucionárias, por sua vez, não estavam dentro dos parâmetros habituais. Elas violavam as regras da repressão, batalhavam pelos ambientes públicos que a elas não eram designados. Essas mulheres que lutaram contra o regime militar, saíram de seus lares para enfrentar o País, lutando por si mesmas ou por outros (filhos, pais, maridos) para libertarem-se do que lhes fora imposto.

De 31 de março de 1964 até 15 de janeiro de 1985 vigorou a ditadura militar no Brasil. Os líderes militares impediram muitos partidos de continuarem trabalhando, momento em que muitos brasileiros ou foram exilados ou fugiram do País por causa da política repressora que existia, por intermédio da ditadura instaurada. As fugas eram um meio pelo qual havia uma proteção, uma maneira de sobreviver e de desaparecer dessas buscas e perseguições incessantes. A vida nesses isolamentos fez parte do caminho de jornalistas, líderes partidários, artistas,

intelectuais, filhos, esposas ou maridos. A saída do Brasil e as preocupações determinaram a existência dessas pessoas, combinada com o trauma de muitas mortes.

Diferentemente do que poderia ser, concretizou-se por homens e, com a queda do governo de João Goulart, os militares mudaram a história brasileira: tomaram o poder e decretaram o novo regime político que vitimou milhares de brasileiros. Com o avanço da ditadura, houve muitas barreiras que a população teve que enfrentar, como a repressão de trabalhos sociais, a censura das telecomunicações, a proibição de muitos artistas, a vigilância de muitas associações e o uso de tortura com quem se opusesse a esse regime.

O despotismo¹¹ brasileiro não teve uma figura fundamental considerada como ditador; contudo, cinco homens comandaram de 1964 a 1985. Durante esses anos de militarismo, muitos presidentes estiveram no poder: Marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967), Marechal Artur da Costa e Silva (1967-1969), General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), General Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979) e, por fim, General João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985). Foi uma época de silêncio, pois a população que estava unida viu a troca de governos sem que nada pudesse ser feito. Conforme Elio Gaspari (2002, p. 133),

de 1964 a 1967, o presidente Castello Branco procurou exercer uma ditadura temporária. De 1967 a 1968 o marechal Costa e Silva tentou governar dentro de um sistema constitucional, e de 1968 a 1974 o país esteve sob um regime escancaradamente ditatorial. De 1974 a 1979, debaixo da mesma ditadura, dela começou-se a sair. Em todas essas fases o melhor termômetro da situação do país foi a medida da prática da tortura pelo Estado.

Em 13 de dezembro de 1968 foi promulgado o Ato Constitucional número 5, o qual foi responsável por dar início aos chamados “anos de chumbo”. Esse Ato paralisou todas as liberdades individuais e privilégios políticos. Com isso, o enfrentamento armado e a tortura seguiam pelas ruas até os porões mais escuros e sombrios. No ano de 1970, houve muita perseguição e qualquer que fosse a pessoa de que os militares tivessem desconfiança poderia ser presa. Quando ocorreu o AI5, o congresso brasileiro foi fechado, o *habeas corpus* foi extinto e os cidadãos poderiam ficar na cadeia sem serem soltos. (NASCIMENTO; TRINDADE; AMÂNCIO,

¹¹ Forma de governo baseada no poder.

2006, p. ?). Na obra em análise é possível verificar um dos grandes episódios da ditadura, sendo a véspera do decreto do AI-5, em 12 de dezembro de 1968:

Esse dia mudou a vida de Amália, de Marcelo e de toda a família. Mudou também a vida do país. Às vezes, anos depois, como agora, ali no seu retiro na beira da praia, debruçada na janela, olhando as pedras que apareciam com a maré baixa, Amália contemplava também as lajes submersas que afloravam na baixa-mar da memória, pensava em tudo o que tinha vivido e se espantava em ver como os seus dias pessoais e familiares estavam tão entrelaçados com o tempo nacional. Via os pescadores empurrarem um barco para dentro d'água, os lavradores passarem para a roça. Sabia que cada uma daquelas pessoas era uma vida, cheia de momentos felizes e dramáticos, mas sentia que eles viviam dentro de uma paisagem enquanto ela vivia também dentro da história. Para eles, a pátria era, antes de tudo, a terra em que nasceram. Para ela, era sobretudo o tempo em que vivia. [...] 12 de dezembro de 1968 tinha sido um dia assim. [...] Mas 12 de dezembro de 1968 era também algo mais, sempre a história da pátria se misturando com as fibras e as emoções de Amália. (MACHADO, 2005, p. 150)

A tortura era uma ação diária criada para ser aplicada seja qual fosse a ocasião. A crueldade e a ditadura caminhavam unidas. Na obra *A ditadura escancarada* (2014), de Elio Gaspari, é possível entender como a tortura se passava nos porões, sem ser exposta. Tal flagelo era aplicado para serem obtidas informações; todavia, seus impactos não cessavam caso ela chegasse ao fim.

Recordar inúmeras atrocidades ocorridas durante a ditadura militar brasileira contra a população é função das testemunhas e de seus testemunhos registrados em obras, filmes, jornais, ou seja, qualquer documento essencial para lembrar. A participação de escritores com produções abordaram a ditadura militar brasileira durante todo esse período. Esses trabalhos transformaram-se em depoimentos da memória, pois, hoje mostram os sofrimentos que eram infligidos pelos militares. O romance *Tropical sol da liberdade* (2005), de Ana Maria Machado, marca esse tempo, mostrando como viveu a personagem na vida adulta dentro de circunstâncias no regime ditatorial. Lena, também questiona a validade de seus relatos e os meios pelos quais deveriam circular. Por fim, pelas afinidades que tinha com certas produções, decide-se pelo teatro especialmente por dar-se conta de que “um texto pode ser eterno, com uma leitura sempre nova e única quando é vestido por pessoas vivas” (MACHADO, 2005, p. 89), algo que só poderia ser executado no depois, conforme uma perspectiva de redemocratização.

O regime militar levou a mudanças na arte e na cultura. Em seu livro *Contracorrente: conversas sobre leitura e política*, Ana Maria Machado (1999, p. 14)

expõe como o contexto nacional brasileiro instaurado naquela época rejeitou a tomada de poder, pois a leitura não era acessível à maioria da população “e, apesar da sucessão de prisões, demissões e cassações, o período que vai de 1964 a 1968 mostra sua vitalidade no cinema, no teatro, na música, nas artes plásticas. A literatura é mais lenta, não acompanha essa efervescência cultural.”

Foi por meio do crescimento cultural que as manifestações e as críticas à ditadura se tornaram permitidas. As interpretações musicais e as obras literárias fizeram-se presentes nesse momento de luta. A literatura desse período mostra como o passado abalou uma parte da história brasileira. O contexto literário proveniente da ditadura militar brasileira foi marcado pela incapacidade de as pessoas se comunicarem.

As circunstâncias da ditadura militar brasileira trouxeram momentos intensos e violentos, marcados por decepções, arrependimentos e lágrimas de pessoas que acabaram participando direta e indiretamente desse “movimento”. Entre 1964 e 1968, a cultura não estava tão aprisionada, pois nesse período, até então, não se perseguiram músicos e outros intelectuais. Ainda nessa época, a comunicação era o meio pelo qual a população poderia discordar da política. Renato Bueno Franco (1992, p. 1) comenta que “a vida cultural – particularmente a literária – desses anos não foi completamente suprimida e tampouco controlada ou administrada – como parecia almejar o Estado militar”.

A esquerda estava aberta à cultura, dividia alguns princípios particulares sobre a revolta que estava acontecendo, era conhecedora e se movimentava melhor nessa luta. A direita continuava no poder e não queria desequilíbrio na política. Marcos Napolitano (2014, p. 52) observa que

a esquerda apostou todas as suas fichas em uma campanha de comícios, que já vinham acontecendo desde 1963, mas que agora ganhava apoio da máquina governamental. O momento inaugural seria o comício da Central do Brasil, marcado para o dia 13 de março. Ele deveria ser o modelo para vários comícios reformistas por todo o Brasil, culminando em uma grande manifestação no Primeiro de Maio. Para a direita golpista, eram os sintomas do golpe da esquerda em marcha. Os panfletos convocatórios enfatizavam a necessidade de garantir as reformas de base, sobretudo a reforma agrária, e defender as liberdades democráticas, adotando uma estratégia de ocupar as ruas.

Roberto Schwarz (2014, p. 9) menciona que: “O regime respondeu, em dezembro de 1968, com o endurecimento”. Depois de 1968, os militares assumiram

o poder, pois a censura estava mais acentuada, tanto nos meios de comunicação como nas artes. Toda criação artística estava sob a administração do Estado, isto é, ocultava a reivindicação da sociedade e impossibilitava as demonstrações culturais. (FRANCO, 1994/1995)

No entanto, a censura teve suas falhas e, muitas vezes, foi burlada por escritores que tinham por objetivo espalhar publicações revolucionárias em forma de panfletos, com temas políticos. Com o passar dos anos, entre 1974 e 1979, ao longo do governo Geisel, a censura foi se apagando, e os primeiros acervos a serem permitidos foram alguns livros e jornais. (FRANCO, 1994/1995)

Muitos escritores tomaram a frente e protestaram por meio da arte, que foi produzida antes do fim do regime militar. As obras mostravam aos brasileiros que as marcas deixadas pelo autoritarismo seriam carregadas até os dias atuais e que muitos fatos escondidos assim permaneceriam. Silviano Santiago (1988, p. 20) menciona que a literatura produzida no decorrer da ditadura militar brasileira não proporcionou “atraso” artístico, muito menos indiferença política, uma vez que,

no melhor da produção literária pós-64; houve, sim, a compreensão profunda de que a tão reclamada modernização e industrialização do Brasil [...] estava sendo feita, mas à custa de tiros de metralhadora e golpes de cassetete, espancamentos e mortes, numa escalada de violência militar e policial sem precedentes na história deste país.

No início, o governo conteve aos poucos os artistas e mais as instituições, o Brasil sofreu com a mudez do povo, pois o país viveu uma “guerra”, em muitos momentos os artistas eram calados nos porões da ditadura. A emancipação da cultura e da expressão tinham sinais de melhora que poderiam ser reconhecidos futuramente, pois o levante militar estremeceu quem dominava, mas a sociedade não saiu de cena.

No Brasil, durante todo o regime militar, a arte e a cultura subversiva não poderiam ser ignoradas pela história, fossem na educação ou em outros meios. O Tropicalismo foi o grande fenômeno de 1968 e demonstrou o progresso dividido tanto pela esquerda quanto pela direita. Comandado por Gilberto Gil e Caetano Veloso, com princípios no Manifesto Antropofágico, de Oswald de Andrade, os filmes e músicas da época mostravam o embate entre o antigo e o recente, exibindo como era o Brasil durante o golpe militar. O nome Tropicália advém de uma obra de Hélio

Oiticica que foi exposta no Museu de Arte Moderna no Rio de Janeiro. Segundo o próprio artista plástico, *tropicália*

é um tipo de labirinto fechado, sem caminhos alternativos para a saída. Quando você entra nele não há teto, nos espaços que o espectador circula há elementos táteis. Na medida em que você vai avançando, os sons que você ouve vindos de fora (vozes e todos tipos de som) se revelam como tendo sua origem num receptor de televisão que está colocado ali perto. [...] Eu criei um tipo de cena tropical, com plantas, areias, cascalhos. [...] Eu quis acentuar a nova linguagem com elementos brasileiros, numa tentativa extremamente ambiciosa em criar uma linguagem que poderia ser nossa, característica nossa, na qual poderíamos nos colocar contra uma imagética internacional. (OITICICA, 1968, p. 72).

O fracasso do combate armado na sociedade brasileira durou bastante tempo. A mocidade daquela época estava sob um grande trauma coletivo; porém, o regime militar não criou as restrições, mas as expandiu. De acordo com a Lei da Censura nº 20.493, de 1946, integrada com a Lei nº 5.526, de 1968, e pelo Decreto nº 1.077, de 1970, houve uma política mais severa sobre a censura, punindo escritores e jornalistas que publicassem algo inadequado àquela situação vivida. (NAPOLITANO, 2014).

A repressão foi o alicerce da tortura, pois atingia as estruturas dos princípios morais das pessoas que estavam encarceradas. Era possível ultrapassar o comando, não prestar contas e muitos torturadores apresentavam ligações com associações clandestinas. O regime fazia presidiários e os manipulava sob ameaça de morte; e, com o passar dos anos, os prisioneiros começaram a desaparecer.

O regime estabeleceu leis como os Atos Institucionais 13, o banimento de pessoas perigosas do território nacional; e o 14, pena de morte em casos de terrorismo. Esses AIs foram resultado dos confrontos entre o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8) e Ação Libertadora Nacional (ALN) contra a junta militar, pois, queriam a soltura de alguns presos políticos, fazendo de prisioneiro um embaixador americano. No ano de 1972, o sistema político enfrentou uma batalha com os sumidos, já que passou a ser divulgado no exterior, e as famílias dos envolvidos começaram a descobrir o que se passava¹². Conforme Napolitano (2014, p. 124), a tortura

¹² Portal da Legislação. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>> Acesso em: 23 set. 2018.

é um sistema, integrado ao sistema geral de repressão montado pelo regime militar brasileiro, que combinou suas facetas ilegais e legais. Os procedimentos da repressão brasileira se pautavam pela combinação de repressão militar (interrogatórios à base de tortura ou execuções dentro da lógica de “não fazer prisioneiros”) e rituais jurídicos para imputar culpa, dentro dos marcos da Lei de Segurança Nacional.

Os maus-tratos foram os agentes da busca de informações, destruindo a parcialidade do opositor, o que feriu princípios, de modo que as pessoas foram desmoralizadas. A sociedade lutava por uma certeza no pensamento ou um modelo de excelência. Quando uma mulher ou homem transforma-se em combatente, na maioria das vezes, não existe recompensa rapidamente, podendo levar muito mais tempo que o esperado, pois a ruptura com o lar, com o trabalho e com o futuro foi em nome do conflito armado.

Nada mudaria as táticas de combate, fosse a clausura, o exílio e todo o fracasso que fazia perder a resistência e perturbava a autoconfiança. A morte era um entendimento que não surpreendia os jovens que foram à luta. Muitos ativistas vivenciaram o sofrimento. Napolitano (2014, p. 127) explica que “a tortura em si nunca ganhou guerras ou derrotou guerrilhas”.

A ditadura militar brasileira de 1964 não inventou a tortura, ela apenas a reinventou e a ampliou, pois a maioria dos torturadores deixava dizeres para quem estava na “guerra”. Capturavam, deixavam aprisionados, faziam sentir dor, sofrimento, desapareciam com os corpos. Quando o assunto se tratava dos desaparecidos políticos, o trauma causado na sociedade era ainda maior. Normalmente, quando isso acontecia, não havia conquista, mas aflição e muitas experiências emocionais desagradáveis. Sem túmulo, não haveria memória ou ela não ficaria completa.

Um dos planos mais desumanos da repressão foi entre as famílias que batalhavam por notícias de seus parentes desaparecidos. A criação da Lei da Anistia foi única no mundo que perdoou os agentes de Estado que torturaram e mataram. Não se conhece profundamente essa história. Essa lei decretada em 1979, pelo presidente João Baptista Figueiredo, preservava a volta dos exilados do país, resgatava os direitos políticos e o serviço militar e administrativo dos esquecidos da ditadura. Em 2002, uma nova lei foi determinada aumentando os privilégios dos anistiados. Ela servia para os cidadãos que foram castigados e vedados de realizarem atividades políticas. Receberam indenização em uma única vez ou

mensalmente, que dependia de acordo com cada situação. De acordo com o site do Governo do Brasil,¹³ as garantias foram:

1. A contagem do tempo em que o anistiado esteve forçado ao afastamento de suas atividades profissionais (ameaçado de punição, por exemplo) sem que se exija o recolhimento de nenhuma contribuição previdenciária;
2. A conclusão de curso, em escola pública ou com prioridade para bolsa de estudo em escola particular, a partir do período letivo que foi interrompido ou o registro de diploma no caso de cidadão que concluiu curso em instituição de ensino no exterior;
3. A reintegração de servidores públicos civis e de empregados públicos punidos, por interrupção de atividade profissional em decorrência de decisão dos trabalhadores, por adesão à greve em serviço público e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional por motivo político.

A censura detinha um método absolutamente reconhecível, reprovava muitos programas de rádio e de televisão. No romance, o incômodo da convivência de Lena com essas situações e sua lembrança fica explícito no trecho a seguir:

Lena sempre sentia frustração e tristeza diante desse tipo de coisa. Doía nela mesma cada vez que percebia a imprensa negando informação ao público, fosse lá por que motivo – violência externa, incompetência ou insensibilidade profissional, interesses particulares. Tinha sido muito difícil conviver durante tantos anos com as notas de proibição da censura policial que vinham, quase todo dia, cortar a palavra e o sentido da própria razão de ser do jornalista. Lena lembrava desses anos com aperto no peito. O telefone tocava e lá vinha uma voz anônima, vagamente identificada como agente Fulano ou Beltrano, sem qualquer possibilidade de que se apurasse realmente quem era, ditava que ‘de ordem superior, fica terminantemente proibido aos veículos de comunicação social qualquer noticiário, referência, entrevista ou comentário sobre o assunto x’. (MACHADO, 2005, p. 161)

A censura foi o veículo que provocou o esmagamento da produção de narrativas oficiais, criativas ou artísticas, um aparelho do Estado para exercer o controle dessa produção. As canções dessa época formam um bom repositório de itens verificáveis, como é o caso da canção *Cálice*, de Chico Buarque e Milton Nascimento ou *Pra não dizer que não falei de flores*, de Geraldo Vandré. O cinema, também ficou mais incompreensível pelo fato de que a indústria cinematográfica brasileira era vulnerável. No entanto, internacionalmente, era respeitada à época. A

¹³ Governo do Brasil. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/lei-da-anistia-politica-reverteu-punicoes-da-epoca-da-ditadura>. Acesso em: 20 out. 2018.

arte e a cultura são à base de uma conciliação, e não de uma armadilha contra toda a população. Um dos gêneros cinematográficos que ficou mais conhecido durante a ditadura militar foi a “porno-chanchada”, que tinha como tema a sexualidade, a traição e a sedução. As produções tinham um preço acessível, os sets eram improvisados, com artistas anônimos, muitos sem habilidades. A intimidação e seus resultados eram distintos de acordo com a obra, posto que a hipocrisia venceu a história.

4 DITADURA EM PERSPECTIVA: REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA FEMININA

Se o homem escreve, ele é sábio, experiente. Se a mulher escreve, é ninfomaníaca, tarada.

Cassandra Rios

Escrever uma história das mulheres é um empreendimento relativamente novo e revelador de uma profunda transformação, está vinculado estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução, que elas são agentes históricos e possuem uma historicidade relativa as ações cotidianas, uma historicidade das relações entre os sexos.

Michelle Perrot

Durante anos, muitas foram as memórias e obras que escolheram como tema a ditadura iniciada em 1964. Essas obras representam uma literatura vasta e variada, que busca investigar e esclarecer os motivos do golpe de 64, as particularidades do regime que teve duração de 21 anos. Na obra *Tropical sol da liberdade* (2005), Lena recupera os acontecimentos do passado:

Deixar vir as lembranças, peneirar, separar, implicava necessariamente sentir dor de novo. E encarar de frente. Agora, por exemplo, deitada no escuro, fingindo que queria dormir, fingindo, mais ainda, que não conseguia porque havia uns barulhos lá fora, Lena não podia mais fazer de conta que não ouvia os barulhos lá de dentro. E não eram só as lembranças das passeatas e dos dias jovens da ditadura, evocados pela conversa com a mãe. Essas eram as lembranças que ela cavava e espalhava por cima do terreno, para disfarçar a areia ardente em que não queria pisar. Mas por baixo queimava, e ela sabia. (MACHADO, 2005, p. 164)

O lançamento, relançamento de autobiografias e testemunhos foram motivados pelo acontecimento histórico de 1964¹⁴. Houve a reedição de algumas obras clássicas como *O que é isso, companheiro?* (1979), de Fernando Gabeira. Outros lançaram livros a partir de diferentes visões sobre a ditadura. *Tempos de turbilhão: relatos do golpe de 1964* (2014), de Eric Nepomuceno; Flávio Tavares lançou *1964: o golpe* (2014), no qual o jornalista retrata ocorrências importantes dos

¹⁴ Ditadura militar brasileira que ocorreu em 1964 a 1985.

acontecimentos de 1964; *50 anos esta noite: o golpe, a ditadura e o exílio* (2014), de José Serra, *Volto semana que vem* (2015), de Maria Pilla, na qual relembra a militância e o exílio; *Ainda estou aqui* (2015), de Marcelo Rubens Paiva e do escritor Matheus Leitão, a obra *Em nome dos pais*, publicada em 2017.

É importante refletir que a literatura produzida durante os anos de ditadura brasileira, conforme Franco (2003, p. 356) “pode ser considerada como uma forma de resistência”. As obras ficcionais mostram imaginação, diferentes perspectivas e interpretações. As narrativas revelam capacidades de mostrar que um passado tormentoso não precisa ficar apagado. Pode-se destacar que as obras sobre a ditadura brasileira cumpriram um papel de ampliação das possibilidades para um pensamento mais elaborado sobre o passado, que foram ligadas a pesquisas acadêmicas.

Alguns críticos avaliaram a literatura produzida durante a ditadura militar. Dessa época surgiu a obra de Silviano Santiago, *Vale quanto pesa* (1982), que abordava a maneira como a literatura tratava a repressão. Após a ditadura, a literatura se tornou um meio de denunciar as arbitrariedades e impedir o silêncio da população. A produção dos romances, que tinham como ambiente a ditadura, estava ligada à expansão de escritores novos, de outros que procuram em um passado lembrar os episódios repressivos da época e de editoras, a partir disso tendo um aumento remunerado deles.

A produção literária promoveu a reflexão sobre os meios de comunicação daquela época que também foi muito censurada. A linguagem produzida pela literatura foi muito conservadora para a sociedade e para a política foi subversiva. Conforme Zinani (2014, p. 3) a literatura, na qualidade de arte

promove uma modalidade de conhecimento do ser humano sobre si mesmo e sobre o outro, também se apropria dessa temática, contribuindo tanto para o desenvolvimento de uma consciência crítica quanto para a construção e permanência da memória.

Muitas foram as autoras que escreveram sobre o tema da ditadura, mesmo sendo um assunto muito debatido pelos homens. Entre elas aparecem Beatriz Bracher com o romance *Não falei* (2004), narrado por um professor que mudaria de cidade, porém, começa a pensar sobre a ditadura e todas as questões do país e de sua vida. Outros romances importantes são o da escritora Maria Pilla com *Volto*

semana que vem (2015) e o dos escritores Jefferson Costa e Marcela Godoy, *A Dama do Martinelli* (2012). O primeiro livro representa a vida de uma brasileira que quando criança viu o suicídio de Getúlio Vargas, quando adolescente passou pela ditadura, sendo presa, torturada e exilada. O segundo é uma história em quadrinhos na qual uma família que vai morar no edifício Martinelli é atormentada pela ditadura militar. Narrar uma experiência emocional desagradável exige a vontade de renascer. Lucia V. Sander (1989, p. 3) comenta que muitas obras

por serem inspiradas no particular, a literatura de mulheres é capaz de captar a especificidade não só da experiência pessoal mas da experiência da mulher na sociedade e, por isso, ela supera a visão literária da condição da mulher em nossa sociedade através dos tempos.

A literatura reuniu forma e organização de personagens para marcar a história da ditadura militar brasileira. A história contada que está sendo analisada nesta dissertação foi publicada em 1988 no Brasil. Muito se escreveu sobre a ditadura brasileira, porém, a obra de Ana Maria Machado apresenta uma sucessão diferenciada de acontecimentos, a tortura, o exílio e a censura. Além disso, o que impressiona nesse romance não é a própria história, mas sim a linguagem, que é poética e, ao mesmo tempo, muito crua, além de apresentar criativamente outros gêneros, como cartas e uma peça de teatro, como partes constituintes do próprio romance.

A literatura, assim como as outras artes, tem origem na memória e na oralidade. Por ser um código excessivamente significativo, a literatura representa e torna público os acontecimentos históricos, como por exemplo, a ditadura militar brasileira que também foi representada na literatura feminina. Conforme Gianordoli Nascimento (2006), os relatos das mulheres, assim como as recordações e as reorganizações das histórias de suas vidas, permitiram preservar o aparato cultural, político e público daquele período no Brasil.

Nesse panorama, é possível fazer um levantamento de algumas obras memorialísticas escritas por mulheres e que auxiliam o leitor a compreender o período ditatorial de diversas maneiras. Dessa maneira é possível apresentar a obra de prestígio é *Uma história para Érica*, de 2002, da então Deputada Federal Maria do Socorro Jô Moraes, a qual relata o período sombrio que o Brasil vivenciou, sendo protagonizado por ela mesma, usando diferentes identidades para viver na

clandestinidade. Adriana Lisboa é uma das literatas que registraram por meio da escrita a época obscura da história. Na obra *Azul corvo*, de 2010, a narradora-personagem é uma jovem abandonada que está à procura de seu progenitor e se surpreende com as lembranças de seu padrasto. Um homem que guerreou no Araguaia durante a ditadura militar brasileira. A autora (2010, p. 62) em um dos trechos comenta:

eu achava que Fernando não gostava de gente. Como segurança, na biblioteca, ele mantinha sempre aquele ar profissional e distante – o que não dever ser muito difícil, imagino, quando você é segurança. As pessoas não ficam se aproximando de você para bater papo. Ele usava aquele uniforme que impunha respeito, algo oficial e imbuído de poder, e os braços fortes por baixo do uniforme, e a cara de poucos amigos arrematando tudo.

Os registros da época da ditadura militar por muito tempo eram exclusivos de certas pessoas ou foram incinerados. Esses documentos podiam acusar muitos indivíduos. Após a Comissão Nacional da Verdade¹⁵, em 2011, a escritora Adriana Lisboa conseguiu acessar alguns acervos que estavam liberados para a sociedade o que possibilitou Lisboa a construir seu texto.

Outra representante da literatura são as escritoras Laura Beal Bordin e Suelen Loriany com a obra *Sem liberdade, eu não vivo: mulheres que não se calaram na ditadura*, de 2013. Nele, seis mulheres lutam contra o regime militar. Muitas mulheres que viveram aquela época foram entrevistadas para que essa grande obra fosse publicada. As autoras comentam que: “luta é um substantivo feminino”.

Outra obra importantíssima que foi produzida pelas exiladas Albertinha de Oliveira Costa, Maria Teresa Porciuncula Moraes, Norma Marzola e Valentina da Rocha Lima, foi *Memórias das mulheres do exílio*, de 1980. Essa obra resgata as lembranças das mulheres refugiadas, que estavam espalhadas pelo mundo. Muitas das entrevistadas não quiseram ser identificadas, outras não quiseram participar por não se considerarem exiladas, outras tiveram medo e muitas acharam que suas histórias não seriam importantes. As produtoras do livro (1980, p. 16) comentam que

¹⁵ A Comissão Nacional da Verdade foi fundada em 18 de novembro de 2011 pelo governo do Brasil para investigar as violações dos direitos humanos cometidas durante a ditadura militar brasileira. Disponível em: < <http://memoriasdaditadura.org.br/comissao-nacional-da-verdade/index.html> > Acesso em: 16 fev. 2019.

por que um volume de mulheres? Tantas maneiras de responder, tantas respostas envolvidas. Talvez porque nem sempre as mulheres se sentiram incluídas quando partiu o convite inicial para que os exilados escrevessem as suas memórias. Talvez porque não se considerassem exiladas, ou não fossem como tais consideradas pelo projeto, aquelas cujas vidas foram profundamente afetadas por acompanharem marido, companheiro, filhos e pais.

Em 1997, Ana Maria Colling escreveu a obra *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*, que aborda temas feministas e da ditadura. Em 2011, o Brasil teve uma presidente da república, que foi torturada durante a ditadura, mesmo os governantes sendo quase que exclusivamente masculinos, ela assumiu o cargo mais importante do País, sendo uma voz que poderia ser ouvida. Caso essa obra de Colling fosse escrita nesse ano, seguramente quase nada modificaria, pois todo o contexto ditatorial foi ditado por homens, mas, a representação literária feminina nesse âmbito aumentou em algumas obras escrita por mulheres.

A ditadura militar brasileira mostrou como a história poderia modificar nosso país. Muitas “versões” foram contadas e quem mais se prejudicou foram as mulheres. Colling (2007) comenta que a mulher é uma vida calada e sua fala não é escutada na política masculina. A história da ditadura militar é a história dos homens, pois ali as relações de gênero estão esquecidas. O que está suscetível está silenciado. O silêncio das mulheres no decorrer do tempo, fez com que inúmeras situações importantes acontecidas entre 1964 a 1985 só pudessem ser ressignificadas agora.

Libertar essas mulheres deixa aparecer o quanto a repressão não foi igual. As torturas em mulheres eram distintas das dos homens, muitas vezes se tornavam mais brutais. Muitas dessas mulheres se exilaram por motivos familiares, pessoais e principalmente políticos, pois as torturas não eram apenas psicológicas, mas sim físicas. Colling considerou que a história das mulheres e dos homens não tinha a mesma importância dentro de certas entidades. Ela comenta que

As próprias organizações não faziam distinção, pelo menos no nível do discurso, entre homens e mulheres: eram todos militantes. No entanto, no cotidiano da atividade política as mulheres militantes tornavam-se namoradas e esposas dos homens militantes, o que demonstra a impossibilidade de eliminar, em que pese ao esforço das organizações, a relação que na sociedade distingue o mundo masculino como espaço público e o da mulher como espaço privado [...] (COLLING, 1997, p. 67)

A revista *Tempo e Argumento* em seu v. 9, de 2017, mostra uma escritora que estava focada na participação feminina na resistência, Olivia Rangel Joffily, doutora em Sociologia. Em seu livro *Esperança Equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil*, de 2016, ela apresenta o caminho de 18 mulheres que estiveram na resistência. A própria escritora trilhou um caminho árduo. Participou em combate com o regime militar e se refugiou na Albânia, onde apresentava um programa relacionado às atualidades no Brasil. Mesmo tendo participado, ela queria certo tipo de afastamento para realizar sua pesquisa. Seu livro está montado em cinco capítulos informando a história através do ponto de visto do outro. O personagem principal é um homem, mas procurou aumentar as falas das mulheres que participaram da resistência militar.

Joffily reforça o que apareceria mais tarde, a maneira como a maioria dos homens militantes tratavam suas esposas e companheiras. Na maior parte deixando-as por trás dos panos ou mencionando que não poderiam assumir lugares relevantes. Em outros capítulos é evidenciado como a ditadura militar brasileira estava fervorosa naquela época e como afetou a sociedade, como o golpe foi imposto e como os ditadores militares retornaram com a democracia no Brasil. Ainda Joffily aponta como os movimentos funcionaram na determinação da sociedade. Ela referencia muitos outros estados e cidades que tiveram impactos na ditadura militar.

A autora cita muitas organizações que participaram desse evento e como elas agiam com a população, insultos, prisões, sequestros, mortes. Eles tinham como propósito conquistar a liberdade em troca de alguns indivíduos que estavam presos. Porém, quando líderes começaram a ser torturados e mortos, a luta estava prestes a chegar ao fim. A participação da mulher também teve um destaque quando essas começaram a ser assassinadas. No último capítulo do livro, a pesquisadora faz com que a memória dessas mulheres aflore através de seus depoimentos e como tiveram forças para resistir. Joffily (2016, p. 100) mostra as cinco formas de resistência:

A primeira era de mães, filhas e esposas que entraram na luta pelos caminhos do coração, apoiando seus familiares. A segunda, de militantes que decidiram atuar nos partidos e entidades, introduzindo a duras penas o feminino na estrutura das organizações clandestinas. O terceiro tipo, das exiladas que foram obrigadas a deixar o país para garantir sua integridade física e mental – seja pela perseguição, seja por acompanharem os companheiros. A quarta forma é das mulheres que foram presas e torturadas, tendo seus corpos transformados em campos de batalhas. E, por último, das guerrilheiras urbanas e rurais que ousaram pegar em armas e desafiar a ira dos poderosos.

O livro tenta delinear um estudo aprofundado do que se passou com 18 mulheres durante o contexto ditatorial que o Brasil passou entre 1964 a 1985. Essas personagens não enfrentaram apenas a ditadura brasileira, mas também pesquisadas suas memórias, sofrimentos, lembranças e preocupações mais particulares. A batalha feminina aconteceu não somente contra um governo, mas em todas as esferas da sociedade.

Outra escritora que mostra as mudanças é Michelle Perrot (1991) que reconhece que as mudanças econômicas e sociais desde a Revolução Francesa influenciaram o mundo, formando ações que defendiam ideais políticos, dos quais vinham à tona novas condutas do pensar, formando uma nova mulher. Ela ainda menciona que as mulheres não casadas e que não tinham um lar não seriam vistas com bons olhos pela sociedade. A única opção daquela época seria o casamento, a maternidade, o exemplo de dona de casa e a submissão que seria designada agora ao marido.

Com toda aquela repressão, ainda assim algumas mulheres dedicaram-se a escrever. Em 1929, Virginia Woolf escreveu um livro intitulado *Um teto todo seu* sobre as situações das mulheres que escreviam e que reverbera a situação das mulheres até os dias de hoje. De acordo com Woolf (1929), a mulher precisa ter dinheiro e um teto todo dela se pretende mesmo escrever ficção. Essa afirmação implica uma estrutura que não envolve apenas dinheiro ou casa, mas uma independência complexa, financeira, mas também de ideias.

A representação literária dentro do contexto ditatorial produzida por mulheres consegue passar adiante algumas opiniões sobre as personagens que procuravam a liberdade nessa sociedade que estava sufocada por militares que as censuravam. Ao pesquisarem e produzirem personagens femininas em atuação de resistência à ditadura militar brasileira nas narrativas, essas mulheres ampliaram sua relevância.

Rosa Marie Muraro escreveu dois livros durante a ditadura militar brasileira, *A mulher na construção do mundo futuro* (1966) e *A libertação sexual da mulher* (1983), sendo que poucos anos depois tiveram a venda proibida por serem considerados pornográficos. Em 1975, Cidinha Campos fez uma peça teatral chamada *Homem não entra*. Nela eram apresentados os problemas femininos durante a ditadura, e o público eram somente mulheres que podiam expor opiniões. Muitos homens reclamaram, já que eram impedidos de entrar. Essas são as construções que se integram ao pensamento de independência de Virginia Wolf.

4.1 CONTEXTO DITATORIAL EM *TROPICAL SOL DA LIBERDADE*

Por muito tempo a mulher se sujeitou às atribuições familiares e sociais. Por muito tempo, teve sua humanidade negada, enquanto servia brancos. Essas atribuições provocaram mudanças no desempenho literário feminino. Quando as mulheres resolveram escrever, tornaram-se conhecidas por meio das obras ficcionais e principalmente as obras cujo tema era o contexto ditatorial. As narrativas elencadas no subcapítulo anterior possibilitam analisar as personagens mediante a história da ditadura militar brasileira.

Esse subcapítulo abordará o cenário histórico, social e político da ditadura, contextualizando esse período na obra *Tropical sol da liberdade*. Dentro desses acontecimentos, será possível aproximar literatura e história, resgatando e construindo outras possíveis versões; literatura e memória, como a literatura nacional está ligada à memória individual e coletiva. *Tropical sol da liberdade* retrata como foi o exílio para alguns brasileiros, sendo a única coisa que restou. Para Lena, foi uma escolha dura, porém a única viável, considerando a situação pessoal que vivia.

Os eixos elencados para esta análise são: repressão, tortura, censura, exílio, abandono e resistência. A articulação entre memória, história e o fazer literário na obra, estabelece-se com essas palavras.

Segundo Claudiomiro Vieira da Silva, em sua dissertação “*A reinvenção do passado em Tropical sol da liberdade*”¹⁶, um quadro a seguir compara a personagem Lena à escritora Ana Maria Machado. Não se pode dizer que a obra é autobiográfica somente a partir desta tabela, mas faz-se pertinente apresentá-la, visto que é um material bastante interessante, mesmo que a presente dissertação não tenha seu foco na autobiografia.

¹⁶ Disponível em:

<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/4770/claudiomiro_dissertacao.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 10 out. 2018.

Quadro 1 – Comparação entre Lena e Ana Maria Machado

LENA	ANA MARIA MACHADO
jornalista	jornalista e professora
durante a ditadura é casada com um médico	nesta mesma época foi casada com um médico
o irmão, Marcelo, é líder estudantil e participou do sequestro do embaixador americano	o irmão, Franklin Martins, foi líder estudantil, participou do sequestro do embaixador americano
seu carro foi utilizado, por seu irmão, no sequestro do embaixador americano	Ana emprestou o carro ao irmão que o utilizou na ação do grupo (ALN e MR8 ¹⁷) para sequestrar o embaixador americano
sua vida foi investigada, sondada, foi presa e exilou-se na França	foi presa, interrogada e solta, após isso se exilou na França
voltou ao Brasil	em 1972, Ana voltou ao Brasil
continuou mais alguns anos a exercer a profissão de jornalista	reassume suas profissões de professora e jornalista
abandona o jornalismo	deixa o jornalismo para se dedicar à literatura
decide escrever "suas memórias" sobre o período de repressão, na forma de uma peça de teatro	escreve <i>Tropical sol da liberdade</i> - romance que retrata parte do período de repressão militar
o final do romance não esclarece se a personagem concluiu seu trabalho e seguiu como escritora no "mundo" da ficção	continuou a sua profissão de escritora, colecionando, além dos que já tinha ganhado, muitos prêmios pela qualidade de sua obra, ingressando, inclusive, na Academia Brasileira de Letras

Fonte: UFPR (2005).

No início do romance, Lena é anunciada como “uma mulher machucada que precisava se fechar numa toca e ficar passando a língua nas feridas até

¹⁷ ALN (Ação Libertadora Nacional – organização revolucionária que exercia resistência à ditadura militar, instaurada pelo Golpe de Estado no Brasil em 1964) e MR8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro – organização política de ideologia comunista que participou da luta armada contra a ditadura militar brasileira).

cicatrizarem.” (MACHADO, 2005, p. 18). Essa “toca” que é referida na citação é a casa de sua mãe e é ali que todas as suas memórias emergem. Amália é exibida como a mãe de Lena, que vive em uma cidade praiana. É uma mãe maravilhosa, boa dona de casa e acolhe todos seus filhos, pois “mãe é para isso, é para achar sempre o que é melhor para os filhos e fazer. Lena sentia que o carinho era forte e verdadeiro.” (MACHADO, 2005, p. 26). As duas, mãe e filha, Lena e Amália são mulheres fortes, estão atadas pela mesma família, porém, estão distantes por problemas familiares. Amália querendo que Lena fosse boa dona de casa e Lena, uma mulher independente, que não quer ser superprotegida pela mãe. Lena precisava voltar para a casa materna, pois está muito enferma, alvoroçada, muito magoada. Stuart Hall (2015, p. 58) comenta sobre a importância de um senso de comunidade, de estar junto das pessoas tem a ver com “as memórias do passado; o desejo por viver em conjunto; a perpetuação da herança.” É nesse sentido que Lena busca a casa da mãe, para se recolher e conseguir acessar o tempo da recordação.

Lena, que está com o pé machucado, não consegue se deslocar, não consegue caminhar, não pode correr do passado, das memórias, é necessário que recorde os momentos mais importantes de sua vida, para também recordar do quanto é brava, forte e aguerrida. As maiores dores que Lena sente são a impossibilidade de ter mais filhos e a separação do namorado. Isso acarreta para ela o impedimento de escrever, as frases, as expressões não se conectam com o ato de escrever. Lena sabe que toda mãe um dia pariu, ela não consegue esse feito, isso se torna mais um impedimento a sua narrativa pessoal.

Quando uma narradora conversa sobre a ditadura brasileira, ela se aproxima de muitas lembranças e censuras daquele tempo, não conseguindo esquecer o passado. Na obra *Tropical sol da liberdade* (2005), as personagens não querem ignorar os problemas em que estão envolvidas e por meio da escrita elas tentam ser ouvidas. Ana Maria Machado mostra como vivia a personagem naquela sociedade que denunciava a realidade durante a ditadura. Lena combate seus temores com um novo estímulo, a escrita. Com ela, a protagonista luta contra as recordações de sofrimento que vivenciou. Helena Maria representa outras mulheres da sociedade e Machado estabelece uma fala por meio da personagem principal. Lima (2005, p. 6-7) comenta no prefácio da obra,

Tropical sol da liberdade não é um romance apenas factual, é também um romance psicológico, de impressões poéticas, de exercícios musicais em conjunto com a natureza, calcado todo ele nas forças e fagulhas da árvore da memória. [...] O romance espraia-se, todo ele exuberado desta densidade poética além do azul, tonificado pelas forças sutis e profusas da natureza. [...] Ele conta – e em muitos trechos canta – o tempo todo o casamento, o entrançamento do corpo e da alma de uma mulher, Lena, com as forças telúricas do cosmos, a fusão desse corpo e psique com as vibrações do mundo natural, a sua meticulosa e progressiva infusão, sua conexão profunda e total com o próprio sol sendo todo o livro o modo de condução desse ato de magia. (MACHADO, 2005, p. 6-7)

A representação literária feminina na ditadura militar brasileira se molda em um mundo citadino que nem sempre coloca a mulher em um papel principal, por isso surgiram muitas escritoras que demonstraram diversas faces da mulher. Na literatura, Machado instiga as mulheres na narrativa em questão, constatando as muitas interrogações sobre as relações de gênero que requerem dedicação. A transformação da mulher mostra o crescimento do passado para o presente.

As personagens femininas de A. M. Machado são intensas e resgatam as lembranças da ditadura durante toda a narrativa. A ação da mulher na literatura brasileira revela iniciativas de um novo padrão de escrita. Muita ficção com contexto da ditadura militar foi escrita com autoria feminina. A ficção foi um momento no qual as escritoras conseguiram concretizar a realidade da história. Apesar disso, ainda existe uma vasta quantidade de documentos que estão perdidos ou escondidos pelo Brasil e por outros cantos do mundo sobre as particularidades do período de 1964 a 1985 no Brasil.

Ao mesmo tempo em que a pesquisa não pode parar, muitas outras mulheres estão por vir e ganharão voz por todas as outras que tanto estudaram e se debruçaram sobre o tema da ditadura militar brasileira. Na narrativa, Lena conversa com a mãe e, a partir dessa conversa, resolve escrever uma peça teatral com as memórias que teve durante o exílio. Ela se lembra de momentos de seu passado e ao mesmo tempo tenta esquecer o trauma daquela época pavorosa. A mãe que também atuou na resistência à ditadura, mas nunca contou para ninguém, guarda por anos uma fortaleza, que em algum momento se revela.

Edson Luís foi um dos primeiros episódios de homicídio que aparecem na obra. Ele, um estudante de 17 anos, estava em um restaurante quando foi morto pela polícia armada. Depois do conflito, o corpo do menino foi retirado e levado por amigos para o Salão Nobre na Câmara Municipal. Essa é uma das muitas situações verídicas que Ana Maria Machado ficcionaliza em sua narrativa. Tudo isso com

muitas particularidades, muitas emoções, muitas participações e muitas informações que marcaram a época:

Isso tinha sido em março, lembrava Lena. Começo do ano letivo. Uma manifestação qualquer, comum, corriqueira, de estudantes contra o aumento de preço da refeição. A polícia chegou atirando e matou um garoto, depois quis carregar o corpo para longe, sumir com ele. Os estudantes não deixaram. Brigaram pelo cadáver e acabaram ganhando. E o menino pobre e humilde, vindo do interior para completar os estudos na capital, acabou assassinado pela polícia e velado por uma multidão no Salão Nobre na Câmara Municipal, cada vez chegando mais gente, todo mundo acordado a noite inteira, diante dos boatos de que a repressão vinha buscar o cadáver. Uma vigília tensa e nervosa, com a sensação geral de que, dessa vez, eles tinham passado dos limites. Mal sabiam todos que aquilo era só o começo. Março de 68. Início do ano letivo. Começo de calendário fatídico. (MACHADO, 2005, p. 75)

No segundo dia, aconteceu o funeral do estudante. Essa cena também é narrada na obra, a partir das memórias de Lena, que estava na passeata cujas lembranças tinham muitas informações tanto de cunho histórico quanto emocional, mostrando de fato como se memória e história possuem uma articulação fundamental, que passa sempre pelo sujeito:

Depois foi o enterro do rapaz. Apareceu gente de todo lado, apesar das ameaças de que o governo não ia permitir o cortejo. Sobretudo, não permitiria aquela longa marcha a pé, uma multidão atravessando a cidade, distância enorme até o cemitério. Foi um dia inteiro de negociações entre as lideranças estudantis e os recados oficiais, com a multidão cada vez aumentava mais em frente à Câmara, os poderosos tiveram que dobrar à pressão popular e permitir que o cortejo saísse. [...] Das janelas, pessoas atiravam papel picado, aplaudiam. Dos prédios, nas ruas do caminho, cada vez saía mais gente para engrossar o cortejo, que seguia, devagar. Ao longo da praia do Flamengo, pelas pistas laterais, os ônibus paravam e os passageiros saltavam para virem participar do protesto. A cidade inteira se comovia e reclamava pela vida de um menino. O céu escurecia, estava anoitecendo, logo as luzes iam se acender. (MACHADO, 2005, p. 75-76)

A partir da morte do estudante Edson Luís, mais manifestações aconteceram e conforme os dias passavam era possível entender qual direção o Brasil seguiria. Amália, mãe de Lena, rememora alguns acontecimentos daqueles terríveis dias. Além do assassinato do estudante, do velório, também se deu a missa de sétimo dia e a missa de um mês de falecimento. Os militares tentavam passar por cima das pessoas enquanto os religiosos faziam uma barreira humana para que os soldados não avançassem mais. Lena não recorda muito bem das datas, diferentemente de sua mãe que não esqueceu o ano de 1968. Ela como mãe, lembra-se do pânico e

do sofrimento de seus filhos que direta ou indiretamente estavam envolvidos nos eventos: “não dava para esquecer nem confundir datas. Mais do que qualquer outro, esse tempo passou deixando marcas na carne viva de cada mãe. Amália não esquecia”. (MACHADO, 2005, p. 77)

As recordações que Amália tinha sobre alguns fatos a faz comparar o momento em que os filhos participaram de uma assembleia quando os militares ameaçaram invadir a Universidade com a citação abaixo. É interessante observar aqui como a memória subjetiva se instala na narrativa histórica, como mãe, não poderia esquecer o fato da infância de enfermidade que os filhos viveram, assim podemos ler uma história cheia de camadas:

Amália tinha todo esse calendário gravado, bem nítido na memória. A gente não esquece essas coisas. Lembra quando o filho teve coqueluche, quando quebra um braço, quando fica a noite inteira com aquele febrão que não cede. Aquela reunião tinha sido assim. Vigília pelos filhos. Alguns deles, pelo menos. Lena na certa não tinha ido, não era mais estudante. Fernando era jornalista, mas trabalhava em outra cidade, estava seguro nessa hora. Mas Amália tinha certeza de que Teresa e Marcelo, e talvez Cristina, tinham ido à tal reunião, assembleia geral, ou seja lá o que fosse que ia acontecer na reitoria da universidade. Mais uma como tantas outras, pensava. Como as reuniões de pauta do jornalzinho, como os ensaios da peça de fim de ano, como as inúmeras assembleias na faculdade. Mas desta vez foi diferente. (MACHADO, 2005, p. 78)

A espera de Amália pelos filhos se torna angustiante, seu papel de mulher, mãe e esposa nesse momento era o de esperar pelo marido e pelos filhos. Como não sabia o que fazer, pensava no pior, pensava na violência que poderiam ter sofrido pelos militares, pois a fraqueza perante os abusos das autoridades estava cada vez mais evidente, a fraqueza presente na infância e a necessidade que ela sentia de proporcionar cuidados. Como a opinião de Amália era contrária ao que acontecia, seus princípios e valores eram contrários à ditadura e às atrocidades cometidas em prol de uma ordem, isso fazia com que ela ficasse cada vez mais amedrontada:

Ela não fez outra coisa essa noite, a não ser esperar. Esperar que chegassem, que dessem notícias, que o telefone tocasse, que saísse alguma coisa no noticiário da televisão, que de repente a porta se abrisse e entrasse a família toda sorridente, que a campainha soasse e fosse alguém com más notícias. Finalmente, o marido chegou com Cristina. Contaram uma história nervosa e tensa. A faculdade cercada, os estudantes sitiados. Um clima muito carregado a tarde toda, até que o reitor, parlamentares, advogados e professores conseguissem negociar para que fosse permitida a saída dos jovens. As lideranças tinham saído então, protegidas por esse

comitê de negociações – e pela luz do dia que ainda não se acabara – por uma porta lateral, que dava para a rua onde passava o tráfego. Os outros hesitaram, o cerco se fechou de novo e eles ficaram para trás, sitiados, já de noite, num bairro cheio de escolas, mas sem movimento, sem trânsito passando, sem comércio ou vida noturna, ideal para um massacre. Sem testemunhas. (MACHADO, 2005, p. 79)

Após passar o ano de 1968, Amália e Lena, juntas, montam um álbum de fotografias, as duas dialogam sobre algumas recordações daquele momento que passou, de dias de muita tensão e pânico. As memórias delas são dependentes de seus pensamentos, de seus entendimentos, de suas interpretações, de seus olhares, de suas tentativas diferentes de superar esse período, mas acabam compartilhando do mesmo sentimento quando estão arrumando as fotos.

As lembranças de Amália sobre a maternidade estão diretamente relacionadas aos acontecimentos que os filhos vivenciaram. Amália recorda através das fotos, os outros filhos, as amigas e até mesmo uma professora da filha mais nova. Porém, as recordações de Lena se referem a sua própria existência. No decorrer da ditadura, a personagem suportou a repressão, a fúria militar, aguentou muitos sofrimentos, muitas experiências emocionais desagradáveis. Lena encarou uma caçada, foi presa e questionada, sua liberdade profissional estava restrita. Queriam saber onde seu irmão estava e a irmã de Marcelo potencializou uma força tão intensa dentro de si, que até ela ficou surpresa. Ela criou um plano e tomou uma decisão única e pessoal, para não se sentir intimidada pelos militares e para não recordar as cenas de sofrimento e pânico que viu. Helena Maria tentou ficar tranquila durante o interrogatório, ninguém a maltratava, pois rezou e declamou um poema baixinho sem que ninguém escutasse. Lena entendeu que durante a evocação dos cânticos, seu medo foi se extinguindo. Ela ficou repetindo constantemente para não lembrar outra coisa, para não ficar com medo de entrar em pânico. Os militares fizeram muitas perguntas e mais tarde a soltaram. Quando chegou a seu apartamento, descobriu que os pais também tiveram a casa ocupada. Procuravam por informações e então prenderam o pai e os irmãos.

Nesse momento, Lena conversou com o advogado e a resposta que obteve foi de que ela estaria solta por de repente ser “isca”, levando os militares até o abrigo de seu irmão. Tudo o que a personagem fazia estava sendo vigiado. Para a família, Lena era inofensiva, para os militares, ela era muito perigosa. Por isso, trabalhou normalmente, aparentou não saber de nada, mesmo estando com medo

diariamente. Essa decisão foi tomada sozinha e calada e o medo fez com que ela e o marido Arnaldo tivessem que se exilar para escapar da ditadura. Fugiram de tudo e de todos, inclusive da família. Porém, antes da fuga foi capturada, mas não torturada. Ela só declamava baixinho um poema de Carlos Drummond de Andrade:

Preso à minha classe e a algumas roupas,
vou de branco pela rua cinzenta.
Melancolias, mercadorias, espreitam-me.
Devo seguir até o enjoo?
Posso, sem armas, revoltar-me?
O primeiro amor passou,
o segundo amor passou,
o terceiro amor passou.
Mas o coração continua. (MACHADO, 2005, p. 304)

O sentimento de impotência e desproteção estão evidentes no fragmento, a questão que se impõe é a da luta, até que ponto lutar vale sem as armas apropriadas, assim como também fica evidente o sentimento de recolher-se talvez fosse preciso. Manter o coração, e para tanto, tomar decisões amargas:

Assim que acordou, antes do que gostaria, entrou no meio de uma conversa entre Arnaldo e o advogado, na sala. Faziam um balanço da situação. A casa dos pais também tinha sido invadida na véspera. Tudo fora vasculhado e o pai fora preso, mas não fizeram nada com Amália nem os irmãos menores. Fernando também tinha sido detido e interrogado na cidade onde morava, mas já fora liberado. Teresa tinha sido procurada em casa, mas não estava. Avisada, dormira fora. Alberto fora solto de noite, bem mais tarde. Mas já tinha sido preso de novo de manhã, bem cedo. Outra turma. O prédio onde Lena morava estava ostensivamente vigiado. Tudo indicava que ela seria presa novamente. A não ser...

- A não ser o quê? – quis saber ela.

- A não ser que você tenha sido solta de propósito, para servir de isca...

- Como assim?

O advogado explicou:

- Lena, eles sabem que o carro estava com Marcelo todos esses dias. E, de repente, aparece com você. Logo, você tem contato com ele. Ou sabe como é possível ter esse contato. Então eles mantêm Alberto preso, que é para cortar Marcelo de qualquer comunicação com o pai. E te deixam solta, debaixo de marcação cerrada. Você acaba facilitando, dando uma pista e eles descobrem Marcelo. (MACHADO, 2005, p. 306-307)

Os dois então partem para o exílio. Segundo Joffily (2016, p. 118) o exílio nada mais é do que uma maneira que a população tem de fugir para “escapar às perseguições, às torturas, à morte. Uma forma de encontrar novas condições de trabalho, escapar do clima sufocante da censura, da ausência de liberdade e de qualquer possibilidade de expressão”. Estando exilada poderia publicar suas

escritas, conversou muito com várias pessoas que também estavam refugiadas, buscou testemunhos com declarações parecidas com a sua para que mais tarde pudesse escrever sobre elas. Dois “amigos” de Lena sabotam o envio dos jornais que ela mandava para o Brasil. Helena Maria briga com eles e manda os jornais com seu próprio dinheiro, por conta própria, considerando que poderia correr muitos perigos.

Ainda durante o exílio, todas aquelas mulheres com quem Lena conversou e fez suas anotações emergem e outras vozes femininas aparecem em suas recordações e em sua narrativa. Uma dessas mulheres se chama Gilda, chilena, professora, trabalhou em muitos lugares em Paris, mas o que mais gostou foi o de ter uma livraria de ex-exilados. Sempre falou que não gostava das conversas e das histórias de resistência e exílios. A loja estava localizada em um bairro bem estratégico, perto da universidade, ali naquele estabelecimento todos se sentiam acolhidos. Todos que iam lá procuravam algo, ou era para entregar panfletos, comprar ou trocar livros e conversar. Mesmo com a instabilidade do mercado, Gilda tenta achar respostas para que ela e os demais sobrevivam, para que não esqueçam seu país de origem. Ela luta bravamente e faz de tudo para que todos se sintam protegidos e aceitos, pois não queria ser rejeitada e caçada como foi em seu país.

Por um lado, Gilda se diz que isso é ótimo, sinal de que o exílio tem fim, que um dia todo mundo acaba voltando. Mas, por outro lado, não consegue deixar de sentir um aperto no coração com as sucessivas despedidas, a compreensão de que todos os outros vão embora e só ela fica. [...] No fim, de olhos baixos e lágrimas escorrendo, acabou dizendo que se acostumou de tal modo à vida na livraria que, se tiver que fechá-la, vai sentir isso como um novo exílio – expulsa do Chile outra vez, agora do pequeno Chile que reconstruiu a poucos metros do Sena, onde os seus araucanos queridos vivem nas páginas impressas e onde se misturam todos os sotaques americanos do espanhol. (MACHADO, 2005, p. 180-181)

A boliviana Alda, também professora, trabalhava como empregada doméstica em Paris, tímida e quieta. Descendente de índios, muito magra e não sabia a idade. Essa mulher marcou muito a memória de Lena. Durante uma conversa, Alda levanta e começa um discurso ostensivo sobre a cultura e a atuação do país em livros e filmes. Gostaria que as produções não fossem alicerçadas em apenas conflitos e combates. Ela queria resistir e todos os outros também, afinal de contas a ditadura

afetou toda a América. A boliviana tenta resgatar tudo o que há de bom, toda aquela possibilidade de futuro promissor que os países poderiam ter.

Outra história que Lena conta é de sua vizinha, uma idosa, com cabelos brancos e que contou seu segredo, fazer fila. Era simples, ficava em uma fila e falava erroneamente do governo, então ali era produzido um debate sobre o assunto, não importando o que aconteceria. Outra pessoa que Lena conheceu foi Dona Lúcia. Ela tinha vários filhos que estavam comprometidos com a luta estudantil. Certo dia viu a polícia chegando a sua casa e sabia que ali se encontravam panfletos que seriam dados em instituições de ensino. Pediu então que os filhos evitassem que os militares subissem, enquanto isso poderia ocultar os folhetos de protestos. Como os filhos não tiveram mais como barrar a entrada dos policiais, eles invadiram. Quando os homens subiram, procuram em todos os lugares possíveis, mas, nada encontraram. Dona Lúcia tinha escondido tão bem os panfletos, que os filhos ficaram surpresos:

- Mas cadê os panfletos, mãe? Que fim você deu neles? Morri de medo quando os caras olharam debaixo da cama, achei que desta vez eu caía, e parecia um milagre.

- É... Milagre da mamãe na Singer – disse ela. – Descubra.

Não foi fácil. Só depois de algum tempo é que um dos filhos reparou que as camas, com colchas impecavelmente esticadas, estavam todas com dois travesseiros. E o que o grande armário do corredor, onde normalmente se empilhavam os travesseiros a serem usados de noite pela família, e que não eram mantidos de dia nas camas, também estava cheio. Dois terços de todo aquele volume eram fronhas com panfletos costurados dentro, enrolados em lençóis para ficarem arredondados e macios. (MACHADO, 2005, p. 106)

Amália e Lena lembram-se das perturbações que viveram, olham as fotografias e através delas, mãe e filha falam desses momentos de terror. Nesse instante, Amália conta para Lena que trabalhava com algumas amigas para juntar dinheiro para os manifestantes. Por meio desses traumas, mãe e filha tentam superar isso de alguma maneira, reconstruindo laços familiares. Lena por mais que queira tem algumas discordâncias com sua mãe. A personagem é uma mulher muito séria, não compartilha plenamente de suas vivências com Amália e nesse instante vem à memória de Lena, o dia em que a mãe brigou por ela não saber fazer crochê, começando assim uma discussão. Após essas lembranças, outra vem à tona. Um fato de violência militar conhecido com a Sexta-feira Sangrenta. A invasão a Reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro:

Logo no dia seguinte, houve manifestações de rua em protesto, uma porção de distúrbios, barricadas, corre-corre e pancadaria pelas ruas do centro da cidade. Coisa violenta que acabou com quatro mortos e dezenas de feridos. Lena lembrava ainda da primeira página do *Correio da manhã*, as fotos impressionantes, a imprensa chamando a cavalaria da Polícia Militar de “Cavaleiros do Apocalipse”, batizando aquele dia de Sexta-Feira Sangrenta. (MACHADO, 2005, p. 97-98)

Nos dias que se passaram discentes e docentes, artistas, escritores, jornalistas, intelectuais de todos os tipos se juntaram e coordenaram muitos projetos. Na obra é possível ver passagens sobre essa manifestação através de diversas vozes, essas exibindo a oposição, o desgosto, a ira e o desprezo das pessoas:

A cidade ficou ainda mais chocada. Dois dias seguidos de tanta violência, ninguém podia ficar indiferente. Todo mundo achava que era preciso acabar com aquilo de alguma maneira, o Rio de Janeiro não era uma cidade assim, o país não podia ser assim. Mas isoladamente, ninguém tinha ideia do que seria possível tentar fazer. Saindo das redações, os jornalistas começaram a ir para a ABI naturalmente. Da mesma forma que, em cada faculdade, as aulas tinham sido suspensas para que alunos e professores pudessem discutir o ocorrido. Como, igualmente, em alguns teatros espalhados pela cidade, artistas e intelectuais iriam se reunir madrugada adentro. Como nos hospitais, nas fábricas, nos escritórios, em cada casa, a indignação era a mesma. (MACHADO, 2005, p. 98)

O cenário está instalado. É neste ambiente que as vozes se proliferam, projetadas pelo terror, imbricando-se no discurso que bem mais tarde seria ouvido, mas que dentro daquele contexto foi silenciado, soterrado pela violência e pela barbárie:

E nos diferentes lugares, com pequenas variações de tom e estilo, as frases e propostas se sucediam:

- Isso não pode ficar assim!
- A gente tem que mostrar que não está de acordo...
- Desta vez, eles passaram dos limites.
- Isso não se faz, assim foi demais!
- Temos que defender os nossos meninos.
- Acho que devíamos mandar um telegrama de protesto.
- A quem? Ao governo? Ao presidente? Aos milicos? Deixa de ser bobo... Brasília está pouco ligando pra tudo isso.
- Fazer um abaixo-assinado, um manifesto, reunir milhares de assinaturas, encabeçadas por gente bem significativa...
- Entregar um documento de protesto ao ministro da Educação. Ele está no Rio.
- Fazer uma vigília cívica em frente à Câmara Municipal.
- Uma carta aberta à população, publicada em todos os jornais, colada nos muros e tapumes, panfletada na rua.
- Uma manifestação pacífica, com faixas e cartazes, nas escadarias do Teatro Municipal. Aí a gente aproveita e denuncia também a censura.
- Uma passeata pelas ruas do centro.
- Um comício de protesto. (MACHADO, 2005, p. 98-99)

As pessoas se dividiram em grupos e elaboraram seus manifestos. Muitos cartazes foram feitos. Os professores resolveram fazer uma declaração e entregar ao Ministério da Educação e os alunos fariam uma marcha que ficou conhecida como a Passeata dos Cem Mil. O governo avisou que não queria nenhuma manifestação e que todos que fizessem seriam seriamente punidos. Naquele instante, cem mil pessoas foram às ruas manifestando o descontentamento. Professor, psicanalista, padre, líderes estudantis e uma mãe foram à praça pública reivindicar seus direitos e dizer que essas reivindicações deveriam chegar a Brasília. Lena acreditou ter sido uma ótima “sacada” levarem uma mãe, afinal a preferência por uma mãe que retratasse as lutas incansáveis que elas viviam, naqueles dias de ditadura, era um indicador mais contundente do abominável. Essas mães seguiriam buscando por seus filhos, algumas para sempre:

Se algum dia, como Honório desejava, se escrevesse a história da mulher brasileira na periferia dos fatos, sua trajetória para a consciência política, esse relato tinha que passar pelo movimento estudantil de 1968. E, nele, pela Passeata dos Cem Mil, onde a multidão elegeu uma mãe que a representasse, numa antevisão das inúmeras mães que iam fazer sua via-crúcis pelos porões do regime nos anos seguintes à cata de notícias dos filhos, e que, se no Brasil não chegaram à organização que as mães argentinas iam atingir depois, ao se assumirem como “As Loucas da Plaza de Mayo”, nem por isso sofreram pesadelo menor. Como se houvesse termômetro de pesadelo ou uma escala Richter de medir perda de filho. (MACHADO, 2005, p. 101)

Segundo a narradora, a passeata realmente ficou na história, com o nome que deveria ter, o qual os militares tiveram que engolir, em que pese a tentativa de alguns de banalização do ato. Isso dava a Lena, uma sensação de dubiedade irônica, de uma festa democrática no meio do caos:

O resultado entrou para a história do Brasil como a maior manifestação pacífica de protesto popular já vivida na cidade do Rio de Janeiro, a Passeata dos Cem Mil. [...] Mas o nome de Passeata dos Cem Mil acabou ficando assim, nome próprio, com maiúscula, designando a festa cívica daquele dia que os militares tiveram que engolir, surpreendidos. Lena não conseguia pensar nisso sem um sorriso de ironia. (MACHADO, 2005, p. 99)

A censura estava diretamente ligada a Lena, ela, como jornalista, teve seu trabalho “contaminado” pela repressão, assim como muitos jornais importantes da época, como é o exemplo dos jornais: “*O Estado de S. Paulo*” (São Paulo), “*Politika*” (Rio de Janeiro), “*Folha da Semana*” (Rio de Janeiro), “*O Semanário*” (Rio de Janeiro)

e São Paulo), “*Última hora*” (Rio de Janeiro), “*Correio da manhã*”, cuja proprietária foi presa (Rio de Janeiro), “*O Pasquim*” (Rio de Janeiro) e “*Diário Carioca*” (Rio de Janeiro), esse último jornal serviu de aliado do presidente João Goulart, porém quando o regime militar foi instaurado, o jornal perdeu forças e fechou. Ao mesmo tempo em que isso acontecia, o povo estava calado por medo de possíveis retaliações. Essas memórias permeiam Lena, Amália e outros personagens que se fazem presentes na obra. Eles representam a coletividade. Outro episódio em que é possível visualizar esses grupos foi a promulgação do AI-5. As personagens de *Tropical sol da liberdade* estão diretamente ligadas à história do Brasil. Amália pensa como foram seus dias e como vivia. Amália tem uma grande história com sua pátria, ela sente muitas vezes que esse lugar lhe pertence, que é filho e muitas vezes mãe: “Como se o Brasil fosse ao mesmo tempo filho e mãe dela, mulher brotada das pernas abertas da história, e por sua vez concebendo o futuro do país dentro do ventre. Sequência fêmea e fértil, de dor, sangue e leite”. (MACHADO, 2005, p. 150)

Muitos jornais tentaram “enganar” a censura, muitos eram a favor da ditadura e muitos contra. Os meios de comunicação que apresentavam melhor qualidade tinham privilégios dos militares. Lena, ao ler o jornal em que trabalhava recorda como a população se mostrava perante aquele tempo aterrador. O que passava na cabeça dela era que seu chefe tinha amigos militares e por isso estava sendo avisado do que acontecia. Esse mesmo acontecimento (enganação) ocorreu quando Lena estava exilada. Os jornais não chegavam ao destino que deveriam chegar.

É possível entender a ligação entre a mulher Amália e o contexto ditatorial da época, uma história observada a partir da memória e do olhar feminino da ditadura militar brasileira. Amália recordava vagamente também como foi a véspera da divulgação do AI-5. Houve um processo de escolha por votos e então seria decidido se algum dos deputados seria acusado por uma violação contra a segurança nacional. Nesse caso, o deputado teria insultado o exército¹⁸. Porém Amália acredita que não foi exatamente por esse motivo que o deputado foi retirado do cargo, pois ele tinha acusações de violência física e abusos de poder. Os deputados votaram

¹⁸ De acordo com o site Globo.com, o deputado Márcio Moreira Alves chamou o exército de “valhacouto de torturadores”. Essa fala fez com que os militares se sentissem insultados “palavras ofensivas aos brios e à dignidade das Forças Armadas”. Nos quartéis essas palavras se espalharam e causaram muita revolta. (O GLOBO. O discurso que fez a ditadura endurecer o regime e radicalizar a caça à oposição. O Globo, São Paulo, 02 set. 2003. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/o-discurso-que-fez-ditadura-endurecer-regime-radicalizar-caca-oposicao-9785588#ixzz3qoMI2QV2>>. Acesso em: 23 out. 2018).

contra, contudo, a opção dos militares era de continuar no poder e por isso silenciaram os opositores e, no dia seguinte, 13 de dezembro de 1968, desfizeram a Constituição Nacional e impuseram o AI-5.

Mas no dia 12 de dezembro de 1968 era também algo mais, sempre a história da pátria se misturando com as fibras e as emoções de Amália. [...] Nesse dia, os deputados iam dizer se permitiam ou não que um deles fosse processado por crime contra a segurança nacional, por causa de umas coisas que falara num discurso alguns meses antes e que agora andavam dizendo que ofendia o Exército. [...] Na verdade, o detalhe do que o deputado tinha dito, e que fora considerado um ultraje tão grande, era uma minúcia tão insignificante que ninguém conseguia mais lembrar direito. [...] O tal deputado tinha escrito um livro denunciando e comprovando torturas e, ao lado de outros parlamentares, frequentemente ocupava a tribuna do Congresso para revelar ao país casos de abusos de poder e maus-tratos contra presos. [...] uma coisa dessas não podia ficar impune. Quer dizer, a tortura podia. A denúncia, não. Então, o jeito dos poderosos era inventar algum processo contra ele. Só que, pela Constituição, um deputado só podia ser processado com licença dos outros deputados. Era preciso conseguir a licença. Ou acabar com a Constituição. (MACHADO, 2005, p. 150-151)

O fato que marcou o agravamento da ditadura brasileira e as memórias de Lena foi quando achou uma carta que escreveu para o irmão Marcelo naquela época. Nunca mandou para ele, o irmão estava escondido e ninguém sabia em qual lugar. Lembra também da audiência do deputado e quando foi informado sobre o AI-5. Lena ficou sabendo que o julgamento tinha ido madrugada adentro e que muitas pessoas cantavam o Hino Nacional e enfrentavam os militares. O Congresso teve a sentença e ficou decidido que não se sujeitariam obedecer a ordens dos militares. Porém, em resposta os militares disseram que quem mandava ali eram eles. Quando Lena soube dessa informação, ficou apreensiva e ao mesmo tempo soube que seu irmão, Marcelo, estava solto.

Essas lembranças remexidas e sobrepostas deixaram rastros tão dolorosos e perpétuos, que Lena não conseguiria escutar novamente a voz do apresentador que comunicou o AI-5:

Veio pelo rádio. Na voz de um locutor profissional que nunca mais Lena conseguiria ouvir sem sentir um engulho. Os militares reagiam, decretando o fim do que ainda sobrava da Constituição. E promulgavam um novo ato institucional, o quinto, que depois ficaria conhecido e execrado apenas por uma sigla famigerada, o AI-5. E aí se fechava o Congresso, se censurava a imprensa, se cassavam mandatos, punindo parlamentares, juízes, ministros, jornalistas, intelectuais, estudantes, operários, todo mundo que em algum momento tivesse tido a ousadia de imaginar que o país poderia viver de

alguma forma que não fosse debaixo das botas dos militares. (MACHADO, 2005, p. 211)

O AI-5 oficializou a censura e Lena recorda como a imprensa ficou naquela época. A edição do *Jornal do Brasil* de 14 de dezembro notificava a censura em várias partes dos classificados, o Congresso estava suspenso. Outros artifícios foram utilizados para falarem sobre o que estava acontecendo no país. Publicou-se uma foto do jogador de futebol Garrincha¹⁹ que, no decorrer de um jogo de futebol, havia sido expulso, entretanto, a notícia já havia sido divulgada. Muitas outras imagens esportivas fizeram parte das edições dos jornais. Outro retrato que foi publicado foi o de um garoto derrubando um lutador.

Lena se lembrava de muitas coisas, porque sua mãe Amália guardava recortes de jornal, retratos da família e cartas que a filha mandava, sendo uma espécie de protetora das lembranças que foram essenciais para a produção da peça teatral de Lena. A mãe, nesse sentido, tem um papel fundamental e, ao ler o roteiro da peça de teatro de Lena, recorda tudo o que a filha viveu no exílio e que por mais árduo que seja deve ser lembrado. Amália concluiu que a escrita era essencial para a reabilitação da filha. “Revirar” o que já aconteceu era indispensável, é por meio dessa escrita que a articulação entre a memória e a história cumpre sua função. A ideia de Lena era escrever, porém a ideia da mãe sempre foi de esconder todos os papéis que via pela frente:

Mas que ideia de Helena Maria, ficar escrevendo e lendo essas coisas agora... Por isso é que ficava chorando à toa. Amália tinha vontade de esconder esses papéis, sumir com aquelas pastas todas, para o bem da filha. Mas com Lena ela nunca sabia como podia ser a reação, tinha medo de desencadear uma tempestade. E além disso, a esta altura da vida já sabia também que às vezes a gente precisa mexer nessas coisas doídas e fazer estourar mesmo, não adianta passar o tempo todo fingindo que não dói ou que não há nada. Tem que deixar vir à tona, como um abscesso inflamado, cheio de pus, que incomoda, dói, lateja, até amadurecer e a gente poder lancetar, estourar aquela porcariada nojenta toda que está lá dentro, purgar, drenar tudo até ficar saindo só o sangue e a gente saber que chegou ao fundo. (MACHADO, 2005, p. 239)

¹⁹ Manuel Francisco dos Santos nasceu em 1933 e faleceu em 1983, no Rio de Janeiro. Foi um dos principais futebolistas da Copa do Mundo de 1958 e 1962. Jogou pela primeira vez em um clube do Rio de Janeiro, aos 19 anos. Disponível em: <<https://comunicacaoesporte.files.wordpress.com/2010/10/mane-garrincha-como-sintese-da-identidade-do-futebol-brasileiro1.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2019.

A relação de entre mãe e filha favorece seus pensamentos e lembranças únicas sobre esses fatos que marcaram a ditadura militar brasileira. Depois que dialogaram por um grande período de tempo sobre as angústias daquele ano de 1968, Lena associa as recordações com o curso de um rio, impossível de ser impedido e mesmo interdito. O trauma que elas carregam se torna importante para que lembranças possam revelar-se, evitando assim o esquecimento. As duas mulheres expressam sentimentos que apertam o peito, pois gostariam que o enredo da obra em análise punissem as pessoas (Estado) que cometeram todas aquelas atrocidades contra uma sociedade que queria apenas seus direitos preservados sem violência.

Amália analisa a impunidade como algo principal, não sendo capaz de ocultar as ilegalidades às quais não foram dadas a devida importância. Essas narrativas são difíceis de emergir e de se propagar, e é justamente essa uma das questões que o livro tão bem trata.

Devido ao início da ditadura militar no Brasil, ainda hoje não está sendo possível redemocratizar totalmente a nossa pátria. A personagem, mãe de Lena, não deixa que ninguém oculte a anistia, pois, foi algo que à época enganou muitos cidadãos e assegurou que nenhum algoz fosse julgado por seus crimes (ou que os julgamentos fossem levados com a seriedade, pois é o que o assunto merece, até hoje torturadores saem impunemente). Nenhuma pessoa que ajudou e contribuiu com a ditadura precisou pedir perdão pelo comportamento hediondo, e enquanto o autoritarismo predominava não houve eleições para presidente²⁰. Lena também sentia essa impunidade, sabia que todos precisavam de igualdade e de uma idealização melhor de País, um Brasil diferente no qual a ditadura fosse vista com outros olhos e que a democracia, essa sim, deveria predominar. Lembra que tentaram explodir um local fechado, com uma plateia imensa, onde ocorria uma apresentação. Outro lugar que também tentaram explodir foi um pavilhão que era utilizado para armazenar gás. Ninguém foi punido e, basicamente Amália e Lena

[...] não conseguiam esquecer que ainda havia gente que não tivera uma anistia plena. Ou que o governo ainda estava cheio de gente, em postos de mando, que servira com o mesmo empenho ao regime anterior. Ou que ainda não se sabia a data das próximas eleições para presidente, coisa que não acontecia há cerca de trinta anos. Não dava para esquecer que todos

²⁰ Na ditadura militar brasileira houve eleições, menos para presidente, pois o voto era indireto.

aqueles que reprimiram, bateram, prenderam, torturaram, soltaram bombas e mataram durante os anos de terror continuavam soltos e dispersos pelo meio da população, sem nunca terem sido punidos de uma forma qualquer e, muitas vezes, sem nunca ao menos terem sido identificados e expostos à opinião pública. Juntando com todos os ladrões e corruptos que deram todo tipo de trambique e se meteram em todo tipo de roubalheira até o país chegar à calamidade econômica em que estava, era bastante gente gozando da mais total impunidade. [...] Amália sentia um desânimo profundo quando pensava no Brasil. (MACHADO, 2005, p. 241-242)

Por justiça, Lena não pode esquecer esses episódios que aconteceram durante a ditadura. Isso fica ainda mais marcado quando argelinos foram feitos prisioneiros e trocados por um diplomata que havia sido feito refém no Brasil. Os detidos estavam irreconhecíveis já que haviam sido torturados. Lena estava exilada em Paris e olhava tudo do seu apartamento. A aparência daquelas pessoas ficou gravada para sempre em sua memória, pois o estado físico deles mostrou como a violência funcionava para as autoridades militares.

Havia uma mulher que de tanto ser torturada acabou em uma cadeira de rodas. Seu velho amigo Honório estava junto e muito machucado, muitas pessoas foram torturadas no pau-de-arara, outras foram submetidas a choque elétrico em todo o corpo, pessoas dependiam de outras para serem carregadas, pois alguns membros não funcionavam mais. Todas essas imagens compunham o olhar de Lena, que chorava muito, pois sabia que um dia seria preciso lembrar tudo por meio da escrita, já que seria uma forma de defender-se do esquecimento, empenhando-se naquilo que acreditava ser honesto. Além de refazer a sua história, o exercício auxiliaria a reconstrução da história brasileira, com sujeitos femininos, que estavam calados.

Nessa obra é possível ver vozes que estavam emudecidas, durante o contexto ditatorial, pela questão tanto de gênero quando pela própria política. Esse romance colaborou para novas perspectivas, para que a sociedade pudesse ter outro ponto de vista e que muitos outros enredos tivessem uma história ficcional sendo considerada oficial. As muitas experiências de Lena estão escondidas da sociedade. O comportamento dessas personagens representam as formas de resistência pelas quais todos deveriam zelar. As tentativas de relatos dessas mulheres por meio da memória de Lena mostram o quanto são mulheres guerreiras.

Amália precisa de independência, de liberdade, não almeja envelhecer sem ninguém ao lado. E quando descobriu a traição do marido, ela não demonstra dúvida e incerteza e o manda partir. Não queria um casamento de fachada e não seria

hipócrita de deixar um homem fazer isso. “[...] Amália não se conformou com aquela hipocrisia de uma vida dupla e deu um basta. Dignidade foi a dela, honesta era ela... E direito de ser feliz, Deus do céu, ela também tinha, e muito.” (MACHADO, 2005, p. 153). Lena faz a mesma coisa que a mãe, quando percebe que seu casamento está defasado, ela separa-se. “Um belo dia comunicara que ia se separar do marido. Não falava mal dele e não foi capaz de dar uma explicação para essa sua decisão, mas era óbvio que ela é quem tinha resolvido.” (MACHADO, 2005, p. 73).

A relação entre mãe e filha é definida por amor, bondade, gentileza, carinho e dedicação. Lena adoraria saber como é envelhecer como a mãe, uma mulher nobre, admirável, trabalhadora, objetiva e com muitos conhecimentos. O último capítulo é indispensável para entender como a protagonista cria forças para sobreviver. Quando menina, na casa do avô, ela brigou com a família porque queria ir passear junto deles. Porém, os homens da família não queriam uma garota que iria atrapalhar.

- Não sei o que você vai fazer lá. Não tem nada que possa te interessar na mata. Você só vai atrapalhar. Desde o começo, a reação do tio ao pedido dela tinha sido muito clara. Ela não podia ir, e pronto! Nem sabia por que tinha insistido. – Eu quero ver a mata. – A gente traz um galho para você ver... – implicou Luís Carlos. – Você quer um galho espinhento ou um que tenha casa de marimbondo? – Não tem nada pra ver. Tem é mato fechado, mosquito, calor, espinho, cobra. Nada que possa interessar a uma menina. O tio era sempre carrancudo e do contra. Ainda bem que era só tio, não era pai dela. (MACHADO, 2005, p. 345)

Não gostando da situação, Lena alega que quer ir, quer ver as mesmas coisas que a família vai ver, qual seria o motivo pelo qual ela não poderia ir. E argumenta sobre isso: “- Quero ver o mesmo que vocês vão ver. Se vocês podem ir passear na mata, por que é que eu não posso ir? Prometo que não vou atrapalhar.” (MACHADO, 2005, p. 345). Depois de ter feito a pergunta, Lena foi ridicularizada pelos primos que começaram a rir e zombar dela. Tendo acontecido isso, a menina contrapõe e questiona o tio. Mesmo assim, os primos continuam provocando a prima por um tempo. Depois dessa briga, o avô interveio e deu por encerrada a discussão e comunicou que Lena poderia ir junto sim. Entretanto teve que mostrar força durante o passeio. Nunca pode ser simples para as mulheres, as aventuras sempre são mais complexas e cheias de desafios. Havia um rio cuja ponte estava quebrada, o medo começou a imperar na menina. O rio estava cheio de pedras, a água estava congelada, ali poderiam habitar muitos jacarés. Ela quis choramingar, abandonar,

porém, o avô a tranquilizou. Ela então enfrentou os receios e fez a travessia. A imagem do avô na infância de Lena é muito significativa, foi um homem muito sábio e que lhe passou muitos ensinamentos, estimulava seu processo de aprender, quando Lena tinha dúvidas e perguntas, seu avô sempre as respondia, pois era uma menina muito curiosa. Sempre a segurava quando precisava e estava disposto a encarar todos os desafios com sua neta. Essas lembranças sempre ficarão gravadas na memória de Lena.

Um dos símbolos que faz parte das memórias da personagem é uma árvore de amêndoas, ela atua como resistência ao longo da obra *Tropical sol da liberdade*. Lena sente que um dia poderá ser como aquela amendoeira, que seus pensamentos e sonhos consigam disseminar:

Uma cambaxirra cantou, saltitando no galho da amendoeira. Lena saiu, caminhou um pouco, ficou olhando, recostada numa cadeira espreguiçadeira, à sombra da árvore, quase deitada, contemplando lá no alto o rendilhado das folhas, jogo de luz, pinceladas verdes contra o céu azul, uma pintura farfalhante na brisa. [...] A cambaxirra cantou de novo. Não, era outra, respondendo ao canto da primeira, com seu ar agitadinho, seu peito castanho rosado, saltitando incessante. A companheira estava no chão, ciscando alguma coisa pela areia, interrompendo para cantar de volta, os olhinhos pretos bem redondos virados para cima. [...] Quando ela era criança, o avô a chamava de cambaxirra. Porque ela era miúda, de olhar esperto, moreninha e não parava quieta, sempre de um lado para o outro. Não a reconheceria agora, debaixo da mesma amendoeira onde tantas vezes conversaram, mas reduzida a uma mulher grande, embaçada, querendo se apagar, tão distante daquela neta ávida de viver, insistente para participar de tudo, mesmo das coisas que os adultos queriam vetar a todo preço. (MACHADO, 2005, p. 343-344)

No final do romance, essa árvore mostra como a personagem pode sair do casulo e ao mesmo tempo florescer em outros lugares, pode ter um recomeço. A fortaleza e a perenidade também se agregam a esse símbolo, indicando que é preciso se manter forte e contar as histórias não contadas. A repressão nada mais foi do que uma ação que o Estado teve para conter e calar as manifestações que se opuseram a tal governo. Por meio da tortura, muitas pessoas ficaram machucadas e morreram. Muitos presos políticos foram considerados subversivos e, por esse motivo, o governo alegava que ameaçavam a segurança do País. Lena, sendo jornalista, por muitas vezes, sentiu-se censurada. Era vista como uma criminosa, pois queria se comunicar através dos jornais. A censura reprimiu e suprimiu informações importantes, opiniões e até mesmo a arte. Com tudo o que Helena Maria viveu, presenciou e sentiu, ela em quase todos os momentos se sentia

abandonada, até mesmo quando perdeu seu filho. Portanto, é possível afirmar que a obra *Tropical sol da liberdade*, de Ana Maria Machado, representa um marco significativo da resistência que as pessoas comuns opuseram à ditadura ocorrida no Brasil por mais de vinte anos, considerando que essas pessoas somente desejavam que sua voz fosse ouvida e que pudessem viver a vida de acordo com seus ideais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O torturador é um funcionário. O ditador é um funcionário. Burocratas armados, que perdem seu emprego se não forem eficientes. Isso, e nada mais que isso. Não são monstros extraordinários. Não vamos dar essa grandeza de presente a eles.

Eduardo Galeano

A história social das mulheres têm suas particularidades e é marcada por exclusões e reivindicações em seu processo. Esta pesquisa procurou discutir como a mulher foi reconhecida no mundo das letras e como uma autora específica, Ana Maria Machado, construiu uma narrativa que também visasse espelhar essas relações. É preciso se questionar sobre o modo como a mulher e a escrita ficaram afastadas por um bom tempo. Esses dois assuntos foram abordados no processo de reconhecimento da literatura feminina e no processo de formação do cânone. Muitas informações sobre o reconhecimento da literatura feminina ainda devem ser revistas, pois ainda existem distorções sobre a liberdade da mulher. Por isso, ainda não é possível afirmar que não existam níveis hierárquicos de gênero. Esse conflito deve continuar e qualquer coisa que se argumente deve ser em prol das desigualdades sociais, colaborando para o fim da repressão.

Conforme foi visto, no segundo capítulo desta pesquisa e também no desenrolar-se da análise da obra *Tropical sol da liberdade*, o patriarcalismo trouxe consequências para as relações sociais e para o apoderamento dos militares durante a ditadura militar brasileira, de 1964 a 1985. Nessa época, as mulheres sofreram novamente o silenciamento por meio da repressão ditatorial. Muitas obras (não somente femininas) foram retiradas do mercado ou não foram publicadas.

A produção literária foi afetada pelo contexto ditatorial. As artes, algumas delas, só resistiram porque tiveram que permanecer caladas. O comprometimento de muitos escritores, incluindo mulheres, fez com que a sociedade brasileira enfrentasse os problemas daquele tempo. A literatura em meio à censura foi significativa em sua produção, conservou muitos momentos da história brasileira. Enclausuramentos e crueldades estão nos trechos da obra *Tropical sol da liberdade*. A construção de personagens femininas na obra analisada proporciona um olhar além da história oficial, possibilitando novos estudos sobre esse passado.

O terceiro capítulo construído com base na memória e na história mostra muito além de um significado, nele a memória é questionada, abrindo uma gama de probabilidades no modo de pensar o passado a partir de escritas femininas que foram silenciadas. Ana Maria Machado transformou a história de sua personagem fictícia através da quebra de papéis na qual Lena cansou de ficar calada. Tanto a autora como a personagem fazem questão de não calarem essas mulheres. Elas precisam ser ouvidas e, a partir de pedaços de memórias, elas contam as outras histórias que ainda não foram contadas sobre esse período.

A obra de Ana Maria Machado, a qual foi analisada, está posicionada na sociedade como um momento histórico muito importante. Uma mulher que foi sobrecarregada, primeiro por ser brasileira, segundo por sobreviver à ditadura militar e terceiro por ter seus planos e sonhos rompidos, revisitando as memórias para entender como os traumas podem e devem ser recontados. *Tropical sol da liberdade* mostra como o Golpe Militar trouxe angústia e sofrimento para a geração daquela época. Um dos sofrimentos presentes na obra é o do estudante²¹ secundarista que foi assassinado em uma manifestação estudantil em 1968. Porém, quando a ditadura teve fim, muitos traumas vieram à tona, mas com muito alívio. Lena representou todas aquelas mulheres que de algum modo envolveram-se em movimentos contra a autoridade que imperava naquele período. As duas escritoras com caminhos diferentes, Ana Maria Machado e Lena se fizeram reconhecer. Certamente Machado produziu Lena para expressar que nem tudo ainda estava perdido, mas muitas pessoas não foram capazes ou não tiveram alicerces para chegar a contar sua história, quem dera escrever.

O tema dessa dissertação mostra como memória e história se articulam para formar essa obra. A autora faz uma denúncia nos primeiros anos de ditadura contra a repressão que também foi sofrida pela mulher, muitas foram torturadas fisicamente e/ou psicologicamente, sendo que o Governo precisava alcançar seu objetivo em todas as ações que eram feitas. Hoje, podemos ver as consequências dessa

²¹ Edson Luís de Lima Souto foi assassinado, aos 18 anos, por militares durante um confronto em um restaurante no Rio de Janeiro. O estudante era de uma família pobre e foi para o Rio de Janeiro para terminar seus estudos. Quando foi morto, seus colegas o levaram até para a Santa Casa, mas constataram a morte. Logo em seguida fizeram uma passeata, onde o corpo foi velado. A partir disso muitos protestos foram feitos pela cidade. Mais de 50 mil pessoas foram ao enterro. Seu caixão estava coberto pela bandeira brasileira. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/morte-do-estudante-edson-luis-em-1968-deflagra-protestos-no-pais-contra-ditadura-22470751>>. Acesso em: 03 fev.2019.

ditadura. A sociedade atual representa um pouco desse passado que encobriu o que era real, mas, a maioria das pessoas que vivenciaram a ditadura não conseguem esquecer e continuam a se limitar com o caos que passaram há tempos e, com isso, gerando uma herança claustrofóbica²². Todas elas merecem ser respeitadas e reconhecidas.

A tirania e a fúria estão impregnadas pelo medo na memória das personagens da narrativa. Esses efeitos fizeram com que alguns brasileiros deixassem o País, essa população se tornou memória que fez com que a literatura os transformasse em ficção. Em *Tropical sol da liberdade*, a personagem exilou-se e foi viver em Paris. Lá ela teve que adquirir novos hábitos, transformou-se em outra pessoa. Escreveu diversas cartas de como estava vivendo e dos brasileiros que lá conheceu. As mensagens estavam cobertas de memórias e de sofrimentos, revelando os tempos difíceis que passou. A autora mostra muitos problemas vivenciados por Lena, os dilemas da “década de chumbo”, mas hoje é possível ver uma população menos sombria, mostrando que ainda existe a possibilidade de sonhar, que nada está acabado, que ainda é possível ter um mundo melhor. Lena tenta lutar contra algo que a impede de escrever, mesmo havendo a necessidade de escrever uma peça teatral, na qual narra suas experiências pessoais e coletivas, memórias de outras mulheres que estiveram na margem da história.

A obra *Tropical sol da liberdade* oportuniza pensar mais sobre a dominação, o abuso de poder, a perseguição, a intolerância, a injustiça, a repressão e a submissão. Além disso, mostrar, que a literatura de autoria feminina deve ser lida, ouvida e, mais do que tudo, respeitada no contexto histórico. Calá-las é frear certezas, é impedir mulheres de terem uma educação de qualidade, é tirar o direito ao voto ou ao mercado de trabalho. Reaver essas histórias sobre o passado ditatorial brasileiro é indispensável para impedir o esquecimento dos crimes e barbáries que foram cometidas pelos militares. Esse passado se torna essencial, pois muitas pessoas saem às ruas com seus manifestos gritando a volta da ditadura militar. Em sua dissertação, Cargnelutti (2015, p. 189) menciona que:

²² De 1973 a 1983, o Chile viveu um apagão cultural. A ditadura escondeu os crimes e a população tinha toque de recolher. As pessoas tinham pesadelos e ficaram isoladas. Os livros que circulavam eram escondidos e muitos escritores se exilaram. A ditadura deixou uma herança aterrorizante na literatura, tornando-se claustrofóbica, sombria, desalentadora. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/uma-literatura-claustrofobica/>>. Acesso em: 12 de fev. 2019.

A negação de informações sobre esse período durante muito tempo, o silenciamento a respeito de questões traumáticas sobre o passado nacional, o descobrimento da história ditatorial brasileira, a construção de discursos de reafirmação do ideário ditatorial, o alinhamento ideológico com o projeto dos governos militares, somado ao descontentamento com os rumos políticos da nação, são alguns dos fatores que culminaram em um paradoxo extremo: milhares de pessoas mobilizadas em protesto público em uma nação democrática, clamando pela volta da ditadura militar.

Nada disso aconteceu de forma separada, por isso a urgência de outros pontos de vista sobre esse passado devem ser pensadas. A obra analisada e a presente dissertação tornam-se fundamentais para novos questionamentos, apresentando um ponto de vista sobre história da ditadura militar brasileira através de uma história fictícia com outras experiências e outros discursos sobre o período ditatorial.

REFERÊNCIAS

ANSARA, Soraia. **Memória política, repressão e ditadura no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2009.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BARTHOLO, Tiago Lisboa; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. **Mané Garrincha como síntese da identidade do futebol brasileiro**. Movimento, Porto Alegre, jan./mar. de 2009. Disponível em: <<https://comunicacaoesporte.files.wordpress.com/2010/10/mane-garrincha-como-sintese-da-identidade-do-futebol-brasileiro1.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BLOOM, Harold. **O cânone ocidental**: os livros e a escola do tempo. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

BORDIN, Laura Beal; LORIANNY, Suelen. **Sem liberdade, eu não vivo**: mulheres que não se calaram na ditadura. Curitiba: ComPactos, 2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAMPOS, Cidinha. **Homem não entra**. 1975 a 1978 (peça teatral).

CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. Gênero. In: JOBIM, José Luis. **Palavras da crítica**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

CARGNELUTTI, Camila Marchesan. **Opressão política e políticas da opressão**: gênero, história e memória em Tropical sol da liberdade. 2015. 200f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura limitar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: UFGD, 2015.

COSTA, Albertina de Oliveira; MORAES, Maria Teresa Porcincula; MARLOZA, Norma; LIMA, Valentina da Rocha. **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Terra e Paz. 1980.

DINI, Aline. **A história por trás do livro de Ana Maria Machado, que gerou a polêmica do engasgo da maçã**. Disponível em: <<https://revistacrescer.globo.com/Voce-precisa-saber/noticia/2018/09/historia-por-tras-do-livro-de-ana-maria-machado-que-gerou-polemica-do-engasgo-com-maca.html>> Acesso em: 29 out. 2018.

DUARTE, Constância Lima. Estudos de mulher e literatura: história e cânone literário. **Anais do IV Seminário Nacional Mulher e Literatura**. Rio de Janeiro: NIELM, 1996.

_____. Feminismo e literatura no Brasil. **Revista de Estudos Avançados**. v. 49. São Paulo, 2003.

FALUDI, Susan. **Backlash: the underclared war against american women**. New York: Crown, 1991.

FRANCO, Renato Bueno. **Ficção e política no Brasil: os anos 70**. 1992. Dissertação de Mestrado em Letras – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000050943>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

_____. Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70. In: Seligmann-Silva, Márcio. **História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Editora UNICAMP, 2003, p. 355-374.

_____. **Política e cultura no Brasil: 1969-1979. (Des)figurações. Perspectivas**. São Paulo, 1994/1995.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeidi Araújo; AMÂNCIO, Lígia. **Mulheres brasileiras e militância política durante a ditadura militar brasileira**. Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Atelier: Cidadania e Políticas. 2006.

GOMES, Juliana; LEUENROTH, Juliana; HENRIQUES, Michelle. **Leia MULHERES**. 2015. Disponível em: <<https://leiamulheres.com.br/sobre-nos/>> Acesso em: 05 jan. 2019.

GONÇALVES, Andrea Lisly. **História e Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOTLIB, Nádia Batella. A literatura feita por mulheres no Brasil. In: BRANDÃO, Izabel; MUZART, Zahidé L. **Refazendo nós**: ensaios sobre mulher e literatura. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz: EDUNISC, 2003.

GOVERNO DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/lei-da-anistia-politica-reverteu-punicoes-da-epoca-da-ditadura>> Acesso em: 20 out. 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos tribunais Ltda, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HELENA, Lúcia. Ficção e Gênero (gender) na literatura brasileira. **Revista Gragoatá**. n. 01, Niterói: EDUFF, 1996.

HOUAISS, Antônio. **Grande Enciclopédia Delta Larousse**. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1978.

INDOLFO, Ana Celeste. **Gestão de Documentos**: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 28-60, jul./dez. 2007.

JARDIM, José Maria. **Informação e Representações Sociais**. Campinas: Transinformação, v. 8, 1995.

JOFFILY, Olivia Rangel. **Esperança Equilibrista**: resistência feminina à ditadura militar no Brasil. Florianópolis: Insular, 2016.

LAURETIS, Tereza de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. **Chile, 30 anos**: uma literatura claustrofóbica. 1 set. 2003. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/uma-literatura-claustrofobica/>>. Acesso em: 12 de fev. 2019.

LIMA, Carlos Emílio Corrêa. Prefácio. In: MACHADO, Ana Maria. **Tropical sol da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2005.

LISBOA, Adriana. **Azul corvo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

LOBO, Luiza. **A literatura de autoria feminina na América Latina**. Disponível em <<http://members.tripod.com/~lfilipe/LLobo.html>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

MACHADO, Ana Maria. **Contracorrente**: conversas sobre leitura e política. São Paulo: Ática, 1999.

_____. **Tropical sol da liberdade**. 1. ed. especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

_____. **Ana Maria Machado**. Disponível em: <<http://www.anamariamachado.com/>>. Acesso em: 08 de jan. 2018.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Comissão Nacional da verdade**. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/comissao-nacional-da-verdade/index.html>> Acesso em: 16 fev. 2019.

MOREIRA, Maria Eunice. Cãnone e cânones: um plural singular. **Revista Língua e Literatura**: Limites e Fronteiras. Santa Maria, n. 26, 2003.

MUZART, Zahidé Lupinacci. A questão do cânone. In: SCHMIDT, Rita Terezinha. **Mulheres e literatura**: (trans)formando identidades. Porto Alegre: Palloti, 1997.
NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

O GLOBO. **O discurso que fez a ditadura endurecer o regime e radicalizar a caça à oposição**. O Globo, São Paulo, 02 set. 2003. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/o-discurso-que-fez-ditadura-endurecer-regime-radicalizar-caca-oposicao-9785588#ixzz3qoMI2QV2>>. Acesso em: 23 out. 2018.

_____. Morte do estudante Edson Luís em 1968 deflagra protestos no país contra a ditadura. O Globo, São Paulo, 26 mar. 2018. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/morte-do-estudante-edson-luis-em-1968-deflagra-protestos-no-pais-contraditadura-22470751>>. Acesso em: 03 fev.2019.

OITICICA, Hélio. **O aparecimento do supressensorial na arte brasileira**. Arte em Revista 7, 1968.

PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: _____. **História da vida privada**: da revolução francesa à primeira guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 121-186.

_____. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PETRÓ, Camila Albani. **A criação da academia literária feminina do Rio Grande do Sul:** projeto e campo de possibilidades na Porto Alegre da década de 1940. 2012. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de História da Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTAL DA LEGISLAÇÃO. Disponível em:
<<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>> Acesso em: 23 ago. 2018.

RAGO, Margareth. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. In: COSTA, Cláudia Lima; SCHMIDT, Simone Pereira. **Poéticas e políticas feministas.** Florianópolis: Mulheres, 2004.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: UNICAMP, 2007.

RIO, João do. **Vida vertiginosa.** Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1911.

RODRIGUES, José Honório. **Filosofia e História.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

SANDER, Lucia V. **O caráter confessional da literatura de mulheres** (um estudo de caso ou um caso em estudo). vol. 16, n. 16, 1989.

SANTIAGO, Silviano. Poder e alegria: a literatura brasileira pós-64 – reflexões. In: _____. **Nas malhas da letra.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SANTOS, Estela. **Tropical sol da liberdade:** o período ditatorial na visão de uma mulher. Disponível em: <<https://homoliteratus.com/tropical-sol-da-liberdade-o-periodo-ditatorial-na-visao-de-uma-mulher/>> Acesso em: 10 jul. 2018

SARAIVA. **Lygia Fagundes Telles.** Disponível em:
<<https://www.saraiva.com.br/autor/lygia-fagundes-telles>>. Acesso em: 08 fev. 2019.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHMIDT, Rita Teresinha. Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina. In: HOPPE NAVARRO, Márcia (Org.). **Rompendo o silêncio**: gênero e literatura na América Latina. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995. p. 182-189.

SCHWANTES, Cíntia. Espelho de Vênus: questões da representação do feminino. In: BRANDÃO, Izabel; MUZART, Zahidé L. **Refazendo nós**: ensaios sobre mulher e literatura. Florianópolis: Mulheres. Santa Cruz: EDUNISC, 2003.

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar**: ensaios selecionados. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SILVA-SELIGMANN, Márcio. **História, memória, literatura**: o testemunho na Era das Catástrofes. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

SILVA, Claudiomiro Vieira da. **A reinvenção do passado em Tropical sol da liberdade**. 2014. 110f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Piauí. Disponível em:
<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/4770/claudiomiro_dissertacao.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 10 out. 2018.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, pátria e família**: As mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. Trad. Alípio Correio de Franca Neto. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Círculo do livro, 1929.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. **História da literatura**: questões contemporâneas. Caxias do Sul, RS: Educs, 2010.

_____. **A ditadura brasileira em obras de autoria feminina**: testemunho e memória. Disponível em:
<<https://seer.uniritter.edu.br/index.php?journal=nonada&page=article&op=view&path%5B%5D=883>> Acesso em: 28 jul. 2018.